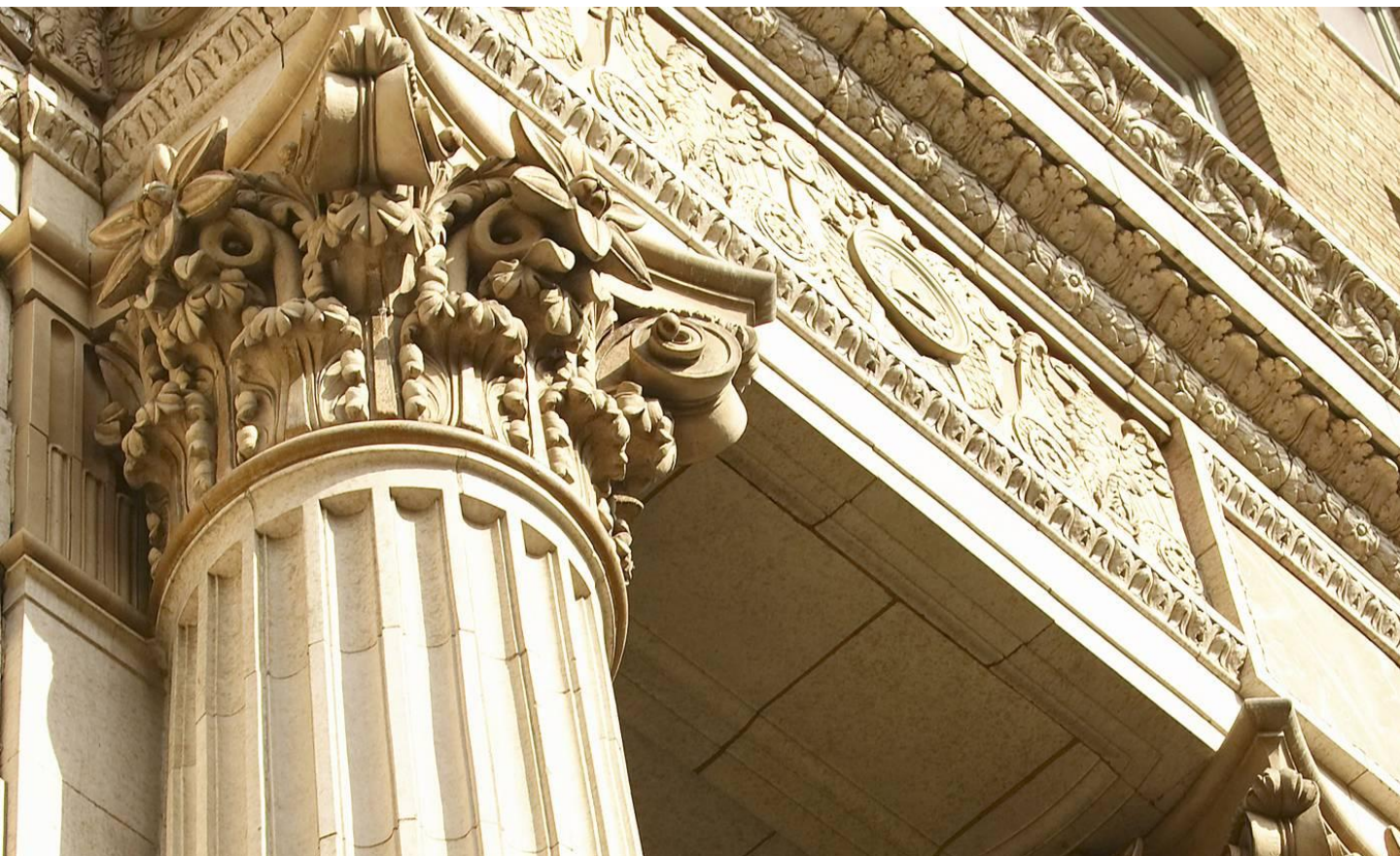




# Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Ponte de Sor

Refª.: MPS001

Setembro 2015



## ÍNDICE

- 1. Sumário executivo**
- 2. Experiência do promotor na implementação de Planos/ Estratégias**
- 3. Caracterização do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano**
  - 3.1 Situação atual do território**
  - 3.2 Análise SWOT**
  - 3.3 Desafios e Factores Críticos de Sucesso**
- 4. Objetivos e definição da Estratégia**
- 5. Componentes dos Planos de Ação**
  - 5.1 Identificação das Prioridades de Investimento a mobilizar**
  - 5.2 Plano de Mobilidade Urbana Sustentável**
    - Diagnóstico
    - Objetivos e definição da Estratégia
    - Ações de Investimento
  - 5.3 Plano de Ação de Regeneração Urbana**
    - Objetivos estratégicos
    - Planta de delimitação territorial do perímetro em que se pretende intervir
    - Modelo habitacional
    - Modelo económico
    - Regras e critérios de proteção do património arquitectónico e arqueológico
    - Ações de Investimento
  - 5.4 Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas**
    - Identificação da(s) Comunidade(s) Desfavorecida(s) em que se pretende atuar
    - Delimitação da área territorial a intervencionar
    - Identificação das necessidades encontradas e definição da Estratégia de intervenção
    - Ações de Investimento
- 6. Principais Realizações**
- 7. Modelo de Governação**
- 8. Anexos**

## 1. SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente documento, elaborado pela Capgemini em 2015, visa apoiar a Câmara Municipal de Ponte de Sor no apoio à produção da **Candidatura ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano** (PEDU), que constitui uma das ferramentas para implementar estratégias territoriais de uma forma integrada e abrangente (recorrendo a fundos comunitários do Programa Operacional do Alentejo).

Neste contexto, o presente projecto tem como principais objetivos:

- Recolher e sistematizar os elementos de diagnóstico territorial ao nível da i) mobilidade urbana, ii) regeneração urbana e iii) regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas
- Identificar e determinar estratégias de intervenção que garantam o alinhamento com as Prioridades Estratégicas e com as Prioridades de Investimento abrangidas
- Seleccionar e sistematizar os investimentos e ações que consubstanciem a estratégia definida e que assegurem o alinhamento com a Estratégia do Município de Ponte de Sor e da região do Alto Alentejo

O PEDU visa responder i) à estratégia de actuação definida para o Alto Alentejo e para a Câmara Municipal de Ponte de Sor, ii) às expectativas dos principais *Stakeholders* e ii) às seguintes **Prioridades de Investimento (PI)**:

- PI 4.5 | Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação
- PI 6.5 | Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído
- PI 9.8 | Concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais

## 2. EXPERIÊNCIA DO PROMOTOR NA IMPLEMENTAÇÃO DE PLANOS/ ESTRATÉGIAS

(MÁX. 5.000 CARACTERES)

O Município de Ponte de Sor, atento às significativas transformações económico-sociais que se fizeram sentir nas últimas décadas e que conduziram ao contínuo abandono e deterioração dos centros urbanos consolidados das várias localidades do concelho, com especial incidência na sua sede de concelho – a cidade de Ponte de Sor – tem, nos últimos 5 anos, promovido ações que visam contrariar essa tendência.

A área urbana consolidada de Ponte de Sor, correspondente à zona central da cidade, foi durante as últimas décadas preterida em relação às áreas de expansão urbana previstas no Plano Diretor Municipal (PDM) e objeto de operações urbanísticas próprias. Os indicadores demográficos, associados à consciência dos custos envolvidos na concretização e materialização de novas operações urbanísticas criaram um ambiente favorável para desenvolvimento da consciência previamente existente de que é necessário reabilitar estas zonas.

Fruto dessa consciência, o Município, em 2010, inicia uma política de integração social sustentada na reabilitação urbana. Numa primeira fase recorre ao seu património próprio, promovendo a reabilitação de imóveis devolutos, adaptando-os ao uso habitacional e ao consequente realojamento de famílias com problemas económicos. Numa segunda fase, procede à aquisição de imóveis degradados e à respetiva recuperação.

No início de 2014, o Município materializa uma estratégia que visa combater em definitivo o fenómeno referenciado no segundo parágrafo, promovendo a criação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Ponte de Sor (Aviso n.º 6328/2014 de 22 de maio). A área delimitada coincide em traços gerais com a área definida em PDM como Espaço Urbano Consolidado.

A delimitação e criação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) determina o início formal de uma nova estratégia, até então caracterizada por ações autónomas e dispersas. Assume-se nesse momento a necessidade de congregar nessa área um conjunto de intervenções e investimentos integrados, que permitirão assegurar a salvaguarda do património edificado e o desenvolvimento sustentável do respetivo território. Com esse propósito, conjuntamente com a ARU, é definido e aprovado um Plano de Ação das Operações Municipais preconizadas para essa zona.

O Plano elaborado teve o cuidado de reforçar o carácter de continuidade não só física mas também de coerência de anteriores políticas de regeneração urbana, optando-se inclusivamente por abranger nesta área não só as intervenções recentes como aquelas que estão previstas para um futuro próximo. Os projetos definidos, embora de natureza diversa, cuidam essencialmente de zonas muito sensíveis, articulando-se a sua correta ligação às diferentes solicitações características desta área.

Em novembro de 2014, o Município aprova a elaboração da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) a desenvolver na ARU de Ponte de Sor. Esta operação é do tipo sistemático, assumindo-se o Município como a sua entidade gestora. O projeto da ORU encontra-se em elaboração pelos serviços técnicos do Município, que procedeu a um levantamento exaustivo e à caracterização do edificado dentro dos limites definidos para a área da ARU, encontrando-se na fase de apreciação e tratamento de dados que permitirão a apresentação e consequente aprovação da proposta para a ORU, assim como do respetivo Programa Estratégico de Reabilitação Urbana – PERU.

## 2. EXPERIÊNCIA DO PROMOTOR NA IMPLEMENTAÇÃO DE PLANOS/ ESTRATÉGIAS

(CONT.)

Contíguo à ARU, foi já há muito elaborado o Plano de Pormenor da Margem Direita da Ribeira do Sor (Portaria nº 492/97, de 17 de Julho), quase na sua totalidade implementado através de projetos de execução desenvolvidos pelos próprios Serviços Técnicos do Município. Esta zona foi alvo de reabilitação e requalificação, cuja continuidade, tanto a norte com a sul, é agora preconizada através das operações previstas na presente candidatura.

A experiência adquirida nos últimos anos, não apenas através das intervenções de requalificação e reabilitação efetuadas, mas também através dos equipamentos e demais obras promovidas pelo Município, permitiram criar condições para que a reabilitação do Centro Urbano Consolidado seja uma realidade.

Desta forma, o Município tem capacidade instalada para implementar um processo de contratualização, com provas dadas no âmbito do QREN, sendo de relevar a boa performance em termos de submissão e execução dos projetos. Conseguiu-se a execução da totalidade dos projetos aprovados. O Município apostou na execução de projetos nas diferentes vertentes, influenciando significativamente, e de forma positiva, a qualidade de vida da população neste território. Assim, o Município tem capacidade para:

- Organizar os processos relativos a cada projeto de acordo com as normas usuais estabelecidas, com as adaptações e especificidades próprias das tipologias objeto de financiamento
- Garantir a programação física e financeira apresentada nas candidaturas
- Recolher e tratar a informação relativa aos indicadores de acompanhamento físicos e financeiros referentes às operações objeto de candidatura



### 3. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

#### 3.1 SITUAÇÃO ATUAL DO TERRITÓRIO (MÁX. 10.500 CARACTERES)

O Concelho de Ponte de Sor pertence ao distrito de Portalegre, região Alentejo e sub-região do Alto Alentejo, inserindo-se na NUT III Alto Alentejo. É o maior Concelho de todo o distrito de Portalegre (com uma área total de 839,71 km<sup>2</sup>), constituído por 5 freguesias: Ponte de Sor, Foros de Arrão, Galveias, Longomel e Montargil, uma vez que, Tramaga e Vale de Açor, antes freguesias autónomas, em conjunto com Ponte de Sor, formam a União de Freguesias de Ponte de Sor, Tramaga e Vale de Açor.

Enquanto sede de Concelho, Ponte de Sor regista cerca de 7.752 residentes (Censos de 2011), constituindo-se como o **núcleo polarizador da vida económica e social** do Município, não existindo outros centros alternativos. O facto de constituir um local de passagem e de entroncamento importante na ligação a outros concelhos, nomeadamente Gavião, Avis, Alter do Chão e Crato, contribui fortemente para a dinâmica funcional da Cidade, que apresenta funções extra-locais.

Ponte de Sor situa-se na margem direita da Ribeira de Sor, implantada num **importante nó estratégico**, no cruzamento rodoviário entre Lisboa, Beiras e Alentejo. O Município caracteriza-se por ser uma referência para a indústria corticeira mundial, integrando ainda empresas ligadas aos setores aeronáutico, de transformação de produtos agrícolas e de construção civil, cujas atividades que têm sido muito importantes para o desenvolvimento do Concelho.

Em relação ao Município de Ponte de Sor como um todo, este apresenta aproximadamente 16 mil habitantes, caracterizando-se por uma baixa densidade populacional (19,1 habitantes por km<sup>2</sup> em 2014 – *Pordata*), com constante tendência regressiva em consequência do êxodo rural (entre 2011 e 2014 registou-se uma perda de 610 residentes, registando uma variação negativa na ordem dos 4%).

A tendência de evolução da população do Concelho de Ponte de Sor pelos vários grupos etários aponta para uma diminuição significativa da base da pirâmide (crianças e jovens) e um aumento gradual do número de idosos, seguindo assim a tendência nacional de envelhecimento da população, o que pode condicionar o futuro da região (atualmente o concelho de Ponte de Sor conta com uma proporção de pessoas com 65 anos ou mais que corresponde a 25% da população total). Deste modo, Ponte de Sor é uma zona do País onde a **sustentabilidade social está ameaçada**, aliado a um alto índice de dependência de idosos com um baixo valor médio de pensões por velhice (344€ – Segurança Social, dados do Diagnóstico de Ação Social de Ponte de Sor).

Esta situação, num território disperso, obriga também (e cada vez mais) à movimentação de recursos para apoio social e de saúde à população envelhecida. Neste contexto, as questões da mobilidade, da segurança, das redes de saneamento básico (água canalizada/ tratada e tratamento de esgotos), de energia elétrica e telecomunicações ganham particular relevância.

Ao mesmo tempo, o acentuado decréscimo da população ativa tem influenciado negativamente o mercado de emprego na região. O tecido empresarial caracteriza-se por uma predominância de microempresas e PME's, sendo estas essencialmente constituídas em nome individual de gestão familiar e sobretudo direcionadas para os mercados locais.

### 3. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

#### 3.1 SITUAÇÃO ATUAL DO TERRITÓRIO (CONT.)

Neste contexto, apesar de se ter observado um decréscimo da taxa de desemprego nos últimos dois anos, esta continua bastante alta (taxa de desemprego de 12,4% em Setembro de 2014 segundo o Diagnóstico de Ação Social de Ponte de Sor), à semelhança da taxa verificada a nível nacional.

No entanto, Ponte de Sor possui uma localização geográfica privilegiada no contexto regional, porque se encontra numa encruzilhada de estradas com ligação a grandes centros urbanos como é o caso de Lisboa, Santarém, Portalegre ou Abrantes. Por se encontrar situada no centro do país é favorecida a nível de distância de outras localidades tanto para sul como para norte do território nacional.

No âmbito da rede de transportes, Ponte de Sor apresenta insuficiências na oferta dos sistemas públicos de transporte, carência de redes e equipamentos de apoio aos modos suaves e insuficiente capacidade de intermodalidade entre estes e os restantes tipos de transporte público. Todos estes fatores criam **barreiras à mobilidade sustentável**, pelo que se torna importante fomentar o investimento nesta área.

Recentemente a cidade de Ponte de Sor foi palco de um investimento de reordenamento da margem direita da Ribeira do Sor, de onde resultou a pedonalização de uma longa área adjacente ao rio. Esta operação torna-se ainda mais relevante no âmbito da mobilidade sustentável dado que ladeia um dos eixos mais relevantes da Cidade, que a atravessa de Norte a Sul. Assim, é muito importante dotar o centro da cidade de Ponte de Sor de uma área funcional e confortável em que o peão possa de forma segura circular e utilizar as funções e equipamentos disponíveis, o que não é a realidade que se verifica nos dias que correm.

Contudo, à semelhança do que aconteceu na generalidade das cidades, a Cidade de Ponte de Sor foi crescendo para norte e poente, pelo que a criação de novas áreas residenciais na sua periferia, onde as condições de habitabilidade melhoraram, desenvolveu um processo de envelhecimento e de despovoamento das zonas mais antigas, que correspondem ao seu núcleo central consolidado.

Neste contexto, é possível observar que em Ponte de Sor **subsistem situações de degradação do edificado** (público e particular; habitação, edifícios de serviços e outros de utilização pública), com alguns edifícios e espaços devolutos e com carências ou insuficiências de infraestruturas urbanísticas, de áreas livres e espaços verdes. Desta forma, a regeneração urbana dos núcleos centrais torna-se incontornável, contribuindo a recuperação do parque edificado e para a diversificação de usos, revitalização do comércio tradicional, aumento da capacidade de captação de novas atividades económicas e de residentes, instalação de equipamentos sociais e culturais e rejuvenescimento económico.

### 3. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

#### 3.1 SITUAÇÃO ATUAL DO TERRITÓRIO (CONT.)

No âmbito do **desenvolvimento social do Concelho**, tem sido efetuado um grande investimento na reabilitação do parque habitacional concelhio, sendo que a maior parte das habitações canalizadas para habitação social têm sido reabilitadas recentemente. Esta necessidade resulta do elevado número de famílias que sobrevivem com baixos rendimentos, não lhes permitindo pagar os valores elevados das rendas de casa praticados no concelho. Com o objetivo de combater a pobreza e o risco de exclusão social, no ano 2014 foram realojados 21 agregados familiares, contemplando um total de 65 munícipes realojados. Paralelamente, o apoio aos agregados familiares em situação de desemprego, nomeadamente, no pagamento de renda de casa, tem sido fundamental no combate à pobreza e exclusão social.

O concelho de Ponte Sor tem vindo a prestar apoio aos grupos populacionais mais afetados pela crise económica recente. O Município posicionou-se como órgão de suporte no que respeita ao acolhimento, orientação e apoio de forma prática, dinâmica e articulada aos agregados familiares que se dirigiram aos serviços municipais, nomeadamente através de um atendimento personalizado a cada situação.

Desta forma, o Município de Ponte de Sor pretende que as suas intervenções de regeneração urbana tenham impacto no desenvolvimento sustentável, com implicações diretas na revitalização dos centros urbanos, na atração e fixação de atividades e de emprego mais qualificado e na qualidade de vida da população urbana no contexto físico, económico e social, com particular enfoque nas comunidades desfavorecidas.

Em suma, é fundamental para o Município de Ponte de Sor a recuperação do edificado, o tratamento do espaço público e da qualidade das infraestruturas, os acessos e mobilidade sustentável e o apoio às comunidades desfavorecidas, contribuindo assim para a construção de um processo de reabilitação coerente e integrado com as estratégias estabelecidas.



### 3. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

#### 3.2 ANÁLISE SWOT (MÁX. 875 CARACTERES EM CADA PONTO)

##### PRINCIPAIS PONTOS FORTES

- **Bom posicionamento geoestratégico** no território nacional/ regional (nó estratégico, no cruzamento rodoviário entre Lisboa, Beiras e Alentejo)
- **Polo dinamizador da tradição e cultura** industrial em áreas relevantes da Estratégia Regional (ex.: agroindústrias e indústria corticeira)
- **Valioso património natural e cultural**, gerador de oportunidades para incentivar a competitividade e atratividade territoriais
- **Oferta de equipamentos e serviços dirigidos à população sénior** e existência de entidades da economia social com grande experiência nos cuidados e atividades com seniores
- Existência de um **Plano de Promoção de Acessibilidades (PIMPA)**
- **Potencial de desenvolvimento turístico** de Montargil devido ao valioso património natural

##### PRINCIPAIS PONTOS FRACOS

- **Perda acentuada de população** e reforço dos indicadores de envelhecimento
- **Elevados níveis de desemprego entre 2007 e 2014**, com ritmo superior nas qualificações médias e superiores
- **Crescimento económico anémico** acompanhado pelo encerramento e deslocalização de empresas, por uma reduzida dinâmica de investimento e diminuição do consumo privado
- **Contexto económico-financeiro recessivo** que dificulta a implementação de projetos ambientais e para a melhoria da eficiência energética
- **Predominância de edifícios antigos** e mal preparados em termos de isolamento de calor (um obstáculo à eficiência energética)
- **Padrões de urbanização difusa** e povoamento de forma dispersa que dificultam a gestão territorial e de ordenamento
- **Coesão e identidade regional ainda frágil**, o que dificulta a apropriação regional das oportunidades proporcionadas pela Estratégia do PT 2020

### 3. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

#### 3.2 ANÁLISE SWOT (CONT.)

##### PRINCIPAIS OPORTUNIDADES

- **Apostas estratégicas da CIMAA em domínios com capacidade diferenciadora** para os quais Ponte de Sor dispõe de recursos, equipamentos e competências (ex.: Economia social e Bioenergia)
- **Dinamismo empresarial** e aumento da procura por mão-de-obra especializada em setores estratégicos (ex.: Aeronáutico, Agroalimentar e Corticeiro)

##### PRINCIPAIS AMEAÇAS

- **Maior dependência face ao transporte** rodoviário, o que poderá criar problemas ao nível do ordenamento do território
- **Tendência para o enfraquecimento das freguesias rurais** por oposição ao crescente aumento populacional na zona urbana e periurbana
- **Aprofundamento das problemáticas de coesão social**, nomeadamente pela continuada perda do poder de compra da população portuguesa e pela recessão em que se encontra a economia nacional
- **Tendência para o aumento das necessidades de mobilização de recursos** para apoio social e cuidados de saúde devido ao progressivo aumento da população envelhecida
- **Sustentabilidade problemática das instituições de saúde e economia social** face ao envelhecimento da população e à persistência de dificuldades financeiras dos utentes e dos modelos de financiamento

## 3. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

### 3.3 DESAFIOS E FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO (MÁX. 3.500 CARACTERES)

A partir da elaboração do diagnóstico territorial de Ponte de Sor tornou-se possível identificar constrangimentos que poderão propor desafios ao presente contexto municipal, nomeadamente nas vertentes de Mobilidade Urbana Sustentável, Regeneração Urbana do território e Comunidades Desfavorecidas. Desta forma, é prioritário garantir, por um lado, o desenvolvimento urbano sustentável e, por outro, fortalecer a coesão social e territorial.

No que concerne à **Mobilidade**, foram identificadas diversas inacessibilidades morfológicas nas vias que dificultam a mobilidade sustentável de peões ou ciclistas, de que são exemplo a total ausência de passeios em muitas ruas do concelho ou a presença de passeios que não respeitam a largura mínima exigida pela legislação, a ausência de passadeiras para peões, os estrangulamentos com mobiliário urbano ou ainda a ausência de ciclovias. Esta conjuntura física cria barreiras à mobilidade sustentável da população, incitando-a a optar por meios de transporte não sustentáveis. Assim torna-se evidente o pouco interesse na utilização de modos suaves e de meios de transporte com ganhos energéticos e ambientais. Como tal, torna-se num desafio muito importante a procura do estabelecimento de um equilíbrio entre a utilização destes modos de deslocação e os modos tradicionais.

A **Regeneração Urbana** constitui uma componente indispensável de conservação e revitalização das cidades e da política de habitação. Nesse sentido é fulcral focar a atenção nos diversos problemas enfrentados pelos diversos centros urbanos da região, resultantes de deslocalizações de atividades ou edifícios devolutos, sendo necessário requalificar e refuncionalizar. Colocar em prática uma estratégia eficaz de requalificação do seu parque habitacional é um desafio importante que se coloca ao Município, associando ao mesmo tempo um funcionamento globalmente mais harmonioso e sustentável da cidade. Isso só será possível através de iniciativas de qualificação urbanística e ambiental, de reconversão de espaços devolutos e através de novas dinâmicas de desenvolvimento que valorizem os principais ativos existentes, tendo como objetivo tornar as cidades mais atrativas e com melhores condições de vida para as suas populações. Em termos de **Comunidades Desfavorecidas**, importa reforçar as respostas sociais à população mais carenciada, marginalizada e em risco, que tem aumentado nos últimos anos. No caso de Ponte de Sor um dos grupo-alvos que viu as suas condições de vida deteriorar-se foram as crianças de classes mais desfavorecidas, juntamente com as suas famílias. Neste âmbito, torna-se crucial intervir nestas comunidades através de ações de carácter físico e social, dotando-as de melhores condições de habitação e procurando melhorar as infraestruturas escolares, proporcionando-lhes melhores condições de ensino. Complementarmente, foram identificados fatores críticos de sucesso que assumirão um importante papel no combate aos desafios referidos, potenciando o alcance dos objetivos e impulsionando o presente plano para o sucesso. Estes fatores são:

- Capacidade de mobilização de meios e recursos alinhada com as prioridades do plano
- Aderência das ações aos objetivos propostos
- Efectividade e eficácia das ações em termos de resultados produzidos
- Capacidade de vigilância dos resultados e ajuste das ações conforme as necessidades
- Capacidade de articulação e comunicação entre todas as entidades envolvidas

## 4. OBJETIVOS E DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA

(MÁX. 9.000 CARACTERES)

As cidades são hoje consideradas como núcleos de concentração populacional e de atividades económicas, constituindo assim um grande potencial como dinamizadoras no âmbito socioeconómico, dando um seguimento às oportunidades existentes e fomentando a competitividade e a inovação. Todavia, caracterizam-se simultaneamente pela complexidade dos problemas ambientais e fenómenos de exclusão social, influenciando a qualidade de vida das comunidades e a coesão do tecido social e económico.

No seguimento das tendências que se têm vindo a destacar nos últimos anos relativamente à revitalização urbana e mobilidade sustentável, tem-se assistido a uma **crecente preocupação e envolvimento respeitante ao contributo da acessibilidade para a qualidade de vida, desenvolvimento e sustentabilidade urbana na vertente socioeconómica**. A mobilidade urbana tem sido progressivamente valorizada, acompanhada por alterações significativas, especialmente nas cidades, como resultado da evolução verificada ao nível dos modos e estilos de vida das sociedades, da dispersão urbanística residencial e das novas formas de organização profissional. A mobilidade urbana apresenta-se hoje como uma realidade diversificada e heterogénea, explícita numa grande complexidade das cadeias de deslocação diárias. Contrariamente, a desorganização do espaço público existente veio promover um peso excessivo na rede de equipamentos de coesão territorial que se reflete, por exemplo, no aumento das barreiras urbanísticas, condicionando particularmente a acessibilidade dos cidadãos portadores de deficiência. Assim, a mobilidade sustentável constitui um dos principais desafios para as políticas urbanas.

Como evidência resultante das transformações das sociedades contemporâneas em emergência, a ascensão destes novos **cenários colocam desafios do ponto de vista social**, planeamento urbanístico, transportes e comunicação, e da construção de uma zona urbana segura e acessível a todas as comunidades.

O presente PEDU, pretende estabelecer o quadro de intervenção **estratégica de acordo com as diretrizes do Portugal 2020** de forma a corresponder às necessidades de intervenção e aos desafios que se colocam na Região no âmbito da requalificação urbana, promoção da mobilidade sustentável e envolvimento das comunidades mais desfavorecidas.

De acordo com a abordagem definida, o **Município estabelece uma estratégia primordialmente focada na requalificação do centro urbano de Ponte de Sor**, atraindo, deste modo, os agentes territoriais para uma vivência progressivamente confluída ao centro da cidade tornando a atividade económica mais dinâmica associada ao crescente desenvolvimento turístico e cultural. Complementarmente, revela-se crucial a revitalização de outras áreas fundamentais da cidade orientadas para a dinâmica social e económica das comunidades existentes, potenciando a inclusão social das mesmas. Adicionalmente, numa vertente de aumento da qualidade de vida dos residentes e das populações visitantes, as intervenções destinadas à Zona Ribeirinha irão não só concluir a revitalização do espaço como também potenciar a redução de consumos energéticos e de ruído, proporcionando a adoção dos modos suaves contribuindo diretamente para o turismo rural do Município.

A Estratégia encontra-se coerente com as orientações estabelecidas pelos Instrumentos de Gestão Territorial, onde estão incluídos a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial, o Plano Regional de Ordenamento do Território o Plano Diretor Municipal, o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, as Áreas Reabilitação Urbana e o Plano de Desenvolvimento Social.

## 4. OBJETIVOS E DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA

(CONT.)

Destacam-se ainda as experiências com intervenções realizadas previamente que enriqueceram o nível de conhecimentos e potenciaram o desenvolvimento de novos ensinamentos ligados à natureza e impacto da aplicação dos fundos estruturais.

O Município pretende debruçar-se perante os desafios que atravessa e **através da identificação de fatores críticos de sucesso** irá progressivamente atingir os mais complexos níveis de desenvolvimento no contexto de três pilares de intervenção: Mobilidade Urbana Sustentável, Regeneração Urbana e Regeneração das Comunidades Desfavorecidas.

**O Plano contempla as linhas orientadoras do Eixo 4 do Programa Operacional (PO) Regional do Alentejo – Desenvolvimento Urbano Sustentável.** Este eixo integra os seguintes objetivos temáticos: OT 4 – Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores, OT 6 – Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos e OT 9 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação. Encontram-se também alinhados com os Eixos de Intervenção da EIDT, designadamente:

- Qualificação do Território no âmbito da qualificação de âncoras de desenvolvimento nos centros urbanos, como via para aumentar os fluxos de visitação e também de atração demográfica
- Desenvolvimento Local fundamentado pelo incentivo e consolidação da experiência adquirida pelas estruturas de gestão e apoio técnico a nível local no âmbito da Abordagem LEADER e outras iniciativas de desenvolvimento local e rural, as quais são necessárias para manter a dinamização económica e social a uma escala de maior proximidade com as comunidades dos pequenos aglomerados rurais e urbanos

A estratégia apresentada está também alinhada com as prioridades da Estratégia Europa 2020 - **Crescimento Inteligente, Crescimento Sustentável e Crescimento Inclusivo** -, estando estas interligadas e abrangendo um espectro de atuação mais significativo quando combinadas.

No contexto do Crescimento Inteligente, que representa a aposta na inovação, mobilidade do mercado e sociedade digital, o Município, pretende:

- Garantir a articulação entre o Município e as entidades públicas e privadas
- Atender às diferenças presentes a nível regional através da valorização heterogeneidade e reforçando complementaridades

No contexto do Crescimento Sustentável, que representa a competitividade da gestão de recursos focalizada na eficiência energética e combate às alterações climáticas, o Município, pretende:

- Promover a requalificação e revitalização urbana tendo como base o desempenho eficiente dos recursos através da implementação de iniciativas ativas de melhoria do desempenho ambiental

## 4. OBJETIVOS E DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA

(CONT.)

No contexto do Crescimento Inclusivo, que representa a aposta no desenvolvimento de novas competências e empregos e no combate à pobreza e exclusão social, o Município, pretende:

- Superar as debilidades e fragilidades ainda verificadas no sistema de educação
- Concentrar-se num processo de intervenção comunitário que visa prevenir, valorizar, desenvolver e promover as comunidades locais, no sentido da inclusão e da autosustentação

O Município, como elemento fortificador das oportunidades e potencialidades da Região, de forma a cumprir com a estratégia desenvolvida, estabelece os seguintes objetivos estratégicos:

- **Mobilidade Urbana Sustentável:**
  - Promover a multifuncionalidade da cidade de Ponte de Sor
  - Reforçar e reabilitar as áreas pedonais tanto nas zonas urbanas relevantes como em zonas periféricas onde exista uma densidade populacional que justifique a intervenção
  - Incentivar modos suaves de mobilidade
  - Reduzir o tráfego automóvel com o intuito de corresponder diretamente à redução das emissões de carbono
  - Reforçar a importância das zonas centrais
- **Regeneração Urbana:**
  - Revitalizar os centros urbanos, atrair e fixar actividades laborais de modo a influenciar positivamente a qualidade de vida da população urbana
  - Garantir a protecção e promover a valorização do património
  - Promover a sustentabilidade ambiental, cultural, social e económica dos espaços urbanos
  - Recuperar espaços urbanos funcionalmente obsoletos, promovendo o seu potencial para atrair funções urbanas inovadoras e competitivas
- **Regeneração das Comunidades Desfavorecidas:**
  - Promover a inclusão social e combate à pobreza, reabilitando e reinserindo as Comunidades Desfavorecidas que vivem em condições precárias
  - Superar as debilidades e fragilidades ainda verificadas no seio das Comunidades Desfavorecidas, nomeadamente no sistema de educação, de forma a promover uma melhoria significativa dos resultados da aprendizagem e a reduzir o abandono escolar
  - Reabilitar as Comunidades Desfavorecidas, de modo a potenciar a inclusão social desta população através de ações de carácter social (imaterial)



## 4. OBJETIVOS E DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA

(CONT.)

É importante referir que os Stakeholders chave da Comunidade proporcionaram mais valias relevantes para esta Estratégia, estes caracterizam-se por exemplo como: agentes privados, públicos, associações, etc. e estão orientados no sentido de promover intervenções articuladas e integradas que suscitam um elevado grau de envolvimento e participação da Comunidade no desenvolvimento da cidade.

O PEDU constitui a visão estratégica de longo prazo, apresentando um modelo de desenvolvimento que incorpora diversos intervenientes com responsabilidades e interesses diversos mas ajustados às dimensões que caracterizam o Município.

## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.1 IDENTIFICAÇÃO DAS PRIORIDADES DE INVESTIMENTO A MOBILIZAR (MÁX. 7.000 CARACTERES)

O presente Plano de Ação mobiliza cinco Prioridades de Investimento (PI) distintas, incluídas em três Eixos Prioritários do Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020, com objetivos e resultados esperados específicos.

#### □ *Eixo Prioritário 4 - Desenvolvimento Urbano Sustentável*

Este Eixo mobiliza os Objetivos Temáticos 4 - Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores, OT 6 - Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos e OT 9 - Promover a inclusão social e combater a pobreza, integrando intervenções referentes à Mobilidade Urbana Sustentável, ao ambiente urbano e à regeneração física, económica e social das comunidades e das zonas urbanas desfavorecidas.

- **Prioridade de Investimento 4.5** - Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação

Relativamente a esta PI 4.5, a Estratégia implementar no presente PEDU alicerça-se fundamentalmente no reforço dos modos suaves e no aumento da pedonalidade. Deste modo, todas as ações propostas contempladas nesta PI estão focadas na remoção de barreiras arquitetónicas e noutras intervenções que facilitem e promovam as deslocações a pé, tal como na criação de uma rede ciclável na cidade de Ponte de Sor, alavancando na tradição que existe relativamente às deslocações de bicicleta.

Do ponto de vista do tráfego automóvel propõem-se intervenções de modo a descongestionar largos e rodovias onde a poluição urbana condiciona o ambiente urbano envolvente.

De realçar que todas as medidas resultam de uma Estratégia integrada e de conjunto que visa cumprir as metas de redução de Gases com Efeito de Estufa (GEE) e outros com impactos negativos na saúde humana, para além da promoção da sustentabilidade ambiental e de modos de vida mais saudáveis.

- **Prioridade de Investimento 6.5** - Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído

Para a PI 6.5, o Município de Ponte de Sor pretende implementar ações de reabilitação integradas que intervenham em duas zonas fulcrais: i) Zona Ribeirinha, fechando o investimento já realizado pelo Município, e ii) núcleo central da cidade. Estas ações envolvem não só a reabilitação de edificado (seja para comércio e serviços, seja para habitação) mas também do espaço público, garantindo a coerência e articulação necessárias para uma reabilitação efetiva. Esta estratégia é especialmente importante para a “Área Urbana Consolidada”, que se insere na Área de Reabilitação Urbana (ARU) e na qual o presente PEDU pretende intervir de forma integrada.

## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.1 IDENTIFICAÇÃO DAS PRIORIDADES DE INVESTIMENTO A MOBILIZAR (CONT.)

- **Prioridade de Investimento 9.8** - Apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais

No que concerne à PI 9.8, caracterizada por intervenções de carácter físico, será necessário mobilizar intervenções de carácter social (imaterial), que apesar de não serem financiadas no âmbito do presente PEDU, visam a inclusão social das comunidades, constituindo-se como um elemento de coerência e complementaridade entre os locais a intervir.

As intervenções sociais aqui implementadas serão mobilizadas através das PIs 9.1 (inserida no Eixo Prioritário 6 do Programa Operacional Regional do Alentejo) e 10.1 (inserida no Eixo Prioritário 2 do Programa Operacional Regional do Alentejo). A mobilização destas duas PIs associadas à regeneração das Comunidades Desfavorecidas justifica-se pela lógica de articulação e abrangência das intervenções de cariz físico (material), sobretudo se for tido em conta que as 4 operações de regeneração das Comunidades Desfavorecidas abrangem diversos tipos de públicos-alvo, desde as crianças e jovens aos idosos.

#### *Eixo Prioritário 6 - Coesão Social e Inclusão*

Este Eixo mobiliza um OT (9 - Promover a inclusão social e combater a pobreza) e integra dois fundos (FEDER e FSE). O seu principal propósito é atuar ao nível das iniciativas para a inovação e para a experimentação social que facilitem a dinamização de estratégias de inclusão social.

- **Prioridade de Investimento 9.1** – Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação: apoio a medidas de inclusão ativa de comunidades marginalizadas e grupos de risco

Os resultados esperados incluem o aumento da empregabilidade e combate à exclusão social através de uma inclusão ativa, assim como o desenvolvimento de competências dos visados num contexto de trabalho, e o apoio à transição de situações de inatividade ou desemprego.

Neste contexto, o presente PEDU associa a esta PI projetos imateriais associados à inclusão social de famílias carenciadas e ao reforço de competências e capacitação das mesmas de modo a facilitar a sua integração na Comunidade.

#### *Eixo Prioritário 2 - Ensino e Qualificação do Capital Humano*

Este Eixo mobiliza um OT (10 – Investir na educação, na formação, nomeadamente profissional, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida) e integra dois fundos (FEDER e FSE), permitindo estabelecer sinergias e reforçar o impacto das ações que podem ser financiadas por cada um deles.

- **Prioridade de Investimento 10.1** - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil, primária e secundária, incluindo percursos de aprendizagem, formais, não formais e informais, para a reintegração no ensino e formação

## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.1 IDENTIFICAÇÃO DAS PRIORIDADES DE INVESTIMENTO A MOBILIZAR (CONT.)

No âmbito da PI 10.1, este PEDU mobiliza alguns projetos que visam combater o insucesso e abandono escolar e reforçar o papel da escola e das famílias para contribuir para uma melhoria do desempenho escolar do aluno. A lógica de articulação e coerência está relacionada sobretudo com as intervenções físicas de regeneração e revitalização de uma escola e de um Centro Ludo-Pedagógico que abrangem Comunidades Desfavorecidas que vivem em condições bastante precárias.

## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.2 PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL (MÁX. 29.000 CARACTERES EXCLUINDO AÇÕES)

#### DIAGNÓSTICO

Ponte de Sor, situado na margem direita da Ribeira de Sor, tem sido um importante local de passagem em Portugal, tendo na época Romana integrado a via que ligava Lisboa a Mérida, e nos dias de hoje por se localizar num dos principais nós estratégicos do país, no cruzamento rodoviário entre Lisboa, Beiras e Alentejo.

O concelho conta com uma localização privilegiada tanto a nível regional, encontrando-se numa rede de estradas que o ligam a Santarém, a Abrantes e a Portalegre (ponto de passagem incontornável para grande parte do tráfego de pessoas e mercadorias gerado no Alto Alentejo), como a nível nacional, pelo seu carácter central.

No âmbito específico da Mobilidade Urbana Sustentável, a necessidade da sua promoção é particularmente importante e estratégica na Cidade de Ponte de Sor, visto que esta corresponde ao polo dinamizador da população e das atividades económicas do concelho. A densidade populacional desta cidade é superior ao de outros municípios da Região (19,1 indivíduos por km<sup>2</sup>, ligeiramente superior ao valor da Região do Alto Alentejo, de 18,6 km<sup>2</sup> – Pordata, 2014). O mesmo acontece com o nível de concentração de serviços, potenciando deslocações das localidades vizinhas até Ponte de Sor (maioritariamente de automóvel). Adicionalmente, com as expectativas de aumento do fluxo de turistas com as iniciativas previstas nas candidaturas municipais e supramunicipais para esta Região, torna-se essencial promover o desenvolvimento de uma diversificada rede de transportes públicos. No geral, os espaços públicos de Ponte de Sor assinalam um estado de conservação médio, existindo porém alguns problemas a resolver.

A demografia da população residente é também uma componente das condições socioeconómicas Pontessorenses que não pode ser descurada, principalmente pela dinâmica de envelhecimento acelerado que se verifica nas últimas décadas. A população que tem pelo menos uma dificuldade na vivência do dia-a-dia, nomeadamente a mobilidade física, abrangendo 22% da população do Alto Alentejo. O concelho de Ponte de Sor regista, de entre os 15 concelhos, a sétima maior percentagem da Região com pelo menos uma dificuldade (em 2011 foi evidenciado que 2.187 residentes sentiam dificuldade em andar ou subir degraus, numa população de cerca de 16.000 habitantes – 13,7%). Estes dados reforçam a importância das condições de mobilidade e acessibilidade da cidade, que não são, nos dias que correm, os mais adequados para a população residente.

A rede urbana do concelho caracteriza-se pela presença de um núcleo de grandes dimensões - Ponte de Sor - dois de dimensões médias - Montargil e Galveias - e outros de menor dimensão. Nos últimos anos, a rede urbana não sofreu grandes alterações, contribuindo para um acentuar dos desequilíbrios concelhios.

O território municipal possui quatro ligações ao exterior, para Sul e Leste através do IC13, para Norte através da N244, e para Noroeste pela N2. A Ligação a Sul assegura a acessibilidade a Lisboa (pelas pontes Vasco da Gama ou de Vila Franca) a ao Sul (Baixo Alentejo e Algarve), através da ligação à autoestrada A6.

## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.2 PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL (CONT.)

A ligação Nascente assegura a acessibilidade internacional, através das fronteiras de Galegos (para Cáceres, Burgos e Paris), e do Caia (para Badajoz, Sevilha e Madrid). Constitui também, a ligação principal a Portalegre (sede do distrito) e a pólos locais (Alter do Chão e Crato). A ligação Norte, estabelece ligação ao IP2 em Arez, tornando acessível o interior Centro e Norte do País, e finalmente a ligação Noroeste que permite garantir a acessibilidade a todo o litoral Centro e Norte, através do IP6, bem como a alguns importantes pólos regionais e locais, como Leiria e Abrantes.

A rede viária assume um papel importante na estrutura e hierarquização da rede urbana. Desta forma, no Concelho, a EN2 e a EN244, constituem os principais suportes e eixos de ligação dos aglomerados urbanos. Assim, podemos verificar a existência de um eixo viário constituído pela EN2 (para sul de Ponte de Sor) e pela EN244 (para norte de Ponte de Sor), que acompanha a Ribeira de Sor, e que se assume como principal suporte da maior concentração populacional do concelho. Direta ou indiretamente associados a este eixo estão os aglomerados de Montargil, Tramaga, Ponte de Sor, Rosmaninhal, Longomel, Escusa e Vale do Arco. Foros do Arrão, Galveias e Vale do Açor constituem também aglomerados periféricos em relação a este eixo, estando os dois últimos também associados a estradas nacionais importantes, respetivamente a EN244 (no troço que liga Ponte de Sor a Avis) e a EN119 (no troço que liga Ponte de Sor a Alter do Chão).

No que concerne ao sistema de transportes públicos, atualmente os percursos rodoviários que servem o concelho de Ponte de Sor são de dois tipos: os que atravessam o território, de carácter regional e que servem as populações das freguesias onde efetuam paragem, e os que partem da sede do concelho para as diversas freguesias que constituem o concelho. Assim, a Norte, a Linha 8952: Ponte de Sor-Portalegre, serve ao mesmo tempo os concelhos de Ponte de Sor, Alter do Chão, Crato e Portalegre. O concelho de Ponte de Sor é servido também pela Linha 8327: Abrantes-Ponte de Sor que serve a localidade de Domingão. A zona sul do concelho, tais como as freguesias de Tramaga e Montargil são servidas pela Linha 8344: Ponte de Sor-Mora, pela Linha 8029: Fronteira-Ponte de Sor (Escala Avis), servindo as freguesias de Galveias (Ponte de Sor), Avis, Ervedal e Figueira Barros (Avis), ligando assim os concelhos de Ponte de Sor, Avis e Fronteira, e a Linha 8951: Avis-Ponte de Sor (por Benavila) que serve as freguesias de Vale Açor (Ponte de Sor) e de Benavila (Avis). As ligações de Ponte de Sor à freguesia de Foros de Arrão, efetuam-se através da Linha 8794: Foros de Arrão-Ponte de Sor (por Montargil) que serve diversas localidades no seu percurso (Plano Intermunicipal de Promoção da Acessibilidade do Alto Alentejo - PIMPA, Município de Ponte de Sor, 2013).

Recentemente, a cidade foi palco de um investimento de reordenamento da margem direita da Ribeira do Sor, de onde resultou a pedonalização de uma longa área adjacente ao rio. Esta operação torna-se ainda mais relevante no âmbito da Mobilidade Urbana Sustentável dado que o novo caminho pedonal ladeia um dos eixos mais relevantes da Cidade, que a atravessa de Norte a Sul.



## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.2 PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL (CONT.)

Apesar dos investimentos realizados, foram identificados os seguintes constrangimentos que criam barreiras à mobilidade da população, incentivando-a a optar por meios de transporte não sustentáveis, nomeadamente:

- A presença de passeios e vias de circulação que não respeitam a largura mínima exigida pela legislação (largura livre superior 1,20 metros);
- Ausência de passadeiras para peões e estrangulamentos com mobiliário urbano;
- Estacionamento desorganizado ao longo da via pública;
- Espaços públicos sem condições para a circulação de pessoas com mobilidade condicionada;
- Diversos conflitos entre a circulação viária e a vivência local (acessos aos diferentes lotes e propriedades marginais, circulação pedonal e atravessamentos – ex.: Montargil, Tramaga, Ponte de Sor, Rosmaninhal, Longomel, Escusa e Vale do Arco);
- Falta de ciclovias no Município, o que se torna uma barreira à promoção dos modos suaves, sendo este constrangimento ainda mais relevante numa cidade onde existe tradição de ciclismo;
- Locais de paragem e/ ou paragem/ abrigo que não satisfazem as condições de acesso a pessoas com mobilidade condicionada.

Tendo em conta os constrangimentos identificados, é necessário atuar de forma prioritária em 2 pontos:

- Dotação do centro de Ponte de Sor de uma área funcional e confortável em que o peão possa circular de forma segura e utilizar as funções e equipamentos disponíveis, fomentando a crescente libertação desta zona de veículos privados e assim diminuir as emissões de carbono, por via de:
  - i) Uma gestão mais focada e eficiente da via pública e dos demais espaços de circulação (alargamento de vias, construção de passeios, reestruturação de estacionamentos e de sentidos de circulação e nivelamentos), de forma a também criar e melhorar as acessibilidades para cidadãos com mobilidade condicionada;
  - ii) Diminuição da oferta de combustíveis para consumo - gasolina com e sem chumbo e gasóleo rodoviário – Ponte de Sor registou um valor na ordem das 80 toneladas por veículo automóvel registado no Município, que contrastam negativamente com uma média de 54 toneladas registadas a nível nacional;
  - iii) Diminuição do indicador de consumo de combustível por habitante (Ponte de Sor regista um consumo de 0,4 tep, superior ao valor da região do Alto Alentejo (0,3 tep) e próximo do valor médio nacional, de 0,6 tep).

## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.2 PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL (CONT.)

- Promoção dos modos suaves de transporte:
  - i) Potenciar a tradição existente pelo ciclismo, sendo que umas das prioridades deverá passar pela criação de ciclovias e espaços seguros por onde os ciclistas possam circular;
  - ii) Construção/ reabilitação de vias pedonais, de forma a encurtar distâncias, possibilitar uma maior acessibilidade a espaços públicos e melhorar a mobilidade dos peões;
  - iii) Implantação de passagens de peões, que cumpram integralmente o Decreto-lei n.º 163/2006 de 8 de Agosto, visto não se ter detetado nenhum passeio que não constituísse um obstáculo à acessibilidade.

Com a estratégia de mobilidade urbana proposta para o Município, espera-se então obter: i) uma diminuição do nº de veículos automóveis em circulação (no ano de 2012, foram registados 83 veículos automóveis em Ponte de Sor, o que representa cerca de 10% do total na região do Alto Alentejo – Anuário Estatístico da Região Alentejo), de forma a diminuir os índices de emissão de CO<sub>2</sub> e outros gases poluentes, ii) diminuir os constrangimentos existentes nas vias de interseção dos vários meios de transportes e iii) promover uma maior qualidade de vida aos habitantes.

#### OBJETIVOS E DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA

Presentemente, é cada vez mais reconhecido o importante papel que os modos suaves têm na promoção de padrões de mobilidade urbana mais sustentáveis, uma vez que a sua utilização contribui fortemente para a redução do impacto negativo dos transportes poluentes, ao mesmo tempo que aumenta o bem-estar e a saúde dos cidadãos.

Num contexto marcado pelo uso crescente do transporte automóvel individual, e onde se evidencia uma falta de articulação dos sistemas de transportes, torna-se pertinente o estímulo de uma visão integrada da mobilidade, encontrando soluções inovadoras que vão ao encontro das necessidades dos utentes e promovam a eficiência energética e ambiental.

Um dos objetivos estratégicos especificados no PROTA (Plano Regional de Ordenamento de Território do Alentejo), é o de “articular as redes de acessibilidade e organizar os sistemas de transporte em torno de uma mobilidade sustentável, de forma a consolidar o sistema urbano policêntrico e a promover a equidade territorial”. É também referido que a Região possui condições ótimas para apostar na efetivação de vias pedonais e cicláveis, no seguimento de experiências já concretizadas com as ecopistas, devendo encaminhar-se para uma lógica de rede e estender-se o mais possível às áreas urbanas, por forma a potenciar estes modos de transporte no quadro das deslocações urbanas e de curta distância.

## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.2 PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL (CONT.)

Neste âmbito, e devido ao facto de existirem diversos pontos de interesse e monumentos históricos na cidade e seus arredores (ex.: ponte oitocentista sobre a ribeira de Sor, que dá o nome à localidade; Fonte da Vila, datada do século XVIII; Capela do senhor das Almas; edifício dos antigos Paços do Concelho, erguido em 1886; antiga Fábrica de Moagem de Cereais e Descasque de Arroz, hoje um moderno centro cultural onde funciona a Biblioteca Municipal, o Arquivo Histórico Municipal e o Centro de Artes e Cultura - um centro de exposições de arte), assim como a moderna e agradável zona ribeirinha e diversos espaços públicos de convívio, mais facilmente acedidos por via pedonal ou modos suaves de transporte, os objetivos principais em termos do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável consistem na melhoria das condições de acessibilidade aos peões, incentivando o movimento pedonal e desincentivando o movimento automóvel, e pela facilitação do uso de modos suaves e de meios de transporte com ganhos ambientais e energéticos.

Tendo em vista o diagnóstico apresentado anteriormente, as intervenções de promoção da Mobilidade Urbana Sustentável no Município de Ponte de Sor desagregam-se em sete propostas de intervenção distintas: i) Reestruturação do Largo Marquês de Pombal, ii) Reestruturação e reabilitação do Largo 25 Abril, Alameda e Zona Adjacente, iii) Reabilitação do Jardim do Rossio, iv) Construção de passeio e de uma ciclovia na Estrada dos Foros, v) Reestruturação e requalificação dos passeios do Largo do Terreiro em Galveias, vi) Requalificação de Entradas de Montargil e Jardim das Afonsas, e, por fim, vii) Reestruturação e reabilitação dos passeios do Largo dos Foros do Arrão.

A primeira intervenção proposta no presente Plano de Mobilidade Urbana Sustentável será no **Largo Marquês de Pombal** (mais propriamente, a sua reestruturação). Este largo está localizado na zona central da cidade, sendo portanto propício a um elevado movimento pedonal. Porém, o passeio é demasiado estreito e existe somente num só lado da via. Adicionalmente, existe um constrangimento entre a praça de táxis existente sob a forma de um desnivelamento que dificulta a passagem de peões. Desta forma, torna-se importante melhorar a sua acessibilidade, promovendo os modos suaves de transporte. Por outro lado, torna-se fundamental privilegiar o peão, reforçando a zona como uma zona de estadia e convívio (fruto da presença da Igreja e das restantes infraestruturas presentes na envolvente do Largo). Assim, as intervenções terão o intuito de requalificar a zona de modo a torná-la mais atrativa para a deslocação de peões e modos suaves de deslocação e promover uma menor circulação de automóveis, por via de:

- Reestruturação e ordenamento da zona de estacionamento da praça;
- Construção de novos passeios para uma maior mobilidade pedonal;
- Alargamento de passeios já existentes na praça, com o mesmo intuito que a ação anterior;
- Nivelamento do largo, incluindo a praça de táxis existente.

## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.2 PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL (CONT.)

Em suma, os objetivos desta intervenção são:

- Incentivar a circulação/ permanência do peão nesta zona;
- Diminuir o tráfego automóvel;
- Reforçar a significância da zona central da cidade como uma zona de estadia e convívio.

A segunda intervenção planeada é a **reestruturação e reabilitação do Largo 25 Abril, Alameda e Zona Adjacente**. Este Largo é um dos mais centrais e movimentados da cidade, mas presentemente encontra-se bastante degradado e não apela nem à circulação/ estadia do peão nem de outros modos suaves, como as bicicletas. A zona adjacente ao largo está também bastante descuidada, pelo que se torna importante a reabilitação dos passeios e da zona verde. O espaço regista também elevados níveis de tráfego automóvel e poluição, sendo portanto essencial a sua reabilitação e promoção de modos suaves, apelando sobretudo à pedonalidade. Assim, a presente proposta visa requalificar o Largo 25 de Abril, a Alameda e Zona Adjacente, de forma a incentivar o movimento pedonal e reduzir as emissões de carbono (e outros gases poluentes) para a atmosfera. Esta intervenção engloba:

- Alargamento dos passeios, de forma a tornar a zona mais acessível aos peões;
- Reestruturação/ reconstrução da via, desincentivando a presença constante e contínua do tráfego automóvel;
- Redistribuição do tráfego, de forma a minimizar os efeitos negativos à deslocação de peões;
- Reabilitação do centro da praça, para possibilitar a circulação e estadia de peões e para incentivar os modos suaves de transporte.

Esta intervenção visa atingir os seguintes objetivos:

- Promover os modos suaves, principalmente a pedonalidade;
- Diminuir os efeitos negativos do tráfego automóvel, como, por exemplo, os índices de emissão de CO<sub>2</sub>.

A terceira intervenção visa a **reabilitação do Jardim do Rossio**. Este jardim encontra-se junto ao Centro de Emprego de Ponte de Sor e incorpora um pequeno parque infantil. Trata-se de um espaço público, tipicamente caracterizado por atrair um maior movimento pedonal. Porém, existem constangimentos à permanência do peão dado o mau estado de conservação dos passeios (para além da sua largura insuficiente) e uma orientação pouco eficaz do sentido do tráfego, tornando-se uma prioridade assegurar a sua acessibilidade. A praça em si também se encontra degradada, devendo portanto ser requalificada. De forma a transformar o Jardim do Rossio num espaço público mais atrativo para os peões e para facilitar e incentivar a utilização do parque infantil, foram pensadas as seguintes ações:

- Reorientação do sentido de circulação de automóveis de forma a diminuir o número de veículos que circulam na zona;
- Alargamento dos passeios, para incentivar uma maior circulação de peões e facilitar a utilização do parque infantil;

## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.2 PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL (CONT.)

- Reabilitação do interior da praça, com o mesmo objetivo que a ação anterior;
- Reestruturação e reorientação da área de estacionamento de modo a desincentivar a presença de automóveis na praça.

Esta intervenção pretende cumprir os seguintes objetivos:

- Priorizar o movimento pedonal;
- Promover a circulação mais eficiente dos automóveis e consequente diminuição dos índices de emissão de gases poluentes da atmosfera;
- Promover a utilização do parque infantil.

A quarta intervenção consiste na construção de **passeio e de uma ciclovia na Estrada dos Foros**. Esta é uma estrada que faz fronteira com a Rua Soeiro Pereira Gomes e onde circulam automóveis nos dois sentidos, onde não existem de todo passeios e a faixa de circulação automóvel é excessivamente larga, impossibilitando a circulação de peões e desincentivando os modos suaves. Nesta intervenção é ainda relevante reabilitar a zona ao longo do ribeiro adjacente, degradada e baldia, de forma a permitir uma circulação facilitada aos peões. Está igualmente prevista a construção de uma ciclovia ao longo do ribeiro, visto Ponte de Sor ser uma zona onde o transporte ciclável é bastante utilizado e onde existe uma tradição para o uso de bicicletas. Esta ciclovia assume um papel importante na promoção dos modos suaves e na diminuição do CO<sub>2</sub> presente nesta zona porque permitirá aos residentes desta zona e de zonas mais periféricas acederem ao núcleo central da cidade de Ponte de Sor de bicicleta e/ ou a pé, incentivando à mudança de rotinas diárias de uso do veículo automóvel (que se registam de forma consistente neste percurso). Esta intervenção inclui as seguintes ações:

- Construção de passeio pelo menos num dos lados da rua, para incentivar a passagem de peões e os modos suaves;
- Construção de ciclovia ao longo da Ribeira do Vale da Bica, começando no ponto de interseção com a via;
- Alargamento do pontão para permitir a criação de passeios e a circulação do peão ao longo do mesmo.

Os objetivos principais desta intervenção são:

- Aumentar o movimento do meio de transporte ciclável, através da construção da nova ciclovia;
- Promover a pedonalidade.

## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.2 PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL (CONT.)

A quinta intervenção planeada no presente Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável é a **reestruturação e requalificação dos passeios do Largo do Terreiro em Galveias**. A Freguesia de Galveias é uma importante povoação do concelho de Ponte de Sor e encontra-se situada na encosta de uma colina fértil, na margem esquerda do rio Sor, distando cerca de 12 km da sede de concelho. O Largo em questão é, à semelhança do Largo Marquês de Pombal acima mencionado, propício à circulação de peões, embora presentemente esteja mais direcionado para a circulação automóvel, registando um elevado volume de tráfego automóvel. Torna-se importante eliminar os constrangimentos existentes para a fácil movimentação pedonal e para incentivo dos modos suaves, por via de alargamento dos passeios. As ações incorporadas nesta intervenção são as seguintes:

- Reestruturação e reordenamento do tráfego no Largo, de forma a minimizar os efeitos negativos à deslocação de peões;
- Construção de novos passeios para uma maior mobilidade pedonal;
- Alargamento dos passeios, de forma a tornar a zona mais acessível aos peões;
- Reabilitação e expansão da área central da praça, para possibilitar a circulação e estadia de peões e para incentivar os modos suaves de transporte.

Esta intervenção tem como objetivos principais:

- Incentivar a circulação/ permanência do peão;
- Diminuir o tráfego automóvel.

A sexta intervenção proposta é a que visa a **requalificação de Entradas de Montargil e Jardim das Afonsas**. Montargil é também uma freguesia pertencente ao concelho de Ponte de Sor, que até 1855 foi sede do concelho. Esta intervenção assume um papel importante na melhoria das condições de acessibilidade das entradas de Montargil e do Jardim das Afonsas, promovendo a circulação dos peões e modos suaves através da reconstrução/ reabilitação de passeios e vias. As ações específicas para este efeito incluem:

- Reabilitação das entradas de Montargil e reordenamento/ reorganização das vias, de forma a diminuir o volume de CO2 emitido pela circulação automóvel;
- Reestruturação e alargamento dos passeios, para incentivar uma maior circulação de peões e a facilitar os acessos ao Jardim das Afonsas e a Montargil.

Os principais objetivos desta intervenção são:

- Incentivar a circulação do peão e os modos suaves;
- Diminuir o volume de gases poluentes e aumentar a segurança rodoviária.



## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.2 PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL (CONT.)

Por último, a sétima intervenção visa a **reestruturação e reabilitação dos passeios do Largo dos Foros do Arrão**. Esta freguesia, pertencente ao concelho de Ponte de Sor, fica a cerca de 18 km de Montargil e da sua famosa Barragem e a 32 km da sede de concelho (Ponte de Sor). O Largo em questão necessita de uma melhoria em termos de alargamento dos seus passeios, visto ser uma zona em que os peões poderiam circular mais frequentemente, o que não se verifica devido ao mau estado dos acessos pedonais deste Largo. Este Largo regista ainda tráfego automóvel de forma desordenada, o que desincentiva ainda mais a pedonalidade e potencia as emissões de CO<sub>2</sub>. As ações propostas para o incremento da acessibilidade e para incentivar os modos suaves de transporte são as seguintes:

- Reestruturação e ordenamento da zona de estacionamento na área envolvente da praça, de modo a incentivar a passagem de peões e a diminuir a emissão de gases poluentes;
- Construção de novos passeios de forma a potenciar uma maior mobilidade, facilidade de acesso e permanência dos peões.

Em suma, os objetivos centrais desta intervenção são:

- Priorizar o movimento pedonal e a estadia do peão no Largo;
- Diminuir os efeitos negativos do tráfego automóvel, como, por exemplo, os índices de emissão de CO<sub>2</sub>.

É importante realçar que estas 7 ações, para além de estarem alinhadas com os instrumentos já referidos nesta Estratégia, estão também completamente alinhadas com o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável a definir pela CIM Alto Alentejo, estando alicerçadas no pilar de desenvolvimento dos modos suaves e da pedonalidade na cidade de Ponte de Sor.

## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.2 PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL (CONT.)

AÇÕES DE INVESTIMENTO (MODELO DE FICHA APRESENTADO NO AVISO)

PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL	
<b>IDENTIFICAÇÃO DA NUT III</b>	<b>Alto Alentejo</b>
<b>CÓDIGO DA AÇÃO</b>	<b>04/4.5.i</b>
<b>LOCALIZAÇÕES E TERRITÓRIOS ABRANGIDOS</b>	<b>Largo Marquês de Pombal, Ponte de Sor</b>
<b>DESCRIÇÃO E JUSTIFICAÇÃO PARA A INTERVENÇÃO NOS TERRITÓRIOS IDENTIFICADOS</b>	
<p>O Largo Marquês de Pombal localiza-se na zona central da cidade, sendo propício a um elevado movimento pedonal, pelo que se torna importante melhorar a acessibilidade e facilitar a deslocação de peões, bem como promover os modos suaves de transporte.</p>	
<b>TIPOLOGIAS DE AÇÃO</b>	(i) o incremento dos modos suaves (bicicleta e pedonal), através da construção de ciclovias ou vias pedonais (excluindo as que tenham fins de lazer como objetivo principal), podendo exigir a eliminação de pontos de acumulação de acidentes que envolvem peões e ciclistas.
<b>CUSTO POR TIPOLOGIA DE AÇÃO</b>	<i>Estimativa de custo considerando as diversas componentes (estudos, projeto, expropriações, exploração, etc.)</i>
500.000 €	(i) o incremento dos modos suaves (bicicleta e pedonal), através da construção de ciclovias ou vias pedonais (excluindo as que tenham fins de lazer como objetivo principal), podendo exigir a eliminação de pontos de acumulação de acidentes que envolvem peões e ciclistas.
<b>500.000 €</b>	<b>Total</b>

<b>HORIZONTE TEMPORAL</b>	<i>Curto-prazo</i>
<b>ENTIDADES ENVOLVIDAS</b>	<i>Município de Ponte de Sor</i>
<b>PRINCIPAIS INTERDEPENDÊNCIAS</b>	-

## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.2 PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL (CONT.)

INDICADOR DE REALIZAÇÃO	META	
	2019	2023
Planos de Mobilidade Urbana Sustentável implementados (nº)	1	1

INDICADOR DE RESULTADO	META	
	2019	2023
Emissão estimada dos gases com efeito estufa (Ton/CO <sub>2</sub> )	1.482	1.452

FINANCIAMENTO	
RECEITAS PRÓPRIAS	75.000 €
EMPRÉSTIMOS	425.000 €

ESTRUTURA DE CUSTO DO INVESTIMENTO	
ESTUDOS E PROJETOS	0 €
AÇÕES IMATERIAIS	0 €
EMPREITADAS	500.000 €
OUTRAS AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS	0 €
CERTIFICAÇÕES	0 €
CUSTOS DE EXPLORAÇÃO	0 €
<b>TOTAIS</b>	<b>500.000 €</b>

## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.2 PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL (CONT.)

AÇÕES DE INVESTIMENTO (MODELO DE FICHA APRESENTADO NO AVISO)

PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL	
IDENTIFICAÇÃO DA NUT III	Alto Alentejo
CÓDIGO DA AÇÃO	04/4.5.ii
LOCALIZAÇÕES E TERRITÓRIOS ABRANGIDOS	Largo 25 Abril, Alameda e Zona Adjacente, Ponte de Sor
DESCRIÇÃO E JUSTIFICAÇÃO PARA A INTERVENÇÃO NOS TERRITÓRIOS IDENTIFICADOS	
<p>Este Largo é um dos mais centrais e movimentados da cidade, mas presentemente encontra-se bastante degradado e não apela nem à circulação/ estadia do peão nem de outros modos suaves, como as bicicletas. A zona adjacente ao largo está também bastante descuidada, pelo que se torna importante a reabilitação dos passeios e da zona verde. O espaço regista também elevados níveis de tráfego automóvel e poluição, sendo portanto essencial a sua reabilitação e promoção de modos suaves, apelando sobretudo à pedonalidade.</p>	
TIPOLOGIAS DE AÇÃO	(i) o incremento dos modos suaves (bicicleta e pedonal), através da construção de ciclovias ou vias pedonais (excluindo as que tenham fins de lazer como objetivo principal), podendo exigir a eliminação de pontos de acumulação de acidentes que envolvem peões e ciclistas.
CUSTO POR TIPOLOGIA DE AÇÃO	<i>Estimativa de custo considerando as diversas componentes (estudos, projeto, expropriações, exploração, etc.)</i>
280.000 €	(i) o incremento dos modos suaves (bicicleta e pedonal), através da construção de ciclovias ou vias pedonais (excluindo as que tenham fins de lazer como objetivo principal), podendo exigir a eliminação de pontos de acumulação de acidentes que envolvem peões e ciclistas.
280.000 €	<b>Total</b>
HORIZONTE TEMPORAL	Curto-prazo
ENTIDADES ENVOLVIDAS	Município de Ponte de Sor
PRINCIPAIS INTERDEPENDÊNCIAS	-

## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.2 PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL (CONT.)

INDICADOR DE REALIZAÇÃO	META	
	2019	2023
Planos de Mobilidade Urbana Sustentável implementados (nº)	1	1

INDICADOR DE RESULTADO	META	
	2019	2023
Emissão estimada dos gases com efeito estufa (Ton/CO <sub>2</sub> )	1.155	1.132

FINANCIAMENTO	
RECEITAS PRÓPRIAS	42.000 €
EMPRÉSTIMOS	238.000 €

ESTRUTURA DE CUSTO DO INVESTIMENTO	
ESTUDOS E PROJETOS	0 €
AÇÕES IMATERIAIS	0 €
EMPREITADAS	280.000 €
OUTRAS AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS	0 €
CERTIFICAÇÕES	0 €
CUSTOS DE EXPLORAÇÃO	0 €
<b>TOTAIS</b>	<b>280.000 €</b>

## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.2 PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL (CONT.)

AÇÕES DE INVESTIMENTO (MODELO DE FICHA APRESENTADO NO AVISO)

PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL	
IDENTIFICAÇÃO DA NUT III	Alto Alentejo
CÓDIGO DA AÇÃO	04/4.5.iii
LOCALIZAÇÕES E TERRITÓRIOS ABRANGIDOS	Jardim do Rossio, Ponte de Sor
DESCRIÇÃO E JUSTIFICAÇÃO PARA A INTERVENÇÃO NOS TERRITÓRIOS IDENTIFICADOS	
<p>Este jardim encontra-se no limite da ARU definida para Ponte de Sor, ainda numa zona central, e incorpora um parque infantil (apresentando-se, portanto como um espaço público com uma maior circulação de peões). Porém, é um espaço que não convida à permanência dos peões, dado o mau estado de conservação do passeio, pelo que se torna uma prioridade assegurar a sua acessibilidade.</p>	
TIPOLOGIAS DE AÇÃO	(i) o incremento dos modos suaves (bicicleta e pedonal), através da construção de ciclovias ou vias pedonais (excluindo as que tenham fins de lazer como objetivo principal), podendo exigir a eliminação de pontos de acumulação de acidentes que envolvem peões e ciclistas.
CUSTO POR TIPOLOGIA DE AÇÃO	<i>Estimativa de custo considerando as diversas componentes (estudos, projeto, expropriações, exploração, etc.)</i>
180.000 €	(i) o incremento dos modos suaves (bicicleta e pedonal), através da construção de ciclovias ou vias pedonais (excluindo as que tenham fins de lazer como objetivo principal), podendo exigir a eliminação de pontos de acumulação de acidentes que envolvem peões e ciclistas.
180.000 €	<b>Total</b>

HORIZONTE TEMPORAL	Médio-prazo
ENTIDADES ENVOLVIDAS	Município de Ponte de Sor
PRINCIPAIS INTERDEPENDÊNCIAS	-

## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.2 PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL (CONT.)

INDICADOR DE REALIZAÇÃO	META	
	2019	2023
Planos de Mobilidade Urbana Sustentável implementados (nº)	1	1

INDICADOR DE RESULTADO	META	
	2019	2023
Emissão estimada dos gases com efeito estufa (Ton/CO <sub>2</sub> )	981	961

FINANCIAMENTO	
RECEITAS PRÓPRIAS	27.000 €
EMPRÉSTIMOS	153.000 €

ESTRUTURA DE CUSTO DO INVESTIMENTO	
ESTUDOS E PROJETOS	0 €
AÇÕES IMATERIAIS	0 €
EMPREITADAS	180.000 €
OUTRAS AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS	0 €
CERTIFICAÇÕES	0 €
CUSTOS DE EXPLORAÇÃO	0 €
<b>TOTAIS</b>	<b>180.000 €</b>



## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.2 PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL (CONT.)

AÇÕES DE INVESTIMENTO (MODELO DE FICHA APRESENTADO NO AVISO)

PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL	
<b>IDENTIFICAÇÃO DA NUT III</b>	<b>Alto Alentejo</b>
<b>CÓDIGO DA AÇÃO</b>	<b>04/4.5.iv</b>
<b>LOCALIZAÇÕES E TERRITÓRIOS ABRANGIDOS</b>	<b>Estrada dos Foros, Ponte de Sor</b>
<b>DESCRIÇÃO E JUSTIFICAÇÃO PARA A INTERVENÇÃO NOS TERRITÓRIOS IDENTIFICADOS</b>	
<p>Esta é uma estrada que faz fronteira com a Rua Soeiro Pereira Gomes e onde circulam automóveis nos dois sentidos, onde não existem de todo passeios e a faixa de circulação automóvel é excessivamente larga, impossibilitando a circulação de peões e desincentivando os modos suaves. Nesta intervenção é ainda relevante reabilitar a zona ao longo do ribeiro adjacente, degradada e baldia, de forma a permitir uma circulação facilitada aos peões. Está igualmente prevista a construção de uma ciclovia ao longo do ribeiro, que será importante para promover modos de transporte sustentáveis e “amigos” do ambiente que alterem as rotinas de deslocação em veículos automóveis.</p>	
<b>TIPOLOGIAS DE AÇÃO</b>	(i) o incremento dos modos suaves (bicicleta e pedonal), através da construção de ciclovias ou vias pedonais (excluindo as que tenham fins de lazer como objetivo principal), podendo exigir a eliminação de pontos de acumulação de acidentes que envolvem peões e ciclistas.
<b>CUSTO POR TIPOLOGIA DE AÇÃO</b>	<i>Estimativa de custo considerando as diversas componentes (estudos, projeto, expropriações, exploração, etc.)</i>
140.000 €	(i) o incremento dos modos suaves (bicicleta e pedonal), através da construção de ciclovias ou vias pedonais (excluindo as que tenham fins de lazer como objetivo principal), podendo exigir a eliminação de pontos de acumulação de acidentes que envolvem peões e ciclistas.
<b>140.000 €</b>	<b>Total</b>
<b>HORIZONTE TEMPORAL</b>	<i>Curto-prazo</i>
<b>ENTIDADES ENVOLVIDAS</b>	<i>Município de Ponte de Sor</i>
<b>PRINCIPAIS INTERDEPENDÊNCIAS</b>	-

## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.2 PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL (CONT.)

INDICADOR DE REALIZAÇÃO	META	
	2019	2023
Planos de Mobilidade Urbana Sustentável implementados (nº)	1	1

INDICADOR DE RESULTADO	META	
	2019	2023
Emissão estimada dos gases com efeito estufa (Ton/CO <sub>2</sub> )	2.833	2.777

FINANCIAMENTO	
RECEITAS PRÓPRIAS	21.000 €
EMPRÉSTIMOS	119.000 €

ESTRUTURA DE CUSTO DO INVESTIMENTO	
ESTUDOS E PROJETOS	0 €
AÇÕES IMATERIAIS	0 €
EMPREITADAS	140.000 €
OUTRAS AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS	0 €
CERTIFICAÇÕES	0 €
CUSTOS DE EXPLORAÇÃO	0 €
<b>TOTAIS</b>	<b>140.000 €</b>

## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.2 PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL (CONT.)

AÇÕES DE INVESTIMENTO (MODELO DE FICHA APRESENTADO NO AVISO)

PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL	
IDENTIFICAÇÃO DA NUT III	Alto Alentejo
CÓDIGO DA AÇÃO	04/4.5.v
LOCALIZAÇÕES E TERRITÓRIOS ABRANGIDOS	Largo do Terreiro, freguesia de Galveias, Ponte de Sor
DESCRIÇÃO E JUSTIFICAÇÃO PARA A INTERVENÇÃO NOS TERRITÓRIOS IDENTIFICADOS	
<p>O Largo em questão é, à semelhança do Largo Marquês de Pombal, propício à circulação de peões, embora presentemente esteja mais direcionado para a circulação automóvel, registando um elevado volume de tráfego automóvel. Torna-se importante eliminar os constrangimentos existentes para a fácil movimentação pedonal e para incentivo dos modos suaves, por via de alargamento dos passeios.</p>	
TIPOLOGIAS DE AÇÃO	(i) o incremento dos modos suaves (bicicleta e pedonal), através da construção de ciclovias ou vias pedonais (excluindo as que tenham fins de lazer como objetivo principal), podendo exigir a eliminação de pontos de acumulação de acidentes que envolvem peões e ciclistas.
CUSTO POR TIPOLOGIA DE AÇÃO	<i>Estimativa de custo considerando as diversas componentes (estudos, projeto, expropriações, exploração, etc.)</i>
140.000 €	(i) o incremento dos modos suaves (bicicleta e pedonal), através da construção de ciclovias ou vias pedonais (excluindo as que tenham fins de lazer como objetivo principal), podendo exigir a eliminação de pontos de acumulação de acidentes que envolvem peões e ciclistas.
140.000 €	<b>Total</b>
HORIZONTE TEMPORAL	Médio-prazo
ENTIDADES ENVOLVIDAS	Município de Ponte de Sor
PRINCIPAIS INTERDEPENDÊNCIAS	-

## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.2 PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL (CONT.)

INDICADOR DE REALIZAÇÃO	META	
	2019	2023
Planos de Mobilidade Urbana Sustentável implementados (nº)	1	1

INDICADOR DE RESULTADO	META	
	2019	2023
Emissão estimada dos gases com efeito estufa (Ton/CO <sub>2</sub> )	241	239

FINANCIAMENTO	
RECEITAS PRÓPRIAS	21.000 €
EMPRÉSTIMOS	119.000 €

ESTRUTURA DE CUSTO DO INVESTIMENTO	
ESTUDOS E PROJETOS	0 €
AÇÕES IMATERIAIS	0 €
EMPREITADAS	140.000 €
OUTRAS AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS	0 €
CERTIFICAÇÕES	0 €
CUSTOS DE EXPLORAÇÃO	0 €
<b>TOTAIS</b>	<b>140.000 €</b>

## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.2 PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL (CONT.)

AÇÕES DE INVESTIMENTO (MODELO DE FICHA APRESENTADO NO AVISO)

PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL	
<b>IDENTIFICAÇÃO DA NUT III</b>	<b>Alto Alentejo</b>
<b>CÓDIGO DA AÇÃO</b>	<b>04/4.5.vi</b>
<b>LOCALIZAÇÕES E TERRITÓRIOS ABRANGIDOS</b>	<b>Freguesia de Montargil e Jardim das Afonsas, Ponte de Sor</b>
<b>DESCRIÇÃO E JUSTIFICAÇÃO PARA A INTERVENÇÃO NOS TERRITÓRIOS IDENTIFICADOS</b>	
Esta intervenção assume um papel importante na melhoria das condições de acessibilidade das entradas de Montargil e do Jardim das Afonsas, promovendo a circulação dos peões e modos suaves através da reconstrução/reabilitação de passeios e vias.	
<b>TIPOLOGIAS DE AÇÃO</b>	(i) o incremento dos modos suaves (bicicleta e pedonal), através da construção de ciclovias ou vias pedonais (excluindo as que tenham fins de lazer como objetivo principal), podendo exigir a eliminação de pontos de acumulação de acidentes que envolvem peões e ciclistas.
<b>CUSTO POR TIPOLOGIA DE AÇÃO</b>	<i>Estimativa de custo considerando as diversas componentes (estudos, projeto, expropriações, exploração, etc.)</i>
180.000 €	(i) o incremento dos modos suaves (bicicleta e pedonal), através da construção de ciclovias ou vias pedonais (excluindo as que tenham fins de lazer como objetivo principal), podendo exigir a eliminação de pontos de acumulação de acidentes que envolvem peões e ciclistas.
<b>180.000 €</b>	<b>Total</b>

<b>HORIZONTE TEMPORAL</b>	<i>Médio-prazo</i>
<b>ENTIDADES ENVOLVIDAS</b>	<i>Município de Ponte de Sor</i>
<b>PRINCIPAIS INTERDEPENDÊNCIAS</b>	-

## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.2 PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL (CONT.)

INDICADOR DE REALIZAÇÃO	META	
	2019	2023
Planos de Mobilidade Urbana Sustentável implementados (nº)	1	1

INDICADOR DE RESULTADO	META	
	2019	2023
Emissão estimada dos gases com efeito estufa (Ton/CO <sub>2</sub> )	846	838

FINANCIAMENTO	
RECEITAS PRÓPRIAS	27.000 €
EMPRÉSTIMOS	153.000 €

ESTRUTURA DE CUSTO DO INVESTIMENTO	
ESTUDOS E PROJETOS	0 €
AÇÕES IMATERIAIS	0 €
EMPREITADAS	180.000 €
OUTRAS AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS	0 €
CERTIFICAÇÕES	0 €
CUSTOS DE EXPLORAÇÃO	0 €
<b>TOTAIS</b>	<b>180.000 €</b>

## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.2 PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL (CONT.)

AÇÕES DE INVESTIMENTO (MODELO DE FICHA APRESENTADO NO AVISO)

PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL	
IDENTIFICAÇÃO DA NUT III	Alto Alentejo
CÓDIGO DA AÇÃO	04/4.5.vii
LOCALIZAÇÕES E TERRITÓRIOS ABRANGIDOS	Largo dos Foros do Arrão, freguesia de Foros do Arrão, Ponte de Sor
DESCRIÇÃO E JUSTIFICAÇÃO PARA A INTERVENÇÃO NOS TERRITÓRIOS IDENTIFICADOS	
O Largo em questão necessita de uma melhoria em termos de alargamento dos seus passeios, visto ser uma zona em que os peões poderiam circular mais frequentemente, o que não se verifica devido ao mau estado dos acessos pedonais deste Largo. Este Largo regista ainda tráfego automóvel de forma desordenada, o que desincentiva ainda mais a pedonalidade e potencia as emissões de CO <sub>2</sub> .	
TIPOLOGIAS DE AÇÃO	(i) o incremento dos modos suaves (bicicleta e pedonal), através da construção de ciclovias ou vias pedonais (excluindo as que tenham fins de lazer como objetivo principal), podendo exigir a eliminação de pontos de acumulação de acidentes que envolvem peões e ciclistas.
CUSTO POR TIPOLOGIA DE AÇÃO	<i>Estimativa de custo considerando as diversas componentes (estudos, projeto, expropriações, exploração, etc.)</i>
80.000 €	(i) o incremento dos modos suaves (bicicleta e pedonal), através da construção de ciclovias ou vias pedonais (excluindo as que tenham fins de lazer como objetivo principal), podendo exigir a eliminação de pontos de acumulação de acidentes que envolvem peões e ciclistas.
80.000 €	<b>Total</b>

HORIZONTE TEMPORAL	Curto-prazo
ENTIDADES ENVOLVIDAS	Município de Ponte de Sor
PRINCIPAIS INTERDEPENDÊNCIAS	-



## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.2 PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL (CONT.)

INDICADOR DE REALIZAÇÃO	META	
	2019	2023
Planos de Mobilidade Urbana Sustentável implementados (nº)	1	1

INDICADOR DE RESULTADO	META	
	2019	2023
Emissão estimada dos gases com efeito estufa (Ton/CO <sub>2</sub> )	200	198

FINANCIAMENTO	
RECEITAS PRÓPRIAS	12.000 €
EMPRÉSTIMOS	68.000 €

ESTRUTURA DE CUSTO DO INVESTIMENTO	
ESTUDOS E PROJETOS	0 €
AÇÕES IMATERIAIS	0 €
EMPREITADAS	80.000 €
OUTRAS AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS	0 €
CERTIFICAÇÕES	0 €
CUSTOS DE EXPLORAÇÃO	0 €
<b>TOTAIS</b>	<b>80.000 €</b>

## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.3 PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (MÁX. 36.000 CARACTERES EXCLUINDO AÇÕES)

#### OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, INCLUINDO O ENVOLVIMENTO DOS VÁRIOS ATORES NO TERRITÓRIO A INTERVIR E PLANTA DE DELIMITAÇÃO TERRITORIAL DO PERÍMETRO EM QUE SE PRETENDE INTERVIR

Na cidade de Ponte de Sor a forma e os limites do desenho urbano do aglomerado desenvolveram-se a partir de dois eixos viários estruturantes que se interseitam, um no sentido norte-sul (Avenida da Liberdade – EN 244), e outro no sentido este-oeste (Rua Vaz Monteiro/ Rua Alexandre Herculano/ Estrada de Abrantes – EN 119), dando origem ao núcleo central, situado junto à ribeira e à ponte, em torno do edifício dos antigos Paços do Concelho e da primitiva Igreja Matriz, localizada no largo em frente ao Mercado (ruiu nos finais do séc. XIX).

Inicialmente adaptada ao suporte físico, a estrutura do aglomerado foi, na primeira metade do século XX, interrompida por novas zonas de expansão de malha reticulada, articuladas com o espaço existente. A cidade foi então crescendo para norte e poente, pelo que a criação de novas áreas residenciais, na sua periferia, onde as condições de habitabilidade melhoraram, desenvolveu um processo de envelhecimento e de despovoamento das zonas mais antigas, correspondentes ao seu núcleo central consolidado.

A ARU de Ponte de Sor compreende 66,8 hectares e abrange o núcleo mais antigo e a primeira expansão urbana da cidade. A ARU foi delimitada essencialmente com base em aspectos urbanísticos: o nº de edifícios devolutos, coerência morfológica, áreas carentes de intervenção e requalificação e de revitalização das infraestruturas. Corresponde essencialmente à zona central da Cidade, qualificada pelo próprio PDM como “Área Urbana Consolidada”. A delimitação da ARU tem em mente a necessidade de concentrar nessa área intervenções e investimentos integrados, assegurando a salvaguarda do património edificado e o desenvolvimento sustentável do território. Pretende-se que, através da qualificação do centro urbano da cidade, os novos desempenhos dos espaços possibilitem uma nova forma de gerar iniciativa e partilha de interesses na melhoria e modernização das habitações e no contributo para a permanência e instalação de residentes e atividades. Entre os objetivos planeados, encontram-se:

- Reabilitar os edifícios degradados ou funcionalmente inadequados
- Reabilitar os tecidos urbanos degradados ou em degradação
- Melhorar as condições de habitabilidade e de funcionalidade do parque imobiliário urbano e dos espaços não edificados
- Garantir a proteção e promover a valorização do património cultural
- Promover a sustentabilidade ambiental, cultural, social e económica dos espaços urbanos
- Requalificar os espaços verdes, espaços urbanos e os equipamentos de utilização coletiva

A Estratégia de Regeneração Urbana a implementar no presente PEDU assenta por isso no desenvolvimento do núcleo central da cidade em torno de três grandes vertentes:

- Conclusão da requalificação da Zona Ribeirinha
- Reabilitação de edifícios públicos
- Reabilitação de edifícios de habitação

## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.3 PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (CONT.)

A concretização desta Estratégia passa pela prossecução de 7 investimentos, todos eles inseridos na sua ARU, que pretendem dar resposta aos seguintes desafios:

- Reabilitar os edifícios antigos degradados e devolutos
- Reconverter e reabilitar alguns dos edifícios para que retomem a sua função original para habitação
- Reabilitar edifícios públicos com elevado valor patrimonial para que possam regenerar o dinamismo económico e social na zona onde se inserem
- Reforçar a componente ambiental com o fecho da reabilitação da Zona Ribeirinha, dando continuidade às intervenções realizadas recentemente e demonstrando coerência e integração nas operações de reabilitação, permitindo assim colmatar lacunas e vazios urbanos
- Dotar os edifícios de condições para a sua plena utilização

De seguida serão apresentados os objetivos específicos de cada investimento a realizar, por ordem de prioridade de intervenção.

- **Reabilitação da Zona Ribeirinha e Mercado Municipal:** Requalificação do interior, telhado e fachada do Mercado Municipal, Requalificação do espaço público envolvente e Reabilitação do Espelho de Água
- **Reabilitação da Ribeira de Longomel:** Requalificação da margem do rio
- **Reabilitação da Casa do Povo:** Requalificação total da fachada, Recuperação total do seu interior e Reabilitação do espaço anexo à Casa do Povo
- **Reabilitação da Casa dos Magistrados:** Requalificação total da fachada e Recuperação total do seu interior e exterior
- **Reabilitação de edifício de habitação na Rua Soeiro Pereira Gomes:** Requalificação total da fachada, Recuperação do telhado e Recuperação total do seu interior, incluindo fundações
- **Reabilitação de edifício de habitação na Rua Vaz Monteiro:** Requalificação total da fachada, Recuperação total do seu interior
- **Reabilitação de edifício de habitação na Rua Mouzinho de Albuquerque:** Recuperação total do seu interior e Substituição do telhado de amianto

## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.3 PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (CONT.)

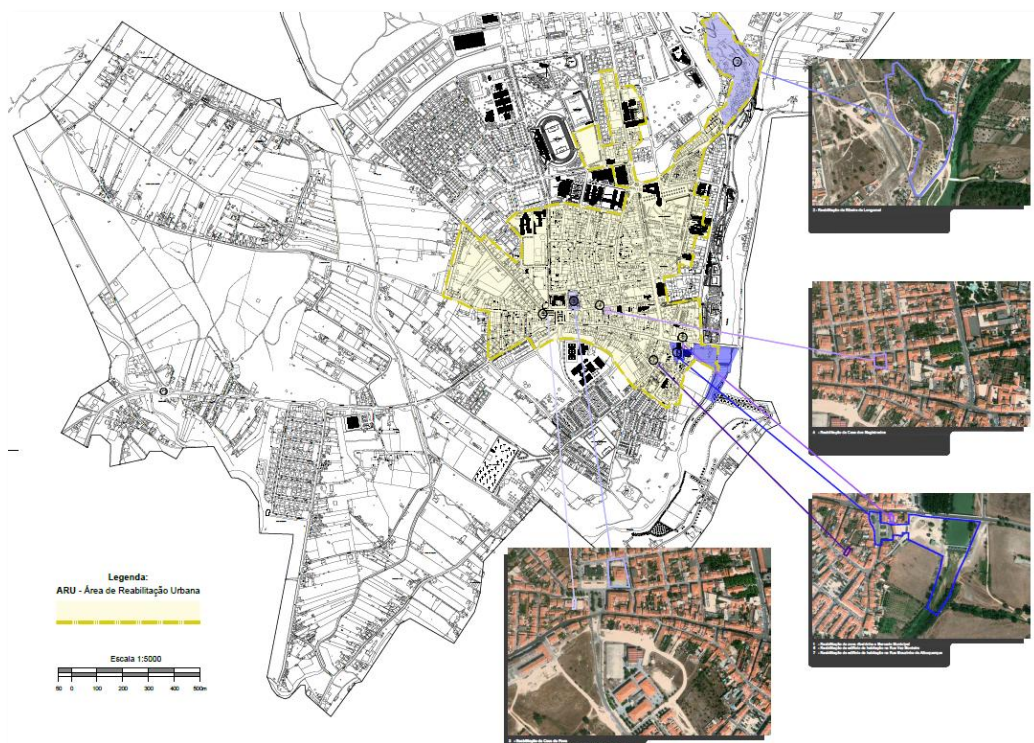


Figura 1 – Localização das ações propostas no presente Plano de Ação de Regeneração Urbana

Fonte: Câmara Municipal de Ponte de Sor

O investimento estruturante e prioritário do presente Plano consiste na **reabilitação da Zona Ribeirinha e Mercado Municipal** (Anexo 8.1). Este é um investimento integrado que contribui não só para vertente de fecho da requalificação da Zona Ribeirinha como também para a vertente de reabilitação de edifícios públicos.

A Zona Ribeirinha é o cartão-de-visita da cidade. A cidade possui uma zona ribeirinha tratada paisagisticamente num longo troço, iniciando-se na ponte e desenvolvendo-se para norte, constitui um importante espaço de lazer/ contemplação e um fator determinante de qualificação da cidade. Esta zona tem sido alvo de importantes obras desde o início dos anos 90, que conferem à região uma mais-valia paisagística que valoriza toda a cidade. O anfiteatro veio proporcionar um espaço para espetáculos, o parque infantil veio proporcionar um espaço de lazer para as crianças e a piscina descoberta constitui um espaço de desporto, lazer e convívio, sobretudo para os jovens.

Ainda no âmbito desta intervenção, o Mercado Municipal localiza-se na Praça da República, junto à parte sul da Zona Ribeirinha de Ponte de Sor, e insere-se na ARU. À frente do Mercado encontra-se o Jardim da República, composto por um ajardinamento e alguns bancos públicos. Na parte de trás do Mercado existe um enorme terreno baldio adjacente, que confina com a Zona Ribeirinha.

## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.3 PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (CONT.)



Reabilitação da Zona Ribeirinha e Mercado Municipal

Figura 2 – Planta da Zona Ribeirinha (parte sul) e Mercado Municipal

Fonte: Câmara Municipal de Ponte de Sor

De uma forma geral, os Mercados Municipais são espaços tradicionais de encontro da população, e que atraem consumidores e turistas interessados em encontrar produtos populares e tradicionais. Neste contexto, torna-se urgente a operação de Reabilitação do Mercado Municipal de Ponte de Sor, que visa a sua requalificação, dadas as débeis condições em que se encontra. Essa urgência é reforçada pelo facto de este Mercado ser contíguo à Zona Ribeirinha, o que prejudica a harmonia urbanística da cidade. Assim, é necessário recuperar o seu interior e o telhado, que apresentam indícios de degradação elevados, e que causam desconforto para os comerciantes e utentes que frequentam o mesmo.

Numa lógica de coerência e integração da intervenção, será também necessária a reabilitação e refuncionalização do espaço público envolvente, que consiste num terreno baldio localizado na parte de trás do Mercado e numa parte degradada da parte da frente do Mercado, contribuindo assim para uma melhoria da imagem urbana, ao mesmo tempo que dilui a pressão de procura de estacionamento e consequente desorganização da circulação e parque automóvel. Pretende-se:

- Reabilitação do Mercado Municipal de Ponte de Sor, que é contíguo à Zona Ribeirinha, visando a requalificação do mesmo dadas as débeis condições em que o edifício se encontra. A ação incluirá a reabilitação do interior do edifício, a requalificação da fachada e, de carácter muito urgente, a recuperação do telhado do edifício, que se encontra muito degradado



## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.3 PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (CONT.)

- Requalificação do espaço público contíguo ao Mercado Municipal (Rua de Olivença) e à Zona Ribeirinha (terreno baldio junto à Ribeira do Sor, utilizado para estacionamento), que se encontra bastante degradado e descuidado, denegrindo a imagem e dinâmica desta zona. Esta requalificação do espaço público permitirá melhorar a acessibilidade ao Mercado, completando e integrando esta operação de reabilitação
- Reabilitação do Espelho de Água assente na alteração dos açudes já existentes de modo a valorizar a Zona Ribeirinha e a Ribeira do Sor

Através desta reabilitação pretende-se potenciar a criação de espaços modernos e inovadores de lazer, lúdicos e de comércio, contribuindo para uma cidade de economia moderna, dinâmica e competitiva e que irá fomentar condições para a regeneração urbana, para a mobilidade urbana sustentável e para a inclusão social.

A **Ribeira de Longomel** caracteriza-se como uma área de grande centralidade e de ordenamento prioritário para o desenvolvimento de Ponte de Sor. A reabilitação da Ribeira de Longomel surge igualmente no seguimento dos investimentos já feitos pela Câmara no âmbito da requalificação da Zona Ribeirinha. Assim, a ação envolverá a reabilitação deste espaço público, dando seguimento aos esforços já realizados no âmbito da qualificação da Zona Ribeirinha de Ponte de Sor. Adicionalmente, esta ação contempla a alocação de instrumento financeiro para incentivar a reabilitação do edificado privado envolvente, tornando-a coerente e integrada com a Estratégia de revitalização urbana para a zona de intervenção.

Através desta reabilitação pretende-se igualmente potenciar a criação espaços de lazer e lúdicos capazes de tornar a cidade mais atrativa e melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes. Pretende-se a reabilitação da Ribeira de Longomel através da requalificação do terreno baldio e espaço público contíguo.

As Casas do Povo assumem-se como pontos estratégicos de colaboração ao desenvolvimento socioeconómico e cultural das comunidades locais, através da organização de formações, ofertas de ocupação do tempo livre e meios de passagem de tradições e costumes regionais.



Reabilitação da ribeira de Longomel

Figura 3 – Planta da Ribeira de Longomel

Fonte: Câmara Municipal de Ponte de Sor

## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.3 PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (CONT.)

Atualmente, a **Casa do Povo de Ponte de Sor** (Anexo 8.2), localizada na Rua 1º de Maio, encontra-se abandonada e num estado muito degradado. A fachada do edifício encontra-se num estado muito degradado, contrastando com os restantes edifícios na zona envolvente. É neste contexto que surge a necessidade de requalificar o edifício em causa, que transmite um impacto negativo na imagem urbana envolvente.

Pretende-se assim assegurar a reabilitação do edifício que se encontra degradado e funcionalmente inadequado, bem como dar uma nova vida à Casa do Povo de Ponte de Sor, permitindo aos seus cidadãos tirarem partido dos seus serviços e com isso melhorarem a sua qualidade de vida.

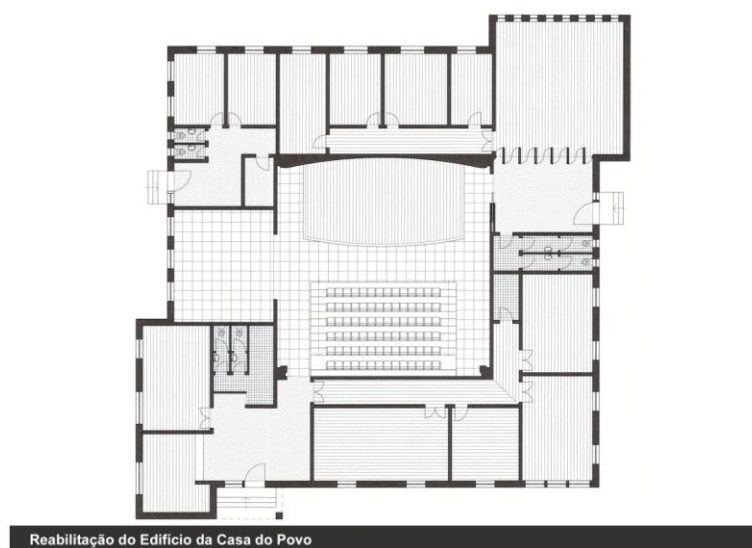


Figura 4 – Planta da Casa do Povo de Ponte de Sor

Fonte: Câmara Municipal de Ponte de Sor

O edifício da **Casa dos Magistrados** de Ponte de Sor (Anexo 8.3), localizado na Rua João de Deus, é um imóvel devoluto, devassado no seu interior, onde ocorrem graves episódios de marginalidade, afetando a segurança e as condições de higiene dos arruamentos públicos envolventes, num dos arruamentos mais importantes da cidade. Estas condições tornam premente a necessidade de reabilitação do edifício, tanto na parte interior como na parte exterior.

Através desta reabilitação pretende-se recuperar um espaço urbano funcionalmente obsoleto, promovendo o seu potencial para atrair funções urbanas e serviços inovadores e competitivos.

Existem igualmente diversos edifícios habitacionais desocupados e devolutos espalhados por toda a área de intervenção da cidade que se tornam num fator de preocupação, pelo efeito de desvalorização que provocam no edificado envolvente. É no âmbito desta vertente que a Estratégia de intervenção de regeneração urbana pretende também atuar, especificamente em 3 edifícios descritos nos próximos parágrafos. Muitos desses edifícios estão localizados em vias estratégicas da cidade provocando um desenquadramento total do parque habitacional envolvente.



## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.3 PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (CONT.)

Numa lógica de integração da atuação sobre este edificado, todas estas ações sobre edifícios habitacionais contemplam também instrumento financeiro para reabilitação de edificado privado, tendo em conta que existem casos de edificado privado na envolvente da zona de intervenção que deverão também ser alvo de revitalização.



Figura 5 – Planta da Casa dos Magistrados  
Fonte: Câmara Municipal de Ponte de Sor

O **edifício de habitação na Rua Soeiro Pereira Gomes** localizado no centro da cidade, junto ao largo 25 de Abril, encontra-se devoluto, e por isso desenquadrado do parque habitacional envolvente. Assim, esta habitação requer a reabilitação do seu interior e exterior na íntegra (telhado, interiores, fundações e fachada). A reabilitação deste edifício tem como finalidade o uso para habitação. Através desta reabilitação pretende-se melhorar as condições de habitabilidade e de funcionalidade do parque imobiliário urbano e do edificado. Este investimento integra as seguintes ações: reabilitação do interior do edifício de habitação localizado no centro da cidade e que se encontra totalmente desenquadrado do parque habitacional envolvente e requalificação do exterior deste edifício de habitação.

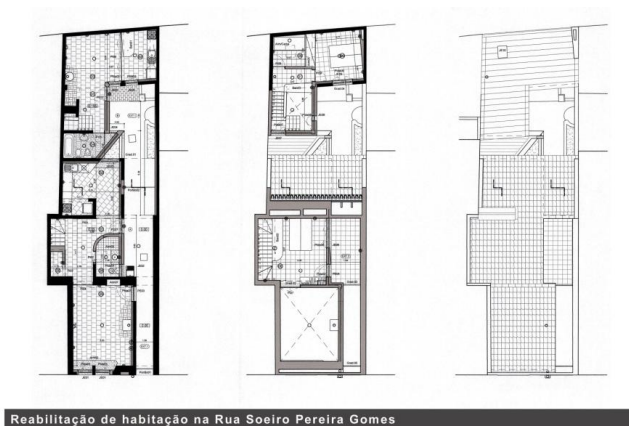


Figura 6 – Planta do edifício de habitação da Rua Soeiro Pereira Gomes  
Fonte: Câmara Municipal de Ponte de Sor

## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.3 PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (CONT.)

O **edifício de habitação da Rua Vaz Monteiro** localiza-se perto do Mercado Municipal e esta habitação está devoluta, sendo necessário atuar sobre o seu interior e exterior. Adicionalmente, por se tratar de um dos eixos principais de Ponte de Sor que cruza a cidade de este a oeste, o desenquadramento físico em relação ao restante parque habitacional contíguo torna premente a necessidade desta intervenção. Através desta reabilitação pretende-se melhorar as condições de habitabilidade e de funcionalidade do parque imobiliário urbano e do edificado. Este investimento integra as seguintes ações: requalificação do exterior do edifício de habitação localizado na Rua Vaz Monteiro, no centro da cidade e reabilitação do interior do edifício de habitação na Rua Vaz Monteiro, que se encontra em estado de degradação evidente.



Figura 7 – Planta do edifício de habitação da Rua Vaz Monteiro

Fonte: Câmara Municipal de Ponte de Sor

No âmbito da presente Estratégia, é também vital a recuperação do **edifício de habitação da Rua Mouzinho de Albuquerque**, que apresenta níveis de degradação muito elevados no interior do edifício, sendo que o exterior já se encontra na fase final de requalificação. Esta intervenção torna-se ainda mais relevante por se localizar numa rua que acede a um dos eixos principais que atravessa Ponte de Sor de este a oeste e que, na sua generalidade, apresenta níveis de conservação e habitabilidade bastante positivos. Através desta reabilitação pretende-se melhorar as condições de habitabilidade e de funcionalidade do parque imobiliário urbano e dos espaços não edificados. Este investimento integra a seguinte ação: reabilitação do edifício localizado na Rua Mouzinho de Albuquerque que se apresenta extremamente degradado.

Considerando a importância de dotar apoios financeiros às operações de reabilitação e revitalização urbana que envolvam edifícios públicos e Municipais destinados a habitação, foi considerado um **instrumento financeiro** para esse efeito no valor de cerca de 9% da dotação para este género de investimento.

## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.3 PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (CONT.)

Adicionalmente, e tendo em conta o papel fundamental dos privados nas operações de reabilitação e revitalização urbana, foi considerada uma dotação de **instrumento financeiro** para privados de aproximadamente 2% da dotação para a PI 6.5. Estas dotações serão fundamentais para a implementação da Estratégia referida (totalizando uma proporção de 11% da dotação da PI 6.5) e prevê-se que possam até alavancar mais investimento no futuro.



Reabilitação de habitação na rua Mouzinho de Albuquerque

Figura 8 – Planta do edifício de habitação da Rua Mouzinho de Albuquerque

Fonte: Câmara Municipal de Ponte de Sor

#### MODELO HABITACIONAL

O modelo habitacional pauta-se por evidenciar os seguintes objetivos:

- Definir a perspetiva desejável de evolução da habitação, tendo em conta as áreas construídas, os fogos devolutos e a necessidade de repovoamento das zonas urbanas em declínio
- Promover o aumento da oferta de fogos para arrendamento, face à tendência para dificuldade de financiamento à aquisição de habitação própria
- Adequar as tipologias dos fogos à atual composição familiar, tendo em conta as transformações sociológicas operadas na sociedade Portuguesa e especificamente na cidade de Ponte de Sor
- Identificar áreas de intervenção prioritárias em função do conhecimento das situações de maior carência

Em termos de evolução da população demográfica, observa-se uma tendência para o decréscimo da população, apenas contrariado pelos aumentos populacionais registados nos censos de 1981 e 2001 (tabela 1 do Anexo 8.4).

Em 2011, viviam na cidade de Ponte de Sor 8.958 habitantes, sendo aproximadamente 48% homens (4.285) e 52% mulheres (4.673) (tabela 2 do Anexo 8.4).

## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.3 PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (CONT.)

Na caracterização etária da população, a tendência de evolução da cidade de Ponte de Sor, aponta para uma diminuição significativa na base da pirâmide (crianças e jovens) e um aumento gradual do nº de idosos, seguindo assim uma tendência nacional para o envelhecimento da população. É no grupo etário dos 25-64 anos de idade que se situa uma maior distribuição da população (62%) seguida do grupo etário dos 65 e mais anos (25,4%) (tabela 3 do Anexo 8.4).

Assiste-se assim a um envelhecimento que se evidencia pela base cada vez mais estreita, devido ao decréscimo da taxa de natalidade e à fuga de jovens em idade ativa para os grandes centros urbanos e a existência de um topo cada vez mais largo, consequência direta do aumento da esperança média de vida (gráfico 1 do Anexo 8.4).

Foram elaboradas projeções demográficas da população residente no concelho de Ponte de Sor até 2018. Para aferir esta tendência procedeu-se ao cálculo de 3 cenários distintos. Para a base de cálculo dos 3 cenários utilizou-se o nº de habitantes à data dos censos de 2011 à qual foi aplicada uma taxa de crescimento anual médio (TCAM) distinta.

Para o cenário alto utilizou-se a TCAM do período 1991 a 2001, uma vez que neste período entre Censos registou-se um considerável aumento da população total. No cenário médio recorreu-se à TCAM do período 1991 a 2011 por ser o reflexo do crescimento real da população do concelho nas últimas 2 décadas. No cenário baixo, à população dos Censos de 2011 aplicou-se a TCAM de 2001 a 2011, a qual reflete a diminuição da população ocorrido na última década.

Os resultados dos três cenários estão refletidos no gráfico 2 do Anexo 8.4. Como se observa no gráfico, o cenário alto remete-nos para um ligeiro aumento da população, aproximando-se, em 2018, dos 17.000 habitantes, o que representa um aumento de 278 habitantes face ao presente.

O cenário médio aponta para uma diminuição da população em 2018, seguindo a tendência de decréscimo populacional verificado no último período entre Censos. Já o resultado do cenário baixo remete para uma situação de decréscimo acentuado da população no ano de 2018, onde a população esperada seria de cerca de 15.800 habitantes, ou seja, menos 922 habitantes do que os registados nos Censos de 2011.

Tendo em consideração que o cálculo do cenário médio utiliza a TCAM do período 1991 a 2011, considerou-se que este reflete de forma mais realista a situação atual do concelho, tendo sido por isso o cenário considerado para os restantes resultados a apresentar.

A análise da tabela 4 do Anexo 8.4 permite concluir que ao longo dos próximos anos e durante todo o período entre 2011 e 2018 registrar-se-á uma progressiva diminuição da população, caso se mantenham as atuais tendências, nomeadamente, ao nível da natalidade e mortalidade.

Por freguesias, e no cenário médio, podemos concluir que no concelho está apenas previsto um aumento da população para a cidade de Ponte de Sor em 2018 (8.958 habitantes em 2011 e 9.424 habitantes em 2018) e para Tramaga, com um ligeiro crescimento (45 pessoas) (tabela 5 do Anexo 8.4).

## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.3 PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (CONT.)

Pela tabela 6 do Anexo 8.4 é possível constatar que no concelho de Ponte de Sor o nº de famílias clássicas diminuiu entre 2001 e 2011. No entanto na freguesia de Ponte de Sor aumentou (3.307 famílias em 2001 e 3.482 famílias em 2011), sendo a única freguesia a onde se observou um crescimento.

A tabela 7 do Anexo 8.4 mostra que, entre 2001 e 2011, o nº de famílias unipessoais aumentou de forma considerável, passando de 19,6% para 23% do total de famílias no concelho de Ponte de Sor, o que corresponde a cerca de 1.533 famílias com 1 só elemento, tipologia familiar em crescimento nos territórios do interior que possuem, em geral, elevados índices de envelhecimento.

Em relação à cidade de Ponte de Sor, o nº de famílias com 2 elementos são as mais representativas (1.098), logo seguidas pelas famílias com 3 elementos (920) e pelas famílias com apenas 1 elemento (739). Em último aparecem as famílias com mais de 5 elementos (171).

De acordo com a tabela 8 do Anexo 8.4, o concelho de Ponte de Sor apresenta um total de 6.674 famílias clássicas e 11 institucionais. Existem 5.153 núcleos familiares dos quais fazem parte famílias nucleares, unifamiliares, monoparentais e famílias constituídas por avós e netos.

Verifica-se na tabela 9 do Anexo 8.4 que existe um total de 10.316 alojamentos dos quais 10.281 são alojamentos clássicos e 35 não clássicos. Estes resultados, se comparados com os Censos de 2001, revelam-nos que se registou um aumento de 479 alojamentos clássicos. É de ressaltar que os alojamentos não clássicos referenciados estão situados em três freguesias do concelho: i) Ponte de Sor com 26 alojamentos deste tipo, ii) Foros de Arrão com 6 alojamentos e iii) Tramaga com 3 alojamentos.

A dinâmica de construção das últimas décadas faz com que uma parte muito significativa dos edifícios seja relativamente jovem, contudo, observando o quadro acima, verifica-se que no período entre Censos em análise, a construção de alojamentos diminuiu cerca de 50%, contrariando a tendência de aumento verificado desde 1960. Esta descida verifica-se principalmente nas freguesias de Ponte de Sor e Montargil. Em sentido contrário temos a freguesia de Foros de Arrão em que o nº de alojamentos cresceu ligeiramente.

Embora em Ponte de Sor uma parte significativa dos edifícios seja relativamente jovem, existe uma perspetiva gradual de evolução da degradação do edificado, pelo que a Estratégia a adotar irá registar um impacto muito positivo quando for implementada, permitindo regenerar o tecido urbanístico das zonas chave da cidade através de intervenções integradas e articuladas. Paralelamente, existe ainda a perspetiva que posteriormente a essa regeneração das zonas chave de Ponte de Sor (Zona Ribeirinha e núcleo central da cidade) surja um novo dinamismo habitacional, que poderá até potenciar alguma dinâmica positiva de evolução demográfica (ainda que de forma ligeira e pontual, sobretudo tendo em conta os indicadores analisados acima).

## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.3 PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (CONT.)

#### MODELO ECONÓMICO

A rede urbana regional e o seu funcionamento consolidado constituem um valor fundamental para a sustentabilidade e o dinamismo socioeconómico do Município. No presente Plano pretende-se reforçar a capacidade de recuperar e valorizar as áreas construídas, qualificar os espaços públicos, reabilitar a habitação e fomentar novas funções urbanas em áreas obsoletas ou em risco.

As intervenções planeadas contribuem não só para a consolidação do sistema urbano regional, com especial atenção à identidade da paisagem urbana e aos valores patrimoniais e culturais, mas também para a acentuação de ganhos económicos para o território. Desta forma, os resultados serão potenciados pela forma articulada e integrada das intervenções de reabilitação e terão impacto no desenvolvimento urbano sustentável, com repercussões diretas na revitalização dos centros urbanos, na atração e fixação de atividades e de emprego mais qualificado e na situação socioeconómica da população urbana. Para reforçar este último ponto, o Município procedeu ainda à aquisição de vários imóveis devolutos, tendo a sua reabilitação sido destinada ao realojamento de famílias carenciadas, que aliado a outras ações deste género (como intervenções que visam o aumento da empregabilidade, apoios financeiros e medidas de combate ao insucesso escolar) poderá fomentar a valorização económica das zonas de habitação destas famílias.

No que diz respeito às intervenções de requalificação de edifícios para criação de novos espaços habitacionais, espera-se que o nº de ampliações, alterações e reconstruções no Município aumente, de forma a possibilitar uma regeneração urbana eficaz e eficiente. Este valor, em 2012, era de 14 intervenções, 11 das quais no âmbito da criação de habitações familiares. Quanto aos fogos licenciados pela Câmara em construções novas para habitação familiar, Ponte de Sor apresentava, de acordo com o Anuário Estatístico Alentejo, 18 em 2012, e 27 fogos concluídos, valores que também deverão sofrer aumentos com as diversas intervenções planeadas. O nº de edifícios de habitação familiar clássica tem vindo a crescer desde 2007, atingindo 9.229 unidades em 2012, reforçando o compromisso de regeneração urbana do Município.

No que concerne à atividade económica dos estabelecimentos comerciais, foi observado que, em 2011, o seu volume de negócios correspondeu a 124.918 milhares de euros, o correspondente a 14,4% do volume de negócios dos estabelecimentos comerciais da Região do Alto Alentejo. Espera-se que, com as intervenções planeadas, essa percentagem aumente (visto em 2010 ter representado 13,7% do total da Região do Alto Alentejo, correspondente a 122.720 milhares de euros). Reforça-se o facto de que a implementação destas ações não só deve permitir atingir os objetivos específicos da presente PI, mas também constituir fatores críticos de desenvolvimento sustentável da cidade.



## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.3 PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (CONT.)

O Mercado Municipal apresenta-se como um agente potenciador de dinamismo económico da cidade, uma vez que promove o comércio de várias tipologias de produtos tradicionais locais e regionais. Desta forma, é importante pela sua capacidade de possibilitar aos comerciantes da cidade a venda dos seus produtos. Visto este mercado se encontrar em condições bastante débeis, torna-se prioritário reabilitá-lo e procurar convertê-lo num centro moderno e inovador de comércio de bens alimentares. Assim, poderá assistir-se a um crescimento da atividade económica, não só ao promover o comércio regional, mas também ao tornar o espaço muito mais atrativo em termos sociais, culturais e turísticos.

Considerando que este Mercado é contíguo à Zona Ribeirinha, e tendo em conta a intervenção integrada planeada no presente PEDU, prevê-se que estas ações de fecho da reabilitação da Zona Ribeirinha possam assumir um papel bastante relevante na requalificação visual e na valorização desta área da cidade. A maximização da atratividade desta área é sem dúvida um ponto muito positivo para os residentes e também para os turistas, promovendo o desenvolvimento económico da cidade, assim como o comércio local (cafés, restaurantes, etc.).

A reabilitação da Casa do Povo consistirá na requalificação do interior e do exterior do edifício, com o intuito de recuperar o seu potencial como elemento unificador e integrador da população residente da cidade. Visa promover atividades de importância sociocultural e servir como suporte a eventos dinamizados pelos Municípios. Tem ainda como objetivo atrair visitantes, dando a conhecer a cultura e os valores predominantes do Município. Adicionalmente, contribuirá para promover a inovação e o empreendedorismo, como estímulo da atividade económica do Município.

As intervenções de reabilitação de blocos habitacionais da Rua Soeiro Pereira Gomes e da Casa dos Magistrados poderão contribuir para o aumento dos residentes e, conseqüentemente, aumentar o dinamismo económico no centro da cidade, para além da progressiva valorização urbana. Em 2012, foi observado que no Município o valor médio dos prédios (transacionados e hipotecados) era de 46.188 euros. Estima-se que, com estas ações de reabilitação, se assista à valorização do edificado municipal, e este valor aumente.

Na mesma linha orientadora, o edifício de habitação da Rua Vaz Monteiro localiza-se num dos eixos principais que atravessa a cidade, perto do Mercado Municipal. Este edifício está devoluto e desenhado da restante envolvente, sendo que se encontra ao lado da Biblioteca Municipal e relativamente perto da Zona Ribeirinha, área de elevada qualidade como espaço verde. A sua requalificação irá reforçar o valor e promover a melhoria da imagem urbana de toda a área envolvente do Mercado Municipal que, como referido, é um importante ponto de comércio e pólo dinamizador de turismo na cidade.

Por último, a intervenção no âmbito da reabilitação do interior da habitação da Rua Mouzinho de Albuquerque revela-se importante por se localizar numa rua que acede a um dos eixos principais que atravessa Ponte de Sor de este a oeste e que apresenta níveis de conservação e habitabilidade globalmente positivos. Assim, procedendo-se à sua revalorização, advirá a homogeneização dos seus níveis de habitabilidade, contribuindo igualmente para revitalização dos pontos de comércio e de serviços profissionais e financeiros existentes.



## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.3 PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (CONT.)

#### REGRAS E CRITÉRIOS DE PROTEÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO

As regras e critérios de proteção do património arquitetónico e arqueológico regem-se e incorporam as componentes tanto da legislação geral aplicável (Lei nº 107/01, de 8 de Setembro), como PDM. Especificamente, as secções dedicadas à salvaguarda do património arquitetónico, natural, paisagístico e arquitetónico, que conjugam e integram os mecanismos de proteção e salvaguarda dos mesmos.

O património cultural concelhio é composto pelo **património edificado, conjuntos e sítios** que, pelas suas características, assumem interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, técnico ou social. A definição dos locais com valor cultural é essencial para um bom ordenamento territorial, e visa encontrar soluções que contemplem a conservação dos valores históricos e arqueológicos do concelho.

O património construído deve ser objeto de especial cuidado através de ações de recuperação, renovação e arranjos exteriores, nomeadamente as áreas mais antigas. Deverá também ser incentivada a construção que respeite as tipologias e os materiais tradicionais evitando-se assim a crescente descaracterização arquitetónica dos aglomerados.

Para proteção do património construído, e com o objetivo de evitar a progressiva descaracterização dos aglomerados com maior interesse arquitetónico e urbanístico (Galveias e Montargil), na falta de Planos de Pormenor propõem-se as seguintes medidas no PDM:

- Reabilitar os espaços urbanos e os edifícios quando necessário
- Apoiar os proprietários na reabilitação dos seus imóveis (tecnicamente e financeiramente)
- Dar parecer sobre licenciamentos, obras e utilização dos edifícios e espaços a recuperar
- Elaborar orientações municipais para as novas construções e para as recuperações de edifícios

A recuperação do ponto de vista físico deve ser acompanhada por um conjunto de ações de revitalização cultural, social e funcional.

O **Património Edificado** corresponde a obras arquitetónicas, composições importantes ou criações mais modestas, notáveis pela sua coerência estilística, pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, técnico ou social, incluindo as instalações ou elementos decorativos que fazem parte integrante destas obras.

Foram ainda assinalados como património edificado existente no concelho os Imóveis Classificados e alguns imóveis que, não estando classificados, assumem particular importância no âmbito do património concelhio, passando a designar-se como “Outros Imóveis com Interesse”.

- **Imóveis Classificados:** Capela da Sta. Casa da Misericórdia, em Galveias (Imóvel de Interesse Público, classificado pelo D.L. nº 129/77, de 29 de Setembro)
- **Outros Imóveis com interesse:** Capela de Sto. António (Galveias) e Ermida de N<sup>ª</sup> Sra. dos Prazeres (Vale de Açor), entre outros.

## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.3 PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (CONT.)

Os **Conjuntos** são os agrupamentos arquitetónicos urbanos, delimitados geograficamente e notáveis pela sua unidade ou integração na paisagem e pelo seu interesse arquitetónico, urbanístico, histórico ou socioeconómico. No caso de os conjuntos disporem de uma dimensão e coerência urbanística significativas, correspondendo a núcleos suficientemente tipificados e representativos de uma ou mais épocas da evolução histórica dos aglomerados, são designados por Zona Antiga. No concelho foram consideradas as Zonas Antigas de Galveias e Montargil. Estes dois conjuntos foram integrados em PP que constituem duas das Unidades Operativas de Planeamento e Gestão propostas no PDM. O regime de proteção a que os conjuntos serão sujeitos visa uma recuperação destes núcleos urbanos fundamentada no interesse histórico e urbanístico e na existência de imóveis classificados. Deve ainda procurar manter a população neste local, criando novas unidades de comércio, serviços, animação cultural, e recuperando edifícios de interesse de valor arquitetónico que se encontrem em estado de degradação para novas unidades de equipamento, habitação ou instalações turísticas.

Com o intuito de valorizar o património construído e enriquecer a oferta e diversidade turístico-cultural do Concelho foi ainda considerado como conjunto com interesse, em Torre das Vargens, o conjunto edificado afeto à CP, sugerindo-se a sua recuperação e aproveitamento para fins turísticos.

Os Sítios Arqueológicos foram assinalados com base na Carta Arqueológica elaborada pela Câmara, constituindo uma riqueza nacional a integrar em circuitos históricos e turísticos. Deste modo, são propostas medidas de salvaguarda e prevenção, sugerindo-se a atribuição de categorias de classificação para os sítios arqueológicos existentes, em função do seu valor: excecional, grande valor e valor comum. Para esta classificação recomendando-se a adoção das seguintes medidas:

- i) *Os lugares de valor excecional* devem ser dotados de uma zona de proteção especial, que tenha em conta não só o seu valor intrínseco, mas também, o aproveitamento das suas potencialidades (preservando a sua envolvente imediata; garantindo a possibilidade de futuros investimentos na sua promoção turística; mantendo o quadro paisagístico tradicional; assegurando que as melhores perspetivas visuais de fruição do sítio não sejam quebradas). Na delimitação da área protegida deve-se ter em consideração futuros acessos, as perspetivas de abordagem do monumento e os ângulos de visualização.
- ii) *Os sítios classificados como grande valor* devem usufruir de uma zona de proteção que garanta a sua integridade científica. As alterações no uso do solo, não devem ser autorizadas sem parecer prévio das entidades competentes. Qualquer projeto de florestação ou reconversão agrícola que possa vir a incidir sobre estes locais deverá ser comunicado às instâncias próprias, designadamente ao Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico
- iii) *Os lugares assinalados como valor comum* não exigem zonas de proteção. O seu posicionamento poderá ser registado em cartas. Qualquer ação ou projeto que possa entrar em conflito com estes lugares, deve solicitar o apoio de equipas especializadas em arqueologia, tendo em vista a análise do impacto do projeto. Os locais com valor arqueológico deverão ser assinalados na cartografia, mesmo que não sejam objeto de medidas especiais.

## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.3 PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (CONT.)

Os **Sítios** são obras do homem ou obras conjuntas do homem e da natureza que constituem espaços característicos e homogêneos, assinalados geograficamente e notáveis pelo seu interesse arqueológico, ambiental, histórico ou etnológico. Os Sítios assinalados correspondem, aos Moinhos da Tramaga e aos Sítios Arqueológicos. Os novos achados devem sempre ser comunicados aos Serviços de Arqueologia do estado ou a equipas de arqueólogos que se encontrem a estudar a região.

Em zonas de topografia mais acidentada, a repartição das áreas destinadas à silvicultura e ao pastoreio pode ser articulada com a conservação do património. As áreas onde se regista uma maior frequência de sítios ou estruturas devem ser reservadas para pastagens, evitando a sua florestação, que pode ter efeitos destrutivos.

Na zonas mais antigas, os locais e terrenos onde se supõe existirem ruínas das épocas medieval, romana ou outras, devem ser preservados para futuros estudos e integração em circuitos culturais/turísticos. Podem ainda ser aproveitados como espaços urbanos os jardins e zonas verdes, ou para implantação de equipamento coletivo os campos de jogos, parques infantis, parques de estacionamento, desde que não haja impermeabilização do solo.

## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.3 PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (CONT.)

AÇÕES DE INVESTIMENTO (MODELO DE FICHA APRESENTADO NO AVISO)

PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA	
FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO PROPOSTA	
<b>AUTORIDADE URBANA</b>	<b>Município de Ponte de Sor</b>
<b>ÁREA A INTERVIR</b>	<b>Sul da Zona Ribeirinha de Ponte de Sor</b>
<b>TIPO DE INTERVENÇÃO</b>	<b>DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO</b>
Edifícios e Espaço Público	<p>Esta intervenção é estruturante para o presente PEDU e consiste numa ação integrada de reabilitação da parte sul da Zona Ribeirinha. A lógica de intervenção está associada à conclusão da requalificação da Zona Ribeirinha de Ponte de Sor, na sequência de um forte investimento realizado recentemente pelo Município nesta área. Deste modo, esta ação de investimento contempla a reabilitação de edificado e espaço público, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Reabilitação do Mercado Municipal de Ponte de Sor, que é contíguo à Zona Ribeirinha, visando a requalificação do mesmo dadas as débeis condições em que o edifício se encontra. A ação incluirá a reabilitação do interior do edifício, a requalificação da fachada e, de carácter muito urgente, a recuperação do telhado do edifício, que se encontra muito degradado;</li> <li>▪ Requalificação do espaço público contíguo ao Mercado Municipal (Rua de Olivença) e à Zona Ribeirinha (terreno baldio junto à Ribeira do Sor, utilizado para estacionamento), que se encontra bastante degradado e descuidado, denegrindo a imagem e dinâmica desta zona. Esta requalificação do espaço público permitirá melhorar a acessibilidade ao Mercado, completando e integrando esta operação de reabilitação;</li> <li>▪ Reabilitação do Espelho de Água assente na alteração dos açudes já existentes de modo a valorizar a Zona Ribeirinha e a Ribeira do Sor. Em conformidade com as requalificações que têm ocorrido nesta Zona Ribeirinha, torna-se importante proceder à reabilitação desta infraestrutura, assegurando, de forma integrada, a dinamização a atratividade desta zona da cidade de Ponte de Sor.</li> </ul>
<b>OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS</b>	N/A

INVESTIMENTO			
NATUREZA DO INVESTIMENTO	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
<b>VALOR TOTAL DO INVESTIMENTO</b>	1.700.000 €	0 €	<b>1.700.000 €</b>
ESTRUTURA DE CUSTOS DE INVESTIMENTO			
ESTUDOS E PROJETOS	0 €	0 €	<b>0 €</b>
AÇÕES IMATERIAIS	0 €	0 €	<b>0 €</b>
FORMAÇÃO	0 €	0 €	<b>0 €</b>
EMPREITADAS	1.700.000 €	0 €	<b>1.700.000 €</b>
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	0 €	0 €	<b>0 €</b>
CERTIFICAÇÕES	0 €	0 €	<b>0 €</b>
<b>TOTAIS</b>	<b>1.700.000 €</b>	<b>0 €</b>	<b>1.700.000 €</b>

## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.3 PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (CONT.)

PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA		AUTORIDADE URBANA	Município de Ponte de Sor		
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESIGNAÇÃO DA INTERVENÇÃO	OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS	NATUREZA DO INVESTIMENTO		
			PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
Espaço Público	Requalificação do espaço público contíguo ao Mercado e à Zona Ribeirinha, de modo a dinamizar a zona urbanística e tornando a operação de reabilitação completa e integrada		200.000 €	0 €	200.000 €
Edifícios	Reabilitação do Mercado Municipal de Ponte de Sor e do Espelho de Água		1.500.000 €	0 €	1.500.000 €
Reconversão de espaços e unidades industriais abandonadas			0 €	0 €	0 €
Ações de gestão e animação da área urbana			0 €	0 €	0 €
Ações de promoção da atividade económica			0 €	0 €	0 €

INDICADOR DE REALIZAÇÃO	META	
	2019	2023
Desenvolvimento Urbano: Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas (m <sup>2</sup> )	10.000	25.000

INDICADOR DE RESULTADO	META	
	2019	2023
Aumento do grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano (1 a 10)	1	1

## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.3 PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (CONT.)

AÇÕES DE INVESTIMENTO (MODELO DE FICHA APRESENTADO NO AVISO)

PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA	
FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO PROPOSTA	
<b>AUTORIDADE URBANA</b>	<b>Município de Ponte de Sor</b>
<b>ÁREA A INTERVIR</b>	<b>Ribeira de Longomel, Norte da Zona Ribeirinha de Ponte de Sor</b>
<b>TIPO DE INTERVENÇÃO</b>	<b>DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO</b>
Edifícios e Espaço Público	A reabilitação da Ribeira de Longomel surge no seguimento dos investimentos já feitos pela Câmara Municipal de Ponte de Sor no âmbito da requalificação da zona ribeirinha de Ponte de Sor. Assim, verifica-se a necessidade de intervir nesta área através da requalificação da margem do rio e do espaço público envolvente, removendo a florestação heterogénea e descuidada que a constitui e revitalizando o espaço degradado e baldio existente. Assim, a ação envolverá a reabilitação desta área, dando seguimento aos esforços já realizados no âmbito da qualificação da zona ribeirinha de Ponte de Sor, concluindo uma intervenção de reabilitação na ARU e permitindo uma completa integração do investimento nesta zona. Adicionalmente, esta ação contempla a alocação de instrumento financeiro para incentivar a reabilitação do edificado privado envolvente, tornando-a coerente e integrada com a Estratégia de revitalização urbana para a zona de intervenção.
<b>OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS</b>	Entidades privadas proprietárias e arrendatárias do edificado (instrumento financeiro)

INVESTIMENTO			
NATUREZA DO INVESTIMENTO	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
<b>VALOR TOTAL DO INVESTIMENTO</b>	600.000 €	10.000 €	<b>610.000 €</b>
ESTRUTURA DE CUSTOS DE INVESTIMENTO			
ESTUDOS E PROJETOS	0 €	0 €	<b>0 €</b>
AÇÕES IMATERIAIS	0 €	0 €	<b>0 €</b>
FORMAÇÃO	0 €	0 €	<b>0 €</b>
EMPREITADAS	600.000 €	10.000 €	<b>610.000 €</b>
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	0 €	0 €	<b>0 €</b>
CERTIFICAÇÕES	0 €	0 €	<b>0 €</b>
<b>TOTAIS</b>	<b>600.000 €</b>	<b>10.000 €</b>	<b>610.000 €</b>

## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.3 PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (CONT.)

PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA		AUTORIDADE URBANA	Município de Ponte de Sor		
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESIGNAÇÃO DA INTERVENÇÃO	OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS	NATUREZA DO INVESTIMENTO		
			PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
Espaço Público	Reabilitação da Ribeira de Longomel através da requalificação da margem do rio e do terreno baldio contíguo		600.000 €	0 €	600.000 €
Edifícios		Entidades privadas proprietárias e arrendatárias do edificado (instrumento financeiro)	0 €	10.000 €	10.000 €
Reconversão de espaços e unidades industriais abandonadas			0 €	0 €	0 €
Ações de gestão e animação da área urbana			0 €	0 €	0 €
Ações de promoção da atividade económica			0 €	0 €	0 €

INDICADOR DE REALIZAÇÃO	META	
	2019	2023
Desenvolvimento Urbano: Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas (m <sup>2</sup> )	10.640	26.600

INDICADOR DE RESULTADO	META	
	2019	2023
Aumento do grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano (1 a 10)	1	1

## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.3 PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (CONT.)

AÇÕES DE INVESTIMENTO (MODELO DE FICHA APRESENTADO NO AVISO)

PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA	
FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO PROPOSTA	
<b>AUTORIDADE URBANA</b>	<b>Município de Ponte de Sor</b>
<b>ÁREA A INTERVIR</b>	<b>Casa do Povo, centro da cidade</b>
<b>TIPO DE INTERVENÇÃO</b>	<b>DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO</b>
Edifícios	A reabilitação da Casa do Povo irá consistir na requalificação do interior e o exterior do edifício dadas as precárias condições em que o mesmo se encontra. Assim, pretende-se proceder à completa reabilitação do interior do edifício que se apresenta bastante débil e à recuperação do seu exterior, incluindo o espaço anexo ao edifício. Adicionalmente, a fachada do edifício apresenta-se desenquadrada com os restantes edifícios que o envolvem, pelo que a intervenção se reveste ainda de maior importância devido a esse facto.
<b>OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS</b>	N/A

INVESTIMENTO			
NATUREZA DO INVESTIMENTO	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
<b>VALOR TOTAL DO INVESTIMENTO</b>	400.000 €	0 €	<b>400.000 €</b>
ESTRUTURA DE CUSTOS DE INVESTIMENTO			
ESTUDOS E PROJETOS	0 €	0 €	<b>0 €</b>
AÇÕES IMATERIAIS	0 €	0 €	<b>0 €</b>
FORMAÇÃO	0 €	0 €	<b>0 €</b>
EMPREITADAS	400.000 €	0 €	<b>400.000 €</b>
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	0 €	0 €	<b>0 €</b>
CERTIFICAÇÕES	0 €	0 €	<b>0 €</b>
<b>TOTAIS</b>	<b>400.000 €</b>	<b>0 €</b>	<b>400.000 €</b>



## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.3 PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (CONT.)

PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA		AUTORIDADE URBANA	Município de Ponte de Sor		
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESIGNAÇÃO DA INTERVENÇÃO	OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS	NATUREZA DO INVESTIMENTO		
			PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
Espaço Público			0 €	0 €	0 €
Edifícios	Reabilitação do edifício da Casa do Povo e do espaço anexo dadas as condições extramente débeis em que este se encontra		400.000 €	0 €	400.000 €
Reconversão de espaços e unidades industriais abandonadas			0 €	0 €	0 €
Ações de gestão e animação da área urbana			0 €	0 €	0 €
Ações de promoção da atividade económica			0 €	0 €	0 €

INDICADOR DE REALIZAÇÃO	META	
	2019	2023
Desenvolvimento urbano: Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas (m <sup>2</sup> )	1.880	4.700

INDICADOR DE RESULTADO	META	
	2019	2023
Aumento do grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano (1 a 10)	1	1

## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.3 PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (CONT.)

AÇÕES DE INVESTIMENTO (MODELO DE FICHA APRESENTADO NO AVISO)

PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA	
FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO PROPOSTA	
<b>AUTORIDADE URBANA</b>	<b>Município de Ponte de Sor</b>
<b>ÁREA A INTERVIR</b>	<b>Casa dos Magistrados, centro da cidade</b>
<b>TIPO DE INTERVENÇÃO</b>	<b>DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO</b>
Edifícios	<p>Reabilitação da Casa dos Magistrados com vista à reconversão da mesma para habitação. Esta operação visa a requalificação deste edifício dadas as débeis condições em que este se encontra. A Casa dos Magistrados encontra-se devoluta e desocupada, pelo que é necessário reabilitá-la e proceder à recuperação tanto do seu interior como do seu exterior.</p> <p>Esta é uma das ações que contempla alocação de instrumento financeiro público devido à importância de dotar apoios financeiros às operações de reabilitação e revitalização urbana que envolvam edifícios públicos e Municipais destinados a habitação fora do regime de habitação social.</p>
<b>OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS</b>	N/A

INVESTIMENTO			
NATUREZA DO INVESTIMENTO	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
<b>VALOR TOTAL DO INVESTIMENTO</b>	300.000 €	0 €	<b>300.000 €</b>
ESTRUTURA DE CUSTOS DE INVESTIMENTO			
ESTUDOS E PROJETOS	0 €	0 €	<b>0 €</b>
AÇÕES IMATERIAIS	0 €	0 €	<b>0 €</b>
FORMAÇÃO	0 €	0 €	<b>0 €</b>
EMPREITADAS	300.000 €	0 €	<b>300.000 €</b>
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	0 €	0 €	<b>0 €</b>
CERTIFICAÇÕES	0 €	0 €	<b>0 €</b>
<b>TOTAIS</b>	<b>300.000 €</b>	<b>0 €</b>	<b>300.000 €</b>

## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.3 PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (CONT.)

PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA		AUTORIDADE URBANA	Município de Ponte de Sor		
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESIGNAÇÃO DA INTERVENÇÃO	OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS	NATUREZA DO INVESTIMENTO		
			PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
Espaço Público			0 €	0 €	0 €
Edifícios	Reabilitação do edifício da Casa dos Magistrados (interior e exterior), que se encontra devoluto e desocupado		300.000 €	0 €	300.000 €
Reconversão de espaços e unidades industriais abandonadas			0 €	0 €	0 €
Ações de gestão e animação da área urbana			0 €	0 €	0 €
Ações de promoção da atividade económica			0 €	0 €	0 €

INDICADOR DE REALIZAÇÃO	META	
	2019	2023
Desenvolvimento Urbano: Habitações reabilitadas em áreas urbanas (nº)	1	1

INDICADOR DE RESULTADO	META	
	2019	2023
Aumento do grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano (1 a 10)	1	1

## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.3 PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (CONT.)

AÇÕES DE INVESTIMENTO (MODELO DE FICHA APRESENTADO NO AVISO)

PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA	
FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO PROPOSTA	
<b>AUTORIDADE URBANA</b>	<b>Município de Ponte de Sor</b>
<b>ÁREA A INTERVIR</b>	<b>Edifício de habitação na Rua Soeiro Pereira Gomes, centro da cidade</b>
<b>TIPO DE INTERVENÇÃO</b>	<b>DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO</b>
Edifícios	<p>A reabilitação do edifício de habitação na Rua Soeiro Pereira Gomes já se encontra em curso na sequência de uma operação de reabilitação, sendo que este edifício se localiza no centro da cidade, junto ao largo 25 de Abril. Este edifício encontra-se visivelmente devoluto e por isso desenquadrado do parque habitacional envolvente. Assim, esta habitação requer a reabilitação do seu interior e exterior na íntegra (telhado, fundações, interiores e fachada).</p> <p>Esta é uma ação que contempla habitação social que se encontra em fase de apresentação das candidaturas a concurso para as famílias desfavorecidas. Tendo em vista a reabilitação do edificado privado envolvente, esta ação contempla ainda instrumento financeiro para privados.</p>
<b>OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS</b>	Entidades privadas proprietárias e arrendatárias do edificado (instrumento financeiro)

INVESTIMENTO			
NATUREZA DO INVESTIMENTO	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
<b>VALOR TOTAL DO INVESTIMENTO</b>	67.300 €	10.000 €	<b>77.300 €</b>
ESTRUTURA DE CUSTOS DE INVESTIMENTO			
ESTUDOS E PROJETOS	0 €	0 €	<b>0 €</b>
AÇÕES IMATERIAIS	0 €	0 €	<b>0 €</b>
FORMAÇÃO	0 €	0 €	<b>0 €</b>
EMPREITADAS	67.300 €	10.000 €	<b>77.300 €</b>
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	0 €	0 €	<b>0 €</b>
CERTIFICAÇÕES	0 €	0 €	<b>0 €</b>
<b>TOTAIS</b>	<b>67.300 €</b>	<b>10.000 €</b>	<b>77.300 €</b>

## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.3 PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (CONT.)

PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA		AUTORIDADE URBANA	Município de Ponte de Sor		
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESIGNAÇÃO DA INTERVENÇÃO	OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS	NATUREZA DO INVESTIMENTO		
			PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
Espaço Público			0 €	0 €	0 €
Edifícios	Reabilitação do edifício de habitação localizado no centro da cidade e que se encontra totalmente desenquadrado do parque habitacional que o envolve	Entidades privadas proprietárias e arrendatárias do edificado (instrumento financeiro)	67.300 €	10.000 €	77.300 €
Reconversão de espaços e unidades industriais abandonadas			0 €	0 €	0 €
Ações de gestão e animação da área urbana			0 €	0 €	0 €
Ações de promoção da atividade económica			0 €	0 €	0 €

INDICADOR DE REALIZAÇÃO	META	
	2019	2023
Desenvolvimento Urbano: Habitações reabilitadas em áreas urbanas (nº)	1	1

INDICADOR DE RESULTADO	META	
	2019	2023
Aumento do grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano (1 a 10)	1	1

## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.3 PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (CONT.)

AÇÕES DE INVESTIMENTO (MODELO DE FICHA APRESENTADO NO AVISO)

PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA	
FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO PROPOSTA	
<b>AUTORIDADE URBANA</b>	<b>Município de Ponte de Sor</b>
<b>ÁREA A INTERVIR</b>	<b>Edifício de habitação na Rua Vaz Monteiro, centro da cidade</b>
<b>TIPO DE INTERVENÇÃO</b>	<b>DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO</b>
Edifícios	<p>O edifício de habitação da Rua Vaz Monteiro localiza-se perto do Mercado Municipal, estando completamente devoluto. A reabilitação incide sobre o interior e exterior e assume uma grande importância devido ao seu estado de degradação evidente. Adicionalmente, por esta rua se tratar de um dos eixos principais de Ponte de Sor que cruza a cidade de este a oeste, o desenquadramento físico em relação ao restante parque habitacional contíguo torna esta intervenção ainda mais importante.</p> <p>Esta é uma ação que assim que se encontre concluída será objeto de concurso para instalação de famílias desfavorecidas em regime de habitação social. Tendo em vista a reabilitação do edificado privado envolvente, esta ação contempla ainda instrumento financeiro para privados.</p>
<b>OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS</b>	Entidades privadas proprietárias e arrendatárias do edificado (instrumento financeiro)

INVESTIMENTO			
NATUREZA DO INVESTIMENTO	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
<b>VALOR TOTAL DO INVESTIMENTO</b>	250.000 €	20.000 €	<b>270.000 €</b>
ESTRUTURA DE CUSTOS DE INVESTIMENTO			
ESTUDOS E PROJETOS	0 €	0 €	<b>0 €</b>
AÇÕES IMATERIAIS	0 €	0 €	<b>0 €</b>
FORMAÇÃO	0 €	0 €	<b>0 €</b>
EMPREITADAS	250.000 €	20.000 €	<b>270.000 €</b>
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	0 €	0 €	<b>0 €</b>
CERTIFICAÇÕES	0 €	0 €	<b>0 €</b>
<b>TOTAIS</b>	<b>250.000 €</b>	<b>20.000 €</b>	<b>270.000 €</b>

## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.3 PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (CONT.)

PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA		AUTORIDADE URBANA	Município de Ponte de Sor		
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESIGNAÇÃO DA INTERVENÇÃO	OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS	NATUREZA DO INVESTIMENTO		
			PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
Espaço Público			0 €	0 €	0 €
Edifícios	Reabilitação do edifício de habitação na Rua Vaz Monteiro, que se encontra devoluto	Entidades privadas proprietárias e arrendatárias do edificado (instrumento financeiro)	250.000 €	20.000 €	270.000 €
Reconversão de espaços e unidades industriais abandonadas			0 €	0 €	0 €
Ações de gestão e animação da área urbana			0 €	0 €	0 €
Ações de promoção da atividade económica			0 €	0 €	0 €

INDICADOR DE REALIZAÇÃO	META	
	2019	2023
Desenvolvimento Urbano: Habitações reabilitadas em áreas urbanas (nº)	0	1

INDICADOR DE RESULTADO	META	
	2019	2023
Aumento do grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano (1 a 10)	1	1

## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.3 PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (CONT.)

AÇÕES DE INVESTIMENTO (MODELO DE FICHA APRESENTADO NO AVISO)

PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA	
FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO PROPOSTA	
<b>AUTORIDADE URBANA</b>	<b>Município de Ponte de Sor</b>
<b>ÁREA A INTERVIR</b>	<b>Edifício de habitação na Rua Mouzinho de Albuquerque, centro da cidade</b>
<b>TIPO DE INTERVENÇÃO</b>	<b>DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO</b>
Edifícios	<p>O edifício de habitação da Rua Mouzinho de Albuquerque apresenta níveis de degradação muito elevados no seu interior, sendo que o exterior já se encontra na fase final de requalificação. Esta intervenção torna-se ainda mais relevante por se localizar numa rua que acede a um dos eixos principais que atravessa Ponte de Sor de este a oeste e que, na sua generalidade, apresenta níveis de conservação e habitabilidade bastante positivos.</p> <p>Esta é uma ação que contempla habitação social que se encontra em fase de apresentação das candidaturas a concurso para as famílias desfavorecidas. Tendo em vista a reabilitação do edificado privado envolvente, esta ação contempla ainda instrumento financeiro para privados.</p>
<b>OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS</b>	Entidades privadas proprietárias e arrendatárias do edificado (instrumento financeiro)

INVESTIMENTO			
NATUREZA DO INVESTIMENTO	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
<b>VALOR TOTAL DO INVESTIMENTO</b>	35.000 €	10.000 €	<b>45.000 €</b>
ESTRUTURA DE CUSTOS DE INVESTIMENTO			
ESTUDOS E PROJETOS	0 €	0 €	<b>0 €</b>
AÇÕES IMATERIAIS	0 €	0 €	<b>0 €</b>
FORMAÇÃO	0 €	0 €	<b>0 €</b>
EMPREITADAS	35.000 €	10.000 €	<b>45.000 €</b>
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	0 €	0 €	<b>0 €</b>
CERTIFICAÇÕES	0 €	0 €	<b>0 €</b>
<b>TOTAIS</b>	<b>35.000 €</b>	<b>10.000 €</b>	<b>45.000 €</b>



## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.3 PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (CONT.)

PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA		AUTORIDADE URBANA	Município de Ponte de Sor		
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESIGNAÇÃO DA INTERVENÇÃO	OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS	NATUREZA DO INVESTIMENTO		
			PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
Espaço Público			0 €	0 €	0 €
Edifícios	Reabilitação do edifício localizado na Rua Mouzinho de Albuquerque, que se apresenta degradado	Entidades privadas proprietárias e arrendatárias do edificado (instrumento financeiro)	35.000 €	10.000 €	45.000 €
Reconversão de espaços e unidades industriais abandonadas			0 €	0 €	0 €
Ações de gestão e animação da área urbana			0 €	0 €	0 €
Ações de promoção da atividade económica			0 €	0 €	0 €

INDICADOR DE REALIZAÇÃO	META	
	2019	2023
Desenvolvimento Urbano: Habitações reabilitadas em áreas urbanas (nº)	1	1

INDICADOR DE RESULTADO	META	
	2019	2023
Aumento do grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano (1 a 10)	1	1

## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.4 PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA AS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS (MÁX. 21.000 CARACTERES EXCLUINDO AÇÕES)

O Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas do município de Ponte de Sor visa implementar **ações de reabilitação sobre 4 edifícios numa ótica de promoção da inclusão social**, nomeadamente: i) Edifício da Delegação da Cruz Vermelha, ii) Edifício do Centro de Convívio dos reformados e pensionistas, iii) Escola Básica de Montargil nº2 e iv) Centro Ludo-Pedagógico na Escola Básica João Pedro de Andrade. De realçar que todos estes edifícios e as respetivas intervenções foram selecionados de acordo com os critérios pré-estabelecidos no Aviso de Candidatura ao PEDU.

O presente Plano pretende **intervir de forma integrada, articulada e complementar, abrangendo as várias Comunidades Desfavorecidas existentes no concelho de Ponte de Sor**, desde crianças e jovens em idade escolar a desempregados e pessoas em situações de grande carência e em risco de exclusão social, passando pelos reformados e pelos idosos. A lógica de intervenção não se baseia simplesmente no centro da cidade de Ponte de Sor, contemplando também freguesias mais periféricas nas quais se verificam situações de precariedade e onde residem estas comunidades (neste caso concreto, a freguesia de Montargil).

As intervenções no âmbito da vertente de apoio às Comunidades Desfavorecidas deverão revestir-se de um **carácter físico (material) e social (imaterial)**. Este último, apesar de não ser diretamente elegível no âmbito do presente PEDU, visa integrar, complementar e dar coerência ao investimento financiado pelo FEDER, contribuindo para os objetivos últimos de inclusão social, valorização e bem-estar destas comunidades.



Figura 9 – Localização das ações propostas no presente Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas

Fonte: Câmara Municipal de Ponte de Sor

## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.4 PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA AS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS (CONT.)

No que diz respeito às ações a realizar no âmbito do presente PEDU, e seguindo a ordem de prioridade de intervenção definida para as mesmas, importa caracterizar o **edifício da Delegação da Cruz Vermelha** (inserido na tipologia de “Área Urbana Antiga”). Este edifício localiza-se na Rua de Santo António e foi construído em 1930, tendo funcionado desde essa data até ao final da década de 80 como Posto da GNR. A cedência do edifício à Cruz Vermelha Portuguesa ocorreu há sensivelmente 10 anos, sendo que desde então esta Delegação se tem assumido como um instrumento de apoio à comunidade de Ponte de Sor nas áreas social, cultural e de saúde/ emergência.

No âmbito das suas funções, a Delegação da Cruz Vermelha desenvolve, através de voluntários, atividades que vão de encontro às reais necessidades de uma população em situação vulnerável, articulando com os vários parceiros da comunidade as seguintes respostas sociais: i) Cantinas Sociais (a instituição insere-se na rede solidária das cantinas sociais como parceiro sinalizador de situações de emergência social e distribuem géneros alimentares, inseridos no programa de ajuda da União Europeia (FEAC)), ii) Banco de Ajudas Técnicas (Banco de Ajudas Técnicas ao dispor da população) e iii) Apoio alimentar em géneros alimentícios e/ou fornecimento de refeições gratuitas beneficiando também de apoio em vestuário e calçado.

Este edifício faz ainda parte da Rede Social de Ponte de Sor e possui parcerias com as várias instituições locais que desenvolvem fins solidários, possuindo ainda uma Loja Social (Cristal Vermelho) que se situa em edifício propriedade do município e que se pretende alargar às freguesias de Galveias e Montargil, em parceria com as respetivas Juntas de Freguesia.

A sua esfera de atuação contempla ainda o desenvolvimento de várias atividades de cariz social, cultural, recreativo e formativo, como por exemplo: i) campanhas de recolha de alimentos, entre outros, ii) sessões de esclarecimento sobre temáticas diversas, iii) comemoração do Dia da Família, iv) comemoração da quadra natalícia e v) distribuição de Cabazes de Natal pelas famílias em situação de pobreza e/ou exclusão social, em parceria com o Município de Ponte de Sor



Reabilitação edifício da Cruz Vermelha

Figura 10 – Planta do edifício da Delegação da Cruz Vermelha de Ponte de Sor

Fonte: Câmara Municipal de Ponte de Sor

## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.4 PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA AS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS (CONT.)

A Cruz Vermelha atualmente apoia maioritariamente agregados familiares beneficiários de RSI e de Pensão Social, desempregados e outros sem qualquer tipo de rendimentos. Os rendimentos médios que estes grupos auferem situam-se abaixo dos 199,53 € per capita. Até ao momento, no ano de 2015 beneficiaram da cedência de produtos alimentares 374 agregados familiares, num total de 1.155 pessoas. Adicionalmente, e considerando o mesmo período temporal, a Delegação da Cruz Vermelha já distribuiu 649 refeições a 10 famílias em situação de desemprego e/ou RSI, bem como 3.569 peças de vestuário e calçado a população necessitada.

O edifício apresenta um estado de degradação muito avançado, nomeadamente na fachada, onde são visíveis, entre outros, as falhas de pintura e o mau estado da cobertura, bem como no seu interior, onde é possível constatar infiltrações nas paredes (Anexo 8.5). Estas condições não reúnem os requisitos necessários para albergar a Delegação de uma Organização tão importante e vital para a inclusão social do concelho de Ponte de Sor como esta. Assim sendo, e tendo em conta o estado do edifício e também o enquadramento das Comunidades Desfavorecidas que abrange, assume-se como primordial a sua reabilitação, considerando as seguintes ações:

- Requalificação total da fachada e da cobertura
- Recuperação total do seu interior

Como complemento a esta intervenção, estão previstas as seguintes ações de natureza social:

- Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS) “Construir Pontes”
- Ações de cariz social preconizadas pela Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa

O **edifício do Centro de Convívio dos reformados e pensionistas de Ponte de Sor** (inserido na tipologia de “Área Urbana Consolidada”) localiza-se na Rua de Santo António (junto ao edifício que está cedido à Cruz Vermelha) e foi construído em 1989, sendo propriedade do Município.

Importa realçar que, face ao registo acelerado de envelhecimento da população este Centro de Convívio foi criado e desenvolvido numa lógica de desenvolvimento de um conjunto de políticas sociais Municipais que têm como objetivos a promoção do envelhecimento ativo, a inclusão e participação dos seniores na comunidade, bem como a partilha intergeracional, privilegiando a manutenção da pessoa idosa no seu ambiente familiar, o apoio na sua vida diária, a diminuição do isolamento e solidão e a fruição de espaços de convívio e lazer.

Nos dias que correm este Centro de Convívio tem como associados cerca de 200 idosos, com idades compreendidas entre os 59 e os 92 anos, e conta com uma frequência diária de aproximadamente 30 utentes. Contudo, e numa perspetiva de partilha e encontro intergeracional, este Centro encontra-se aberto a toda a população.

A principal função deste Centro de Convívio é a organização de atividades de ocupação de tempos livres promovidas pelos e para os idosos, nomeadamente jogos lúdicos, leitura de jornais e livros, bem como a organização de excursões e eventos comemorativos.

## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.4 PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA AS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS (CONT.)

Face às atividades que desenvolve, o Centro de Convívio tem parcerias ativas com a Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa e com a Associação Caminhar, encontrando-se inscrito na BS3 (Banco de Voluntariado). Através deste Banco tem desenvolvido várias atividades dinamizadas por jovens voluntários, das quais se destacam os jogos recreativos.

Adicionalmente, a Direção deste Centro de Convívio, ao verificar que muitos dos seus associados não sabem ler nem escrever (população acima dos 65 anos a taxa de analfabetismo em Ponte de Sor continua 1% acima da média da região do Alto Alentejo e 7% acima da taxa nacional – Diagnóstico Social), pretende, com o recurso ao BS3 promover ações de alfabetização de adultos. Futuramente, tem também a intenção de desenvolver ateliês de costura e bordados.

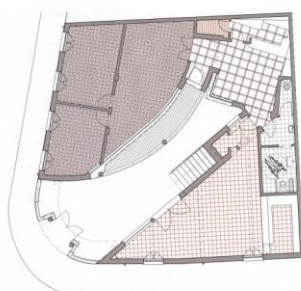
Por fim, o Centro de Convívio tem ainda uma estreita relação com o Município, participando em todos os eventos promovidos pelo Município e que têm como população alvo os idosos, nomeadamente, i) Festa do idoso, ii) Almoço do idoso.

Atualmente, o edifício do Centro de Convívio encontra-se muito debilitado exterior e interiormente, necessitando de uma intervenção de reabilitação. Esta intervenção ganha relevância pela necessidade urgente de substituir os telhados não só pelo estado de degradação extrema em que se encontram, mas também por serem parcialmente de amianto. Como é possível observar nas fotos (Anexo 8.6), a fachada e o seu interior apresentam também sinais claros de mau estado de conservação. Deste modo, e considerando a importância deste Centro para a comunidade idosa de Ponte de Sor, a operação de reabilitação deverá contemplar:

- Requalificação total da fachada;
- Recuperação total do seu interior;
- Remoção do telhado de amianto e colocação de um novo.

Como complemento a esta intervenção, estão previstas as seguintes ações de natureza social (imateriais):

- Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS) “Construir Pontes”
- Ações de cariz social implementadas e a implementar pelo Centro de Convívio



Reabilitação do edifício do Centro de convívio dos reformados e pensionistas

Figura 11 – Planta do edifício do Centro de Convívio dos reformados e pensionistas de Ponte de Sor

Fonte: Câmara Municipal de Ponte de Sor

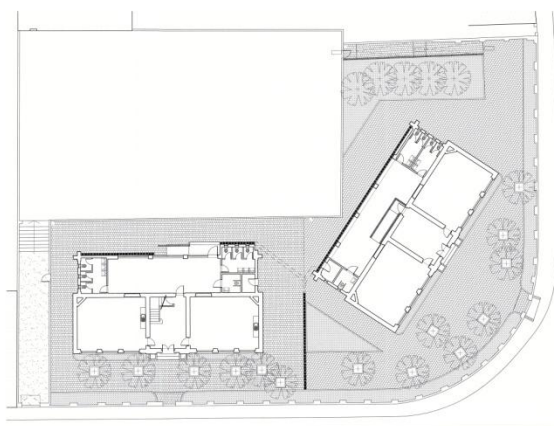
## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.4 PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA AS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS (CONT.)

A **Escola Básica de Montargil nº2** (inserida na tipologia de “Área Urbana Antiga”) localiza-se no Largo General Humberto Delgado, no centro de Montargil. A escola encontra-se inserida no Agrupamento de Escolas de Ponte de Sor, constituído por 12 estabelecimentos de educação, distribuídos pelo território educativo que corresponde neste momento ao concelho de Ponte de Sor.

Construída em 1949 e constituída por dois edifícios, a escola destina-se, atualmente, aos alunos do pré-escolar (2 salas) e 1º Ciclo do Ensino básico (3 salas). Em relação ao ensino pré-escolar, no ano letivo 2014/2015, a escola tinha 26 crianças, ainda que com uma capacidade instalada para apenas 25 crianças (nomadamente através da presença de um único educador), o que equivale a uma taxa de ocupação escolar de 104%. O espaço dedicado a este escalão é composto pela existência de 2 salas de aulas e por uma cantina/ refeitório.

Em relação ao ensino pré-escolar, no ano letivo 2014/2015, a escola tinha 26 crianças, ainda que com uma capacidade instalada para apenas 25 crianças. Em relação ao ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico a escola perdeu, em média, cerca de 35% dos alunos nos últimos 5 anos. As principais causas desta situação devem-se sobretudo a questões demográficas e económicas, nomeadamente: i) baixa natalidade, ii) migração da população jovem e iii) aumento do desemprego. No ano letivo de 2010/2011 a escola tinha 52 alunos a frequentar o 1º ciclo de Ensino Básico, enquanto no ano letivo de 2014/2015 esse número foi de 34 alunos, funcionando, atualmente, 3 turmas do 1º CEB.



Requalificação da Escola Básica de Montargil nº2

Figura 12 – Planta da Escola Básica de Montargil nº2

Fonte: Câmara Municipal de Ponte de Sor



## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.4 PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA AS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS (CONT.)

Em termos de infraestruturas, a escola apresenta necessidade de intervenção ao nível da adequação e funcionalidades dos espaços, existindo sinais de degradação a nível exterior, nomeadamente na sua fachada, telhados e recintos de recreio. No seu interior também são visíveis sinais de deterioração, nomeadamente nas salas de aula e gabinetes (Anexo 8.7).

Em termos de população de ensino, os alunos provêm, na sua maioria, de famílias desfavorecidas, com necessidades de apoio especiais. São famílias que se dedicam essencialmente à agricultura, pecuária, construção civil, carpintaria, serralharia, entre outros.

Neste contexto, a estratégia de intervenção na Escola Básica de Montargil nº2, com edifícios construídos há mais de 60 anos, passa por reabilitar as suas infraestruturas, nomeadamente a nível exterior (fachada, telhados e recreios) e a nível interior (salas de aulas e gabinetes), com o objetivo de potenciar a inclusão social e a melhoria das condições de aprendizagem dos alunos que provêm, na sua maioria, de comunidades desfavorecidas.

Como complemento a esta intervenção de natureza material, estão também previstas ações de natureza social (imateriais), designadamente:

- Projeto “Centro Integrado de Apoio à Família”
- Projeto “Plano Estratégico Educativo Municipal”

O **Centro Ludo-Pedagógico** de suporte à Escola Básica João Pedro de Andrade (inserido na tipologia de “Área Urbana Consolidada”) foi construído no ano de 1994 e localiza-se na Tapada do Telheiro em Ponte de Sor, perto de um bairro de habitação social recentemente reabilitado, localizado na praça 25 de Abril.

Destinada aos alunos do 1º e 2º Ciclo do Ensino básico (1º e 2º CEB), a Escola João Pedro de Andrade foi a única, de entre as 9 instituições de 1º Ciclo do Ensino Básico, que viu aumentar o seu número de alunos no ano letivo de 2014/2015. Esta tendência verificou-se em virtude do reordenamento da rede educativa que passou a acolher todas as turmas de 3º e 4º ano do 1º CEB. No ano letivo de 2013/2014 a escola tinha 102 alunos no 1º CEB passando, no ano letivo seguinte, a contar com 158 alunos, divididos por 7 turmas.

Já o número de alunos do 2º ciclo sofreu um decréscimo, nos últimos anos, registando-se, em 2011/2012 332 alunos, face a 263 no ano letivo de 2014/2015, divididos por 11 turmas. Neste nível escolar, destaca-se uma taxa de retenção muito elevada respeitante ao último ano letivo (16% para os alunos do 6º ano, face a 7,5% para os alunos do 5º).

Inserida no Agrupamento de Escolas de Ponte de Sor, a escola é constituída por R/C e 1º andar, onde funcionam 35 salas de aula, 9 gabinetes, 4 arrecadações, 1 sala de professores, serviços diversos como um gabinete médico, refeitório, bar, papelaria, serviços administrativos, biblioteca, laboratórios, GAAP (Gabinete de Apoio ao Aluno e Família) e 1 centro Ludo-Pedagógico. Externamente existem também um pavilhão e campos de jogos.

## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.4 PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA AS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS (CONT.)

Ao nível destas infraestruturas, e pese embora a refuncionalização feita a um antigo balneário, transformado no Centro Ludo-Pedagógico vocacionado para os tempos livres dos alunos, este não apresenta as melhores condições para a realização das atividades nele previstas (Anexo 8.8). Esta situação é grave e assume um peso ainda maior porque a maioria dos alunos que frequentam esta escola provêm de famílias desfavorecidas e de comunidades ciganas, recaindo tradicionalmente sobre a escola maior responsabilidade na sua evolução académica e pessoal e na ocupação dos seus tempos livres.

A intervenção a candidatar visa contribuir para superar as debilidades e fragilidades verificadas no sistema de educação que abrange alunos do 1º e 2º CEB, nomeadamente, interior (paredes e isolamento) e exterior (fachada). Como forma de melhorar e reforçar o sucesso educativo, pretende-se que a requalificação deste Centro incentive a diversificação de competências dos alunos que o frequentam.

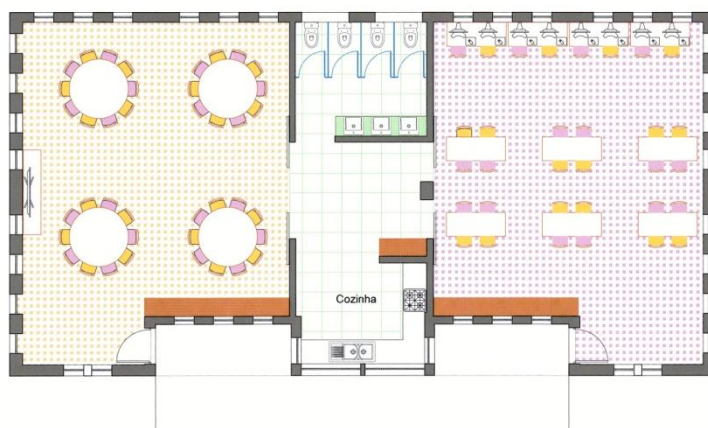
Como complemento a esta intervenção estão previstas as seguintes ações de natureza social:

- Projeto “Centro Integrado de Apoio à Família”
- Projeto “Plano Estratégico Educativo Municipal”
- Contrato de Desenvolvimento Local (CLDS) “Construir Pontes”

As intervenções de carácter social identificadas nas 4 ações anteriormente descritas, apesar de não financiadas diretamente pelo PEDU, são fundamentais à inclusão social destas comunidades, constituindo-se como um elemento integrador e potenciador do seu bem-estar.

Neste sentido, é intenção do Município desenvolver estas ações de forma articulada e integrada, através da mobilização das seguintes prioridades de investimento:

- 9.1 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação
- 10.1 – Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade



Requalificação do Centro Ludo-Pedagógico

Figura 13 – Planta do Centro Ludo-Pedagógico

Fonte: Câmara Municipal de Ponte de Sor



## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.4 PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA AS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS (CONT.)

Tendo alguns destes projetos já sido candidatados em sede de Investimento Territorial Integrado (ITI), e outros que se pretendem candidatar em sede de instrumentos futuros, são agora descritas, com mais pormenor, cada uma destas intervenções.

O projeto “Centro Integrado de Apoio à Família” (CIAF) – PI 9.1, que será articulado com as ações da Escola Básica de Montargil nº2 e com o Centro Ludo-Pedagógico, prevê a criação de gabinetes de apoio e assenta numa lógica de articulação das várias respostas de apoio integrado dos vários parceiros locais, interligando projetos específicos de apoio ao Município, como o Regulamento Municipal de Inserção Social e Luta Contra a Pobreza. Estas respostas são dinamizadas por um consórcio de parceiros, através de uma equipa multidisciplinar constituída por técnicos do Município que presta um serviço efetivo na dinamização de ações direcionadas para as famílias necessitadas: (i) acompanhamento psicossocial da família; ii) desenvolvimento de programas de treino de competências parentais em sessões com grupos que revelam as mesmas problemáticas e programas de desenvolvimento de competências parentais em meio familiar (*coaching* familiar); e iii) inclusão ativa de pais desempregados através de protocolos a estabelecer com as entidades representantes do tecido económico local e do setor solidário.

Este projeto será transversal às ações mencionadas e os principais resultados a atingir são:

- Diminuição dos fatores de vulnerabilidade da família
- Capacitação das famílias em diferentes áreas, responsabilizando-as pelo seu processo de mudança
- Integração em emprego de pelo menos 1 dos elementos dos agregados familiares em situação de desemprego
- Desenvolvimento de competências de *coaching* parental e outras estratégias de intervenção com famílias em 15 técnicos das entidades parceiras do projeto, nomeadamente: Caminhar – Associação Cristã de Apoio Social; APEEAEPS; Equipa de RSI – Segurança Social; CPCJ; Equipa Saúde e Cuidados na Comunidade – Centro de Saúde de Ponte de Sor; e SCMPs
- Criação de uma plataforma que permita a monitorização dos apoios prestados, a eficácia na utilização dos recursos e os resultados e impactos do projeto

O Plano Estratégico Educativo Municipal – PI 10.1, já sujeito a candidatura em sede de ITI e que abrange o Agrupamento de Escolas de Ponte de Sor, é constituído por um conjunto de iniciativas específicas de âmbito escolar, no sentido de promover a redução do abandono e a melhoria do sucesso educativo, com enfoque no desenvolvimento de uma educação global focada nos valores e nas competências para o séc. XXI como: i) criatividade, ii) pensamento crítico, iii) resolução de problemas, iv) trabalho colaborativo e v) inteligência emocional.

No âmbito deste Plano, o Município irá desenvolver um conjunto de projetos integrados de âmbito socioeducativo e de enriquecimento curricular (PISEEC), que abrangem as crianças da educação pré-escolar, 1º, 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico.

## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.4 PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA AS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS (CONT.)

Estão ainda previstas ações de capacitação e potenciação de projetos locais desenvolvidos por entidades parceiras, nomeadamente a Caminhar – Associação Cristã de Apoio Social, APEEAEPS, Equipa de RSI – Segurança Social, CPCJ de Ponte de Sor, Equipa Saúde e Cuidados na Comunidade – Centro de Saúde de Ponte de Sor, e SCMPs (Coordenadora do CLDS), que visam a prevenção do abandono escolar e a promoção do sucesso escolar e educativo, com enfoque numa intervenção integrada de inclusão social de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social, os quais são devidamente articulados no âmbito do CIAF.

No âmbito da promoção das competências básicas e da promoção da leitura, o Município pretende alargar o seu apoio na ligação, em rede, das várias Bibliotecas Escolares à Biblioteca Municipal, no sentido de garantir um maior acesso das crianças e jovens aos livros e aos projetos articulados entre ambas. Os principais resultados a atingir com este Plano Estratégico são:

- Melhorar o desempenho do sistema de educação, de forma a promover uma melhoria significativa dos resultados da aprendizagem
- Proporcionar uma oferta socioeducativa e de enriquecimento curricular de alta qualidade nos períodos de permanência dos alunos na escola
- Melhorar os resultados escolares dos alunos e as competências socio emocionais trabalhadas no âmbito do projeto
- Melhorar as competências ao nível da utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação
- Melhorar a assiduidade, comportamento e resultados escolares nas suas dimensões de género e exclusão social
- Diminuir as taxas de absentismo e o insucesso escolar ao nível do 1º CEB
- Melhorar o processo de monitorização das intervenções, da avaliação da eficiência e dos impactos do projeto

Por fim, o **Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS) “Construir Pontes”- PI 9.1**, candidatado através do POISE para o concelho de Ponte de Sor, tem por finalidade promover a inclusão social dos cidadãos, de forma multisectorial e integrada, através de ações a executar em parceria, para combater a pobreza persistente e a exclusão social em territórios deprimidos. Este projeto pretende criar sinergias para, em conjunto com os vários parceiros (IEFP, Centro de Recuperação Infantil de Ponte de Sor, etc.), contribuir para a melhoria das condições de vida da população, atuando em várias vertentes, nomeadamente: i) com famílias, crianças e jovens, de modo a promover os conceitos de bem comum e cidadania, bem como o desenvolvimento de competências familiares e aconselhamento em momentos de crise; e ii) com idosos, promovendo a formação para cuidadores não formais, organizando atividades socioculturais para seniores, bem como colaborando com os parceiros locais no desenvolvimento de atividades promovidas por estes. Esta ação imaterial será desenvolvida de forma articulada com todas as ações de regeneração física das Comunidades Desfavorecidas mobilizadas neste PEDU.

## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.4 PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA AS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS (CONT.)

AÇÕES DE INVESTIMENTO (MODELO DE FICHA APRESENTADO NO AVISO)

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA COMUNIDADES DESFAVORECIDAS	
FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO PROPOSTA	
<b>EIXO/ MEDIDA</b>	Eixo 4/ Reabilitação do edifício da Delegação da Cruz Vermelha
<b>AUTORIDADE URBANA</b>	Município de Ponte de Sor
<b>IDENTIFICAÇÃO COMUNIDADE A INTERVIR</b>	<b>COMUNIDADES DESFAVORECIDAS APOIADAS PELA DELEGAÇÃO DA CRUZ VERMELHA PORTUGUESA</b>
<b>TIPO DE INTERVENÇÃO</b>	<b>DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO</b>
Reabilitação do edifício da Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa em Ponte de Sor	<p>O edifício da Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa apresenta um estado de degradação muito avançado, nomeadamente na fachada, onde são visíveis, entre outros, as falhas de pintura e o mau estado da cobertura, bem como no seu interior, onde é possível constatar infiltrações nas paredes. Neste sentido, a sua reabilitação reveste-se da maior importância, sendo essencial uma intervenção tanto do seu interior como do seu exterior (cobertura e fachada). Como complemento a esta intervenção de natureza material, estão também previstas ações de natureza social (imateriais), designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS) "Construir Pontes".</li> </ul>
<b>OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS</b>	Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Sor Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) Centro de Recuperação Infantil de Ponte de Sor (CRIPS)

INVESTIMENTO			
NATUREZA DO INVESTIMENTO	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
<b>VALOR TOTAL DO INVESTIMENTO</b>	100.000 €	0 €	<b>100.000 €</b>
ESTRUTURA DE CUSTOS DE INVESTIMENTO			
ESTUDOS E PROJETOS	0 €	0 €	<b>0 €</b>
AÇÕES IMATERIAIS	0 €	0 €	<b>0 €</b>
FORMAÇÃO	0 €	0 €	<b>0 €</b>
EMPREITADAS	100.000 €	0 €	<b>100.000 €</b>
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	0 €	0 €	<b>0 €</b>
CERTIFICAÇÕES	0 €	0 €	<b>0 €</b>
<b>TOTAIS</b>	<b>100.000 €</b>	<b>0 €</b>	<b>100.000 €</b>

## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.4 PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA AS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS (CONT.)

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA COMUNIDADES DESFAVORECIDAS			Município de Ponte de Sor		
			NATUREZA DO INVESTIMENTO		
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESIGNAÇÃO DA INTERVENÇÃO	AUTORIDADE URBANA OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
Espaço Público			0 €	0 €	0 €
Edificado	Reabilitação do edifício da Delegação da Cruz Vermelha		100.000 €	0 €	100.000 €
Equipamentos de utilização coletiva e respetiva priorização			0 €	0 €	0 €
Iniciativas de apoio ao empreendedorismo			0 €	0 €	0 €
Interv. integração da população <sup>1</sup>	Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS) "Construir Pontes" – 450.000 € (valor global estimado para o Projecto como um todo, impactando várias ações - não inserido no quadro por se tratar de FSE)	Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Sor; Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP); Centro de Recuperação Infantil de Ponte de Sor (CRIPS)	0 €	0 €	0 €
Combate ao insucesso e abandono escolar			0 €	0 €	0 €
Formação profissional de jovens NEET			0 €	0 €	0 €
Ocupação de tempos Livres			0 €	0 €	0 €
Formação e inclusão de desempregados de longa duração			0 €	0 €	0 €
Ações integração de imigrantes e comum. Ciganas			0 €	0 €	0 €
Outros			0 €	0 €	0 €

INDICADOR DE REALIZAÇÃO	META	
	2019	2023
Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas (m <sup>2</sup> )	280	280

INDICADOR DE RESULTADO	META	
	2019	2023
Melhoria do grau de satisfação dos residentes nas áreas de intervenção (1 a 10)	1	1

<sup>1</sup> O investimento correspondente a ações imateriais não será financiado no âmbito deste PEDU, pelo que o valor total do investimento apresentado nesta ficha não contempla esta rubrica

## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.4 PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA AS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS (CONT.)

AÇÕES DE INVESTIMENTO (MODELO DE FICHA APRESENTADO NO AVISO)

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA COMUNIDADES DESFAVORECIDAS	
FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO PROPOSTA	
<b>EIXO/ MEDIDA</b>	Eixo 4/ Reabilitação do edifício do Centro de Convívio dos reformados e pensionistas de Ponte de Sor
<b>AUTORIDADE URBANA</b>	Município de Ponte de Sor
<b>IDENTIFICAÇÃO COMUNIDADE A INTERVIR</b>	<b>REFORMADOS E PENSIONISTAS DE PONTE DE SOR</b>
<b>TIPO DE INTERVENÇÃO</b>	<b>DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO</b>
Reabilitação do edifício do Centro de Convívio dos reformados e pensionistas de Ponte de Sor	<p>O edifício do Centro de Convívio dos reformados e pensionistas de Ponte de Sor encontra-se muito debilitado. Este edifício necessita de uma reabilitação completa do seu interior e exterior, incluindo a remoção do telhado de amianto. Esta intervenção ganha relevância pela necessidade urgente de substituir o telhado não só pelo estado de degradação extrema em que se encontram mas também por serem de amianto, o que pode colocar em causa a saúde dos utentes dos mesmos (que são sobretudo idosos que vivem em condições precárias).</p> <p>Como complemento a esta intervenção de natureza material, estão também previstas ações de natureza social (imateriais), designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS) "Construir Pontes".</li> </ul>
<b>OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS</b>	Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Sor Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) Centro de Recuperação Infantil de Ponte de Sor (CRIPS)

INVESTIMENTO			
NATUREZA DO INVESTIMENTO	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
<b>VALOR TOTAL DO INVESTIMENTO</b>	85.000 €	0 €	<b>85.000 €</b>
ESTRUTURA DE CUSTOS DE INVESTIMENTO			
ESTUDOS E PROJETOS	0 €	0 €	<b>0 €</b>
AÇÕES IMATERIAIS	0 €	0 €	<b>0 €</b>
FORMAÇÃO	0 €	0 €	<b>0 €</b>
EMPREITADAS	85.000 €	0 €	<b>85.000 €</b>
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	0 €	0 €	<b>0 €</b>
CERTIFICAÇÕES	0 €	0 €	<b>0 €</b>
<b>TOTAIS</b>	<b>85.000 €</b>	<b>0 €</b>	<b>85.000 €</b>

## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.4 PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA AS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS (CONT.)

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA COMUNIDADES DESFAVORECIDAS			Município de Ponte de Sor		
			NATUREZA DO INVESTIMENTO		
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESIGNAÇÃO DA INTERVENÇÃO	AUTORIDADE URBANA OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
Espaço Público			0 €	0 €	0 €
Edificado	Reabilitação do Centro de Convívio dos reformados e pensionistas de Ponte de Sor		85.000 €	0 €	85.000 €
Equipamentos de utilização coletiva e respetiva priorização			0 €	0 €	0 €
Iniciativas de apoio ao empreendedorismo			0 €	0 €	0 €
Interv. integração da população <sup>1</sup>	Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS) "Construir Pontes" – 450.000 € (valor global estimado para o Projecto como um todo, impactando várias ações - não inserido no quadro por se tratar de FSE)	Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Sor; Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP); Centro de Recuperação Infantil de Ponte de Sor (CRIPS)	0 €	0 €	0 €
Combate ao insucesso e abandono escolar			0 €	0 €	0 €
Formação profissional de jovens NEET			0 €	0 €	0 €
Ocupação de tempos Livres			0 €	0 €	0 €
Formação e inclusão de desempregados de longa duração			0 €	0 €	0 €
Ações integração de imigrantes e comum. Ciganas			0 €	0 €	0 €
Outros			0 €	0 €	0 €

INDICADOR DE REALIZAÇÃO	META	
	2019	2023
Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas (m <sup>2</sup> )	322	322

INDICADOR DE RESULTADO	META	
	2019	2023
Melhoria do grau de satisfação dos residentes nas áreas de intervenção (1 a 10)	1	1

<sup>1</sup> O investimento correspondente a ações imateriais não será financiado no âmbito deste PEDU, pelo que o valor total do investimento apresentado nesta ficha não contempla esta rubrica

## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.4 PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA AS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS (CONT.)

AÇÕES DE INVESTIMENTO (MODELO DE FICHA APRESENTADO NO AVISO)

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA COMUNIDADES DESFAVORECIDAS	
FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO PROPOSTA	
<b>EIXO/ MEDIDA</b>	Eixo 4/ Requalificação da Escola Básica de Montargil nº2
<b>AUTORIDADE URBANA</b>	Município de Ponte de Sor
<b>IDENTIFICAÇÃO COMUNIDADE A INTERVIR</b>	<b>COMUNIDADE DESFAVORECIDA DA ESCOLA BÁSICA DE MONTARGIL Nº2</b>
<b>TIPO DE INTERVENÇÃO</b>	<b>DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO</b>
Requalificação da Escola Básica de Montargil nº2	<p>Obras de requalificação da Escola Básica de Montargil nº2, que apresenta necessidade de intervenção ao nível da adequação e funcionalidade dos espaços. A escola necessita de uma reabilitação nível exterior (fachada, telhados e recreios) e a nível interior (salas de aulas e gabinetes). Trata-se de uma intervenção que visa criar espaços mais propícios para o processo de ensino e tem como objetivo a inclusão social numa escola que abrange alunos de famílias socialmente desfavorecidas.</p> <p>Como complemento a esta intervenção de natureza material, estão também previstas ações de natureza social (imateriais), designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Projeto “Centro Integrado de Apoio à Família”;</li> <li>• Projeto “Plano Estratégico Educativo Municipal”.</li> </ul>
<b>OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS</b>	APEEAEPS – Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Ponte de Sor Caminhar – Associação Cristã de Apoio Social Equipa de RSI – Segurança Social CPCJ de Ponte de Sor Equipa Saúde e Cuidados na Comunidade – Centro de Saúde de Ponte de Sor

INVESTIMENTO			
NATUREZA DO INVESTIMENTO	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
<b>VALOR TOTAL DO INVESTIMENTO</b>	200.000 €	0 €	<b>200.000 €</b>
ESTRUTURA DE CUSTOS DE INVESTIMENTO			
ESTUDOS E PROJETOS	0 €	0 €	<b>0 €</b>
AÇÕES IMATERIAIS	0 €	0 €	<b>0 €</b>
FORMAÇÃO	0 €	0 €	<b>0 €</b>
EMPREITADAS	200.000 €	0 €	<b>200.000 €</b>
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	0 €	0 €	<b>0 €</b>
CERTIFICAÇÕES	0 €	0 €	<b>0 €</b>
<b>TOTAIS</b>	<b>200.000 €</b>	<b>0 €</b>	<b>200.000 €</b>

## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.4 PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA AS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS (CONT.)

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA COMUNIDADES DESFAVORECIDAS			Município de Ponte de Sor		
			NATUREZA DO INVESTIMENTO		
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESIGNAÇÃO DA INTERVENÇÃO	AUTORIDADE URBANA OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
Espaço Público			0 €	0 €	0 €
Edificado	Requalificação da Escola Básica de Montargil nº2		200.000 €	0 €	200.000 €
Equipamentos de utilização coletiva e respetiva priorização			0 €	0 €	0 €
Iniciativas de apoio ao empreendedorismo			0 €	0 €	0 €
Interv. integração da população <sup>1</sup>	Projeto “Centro Integrado de Apoio à Família” – 750.000 € (valor global estimado para o Projecto como um todo, impactando várias ações - não inserido no quadro por se tratar de FSE)	Caminhar – Associação Cristã de Apoio Social; APEEAEPS – Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Ponte de Sor; Equipa de RSI – Segurança Social; CPCJ de Ponte de Sor; Equipa Saúde e Cuidados na Comunidade – Centro de Saúde de Ponte de Sor; e SCMPS (Coordenadora do CLDS)	0 €	0 €	0 €
Combate ao insucesso e abandono escolar <sup>1</sup>	Projeto “Plano Estratégico Educativo Municipal” – 250.000 € (valor global estimado para o Projecto como um todo, impactando várias ações - não inserido no quadro por se tratar de FSE)		0 €	0 €	0 €
Formação profissional de jovens NEET			0 €	0 €	0 €
Ocupação de tempos Livres			0 €	0 €	0 €
Formação e inclusão de desempregados de longa duração			0 €	0 €	0 €
Ações integração de imigrantes e comum. Ciganas			0 €	0 €	0 €
Outros			0 €	0 €	0 €

INDICADOR DE REALIZAÇÃO	META	
	2019	2023

Desenvolvimento urbano: Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas (m<sup>2</sup>)

2.700

2.700

INDICADOR DE RESULTADO	META	
	2019	2023

Melhoria do grau de satisfação dos residentes nas áreas de intervenção (1 a 10)

1

1

<sup>1</sup> O investimento correspondente a ações imateriais não será financiado no âmbito deste PEDU, pelo que o valor total do investimento apresentado nesta ficha não contempla esta rubrica



## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.4 PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA AS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS (CONT.)

AÇÕES DE INVESTIMENTO (MODELO DE FICHA APRESENTADO NO AVISO)

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA COMUNIDADES DESFAVORECIDAS	
FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO PROPOSTA	
<b>EIXO/ MEDIDA</b>	Eixo 4/ Requalificação do Centro Ludo-Pedagógico
<b>AUTORIDADE URBANA</b>	Município de Ponte de Sor
<b>IDENTIFICAÇÃO COMUNIDADE A INTERVIR</b>	<b>COMUNIDADE DESFAVORECIDA DA ESCOLA BÁSICA JOÃO PEDRO DE ANDRADE EM PONTE DE SOR</b>
<b>TIPO DE INTERVENÇÃO</b>	<b>DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO</b>
Requalificação do Centro Ludo-Pedagógico situado na Escola Básica João Pedro de Andrade, em Ponte de Sor	<p>Pretende-se reabilitar o Centro Ludo-Pedagógico (nomeadamente no que diz respeito ao seu interior – paredes e isolamento – e ao seu exterior – fachada), vocacionado para os tempos livres das crianças, e que abrange uma franja significativa de alunos provenientes de Comunidades Desfavorecidas (a escola situa-se perto de um bairro de habitação social).</p> <p>Como complemento a esta intervenção de natureza material, estão também previstas ações de natureza social (imateriais), designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Projeto “Centro Integrado de Apoio à Família”;</li> <li>• Projeto “Plano Estratégico Educativo Municipal”;</li> <li>• Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS) “Construir Pontes”.</li> </ul>
<b>OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS</b>	Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Sor APEEAEPS – Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Ponte de Sor Caminhar – Associação Cristã de Apoio Social Equipa de RSI – Segurança Social CPCJ de Ponte de Sor Equipa Saúde e Cuidados na Comunidade – Centro de Saúde de Ponte de Sor

INVESTIMENTO			
NATUREZA DO INVESTIMENTO	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
<b>VALOR TOTAL DO INVESTIMENTO</b>	40.000 €	0 €	<b>40.000 €</b>
ESTRUTURA DE CUSTOS DE INVESTIMENTO			
ESTUDOS E PROJETOS	0 €	0 €	<b>0 €</b>
AÇÕES IMATERIAIS	0 €	0 €	<b>0 €</b>
FORMAÇÃO	0 €	0 €	<b>0 €</b>
EMPREITADAS	40.000 €	0 €	<b>40.000 €</b>
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	0 €	0 €	<b>0 €</b>
CERTIFICAÇÕES	0 €	0 €	<b>0 €</b>
<b>TOTAIS</b>	<b>40.000 €</b>	<b>0 €</b>	<b>40.000 €</b>

## 5. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO

### 5.4 PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA AS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS (CONT.)

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA COMUNIDADES DESFAVORECIDAS			Município de Ponte de Sor		
			NATUREZA DO INVESTIMENTO		
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESIGNAÇÃO DA INTERVENÇÃO	AUTORIDADE URBANA OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
Espaço Público			0 €	0 €	0 €
Edificado	Requalificação do Centro Ludo-Pedagógico		40.000 €	0 €	40.000 €
Equipamentos de utilização coletiva e respetiva priorização			0 €	0 €	0 €
Iniciativas de apoio ao empreendedorismo			0 €	0 €	0 €
Interv. integração da população <sup>1</sup>	Projeto “Centro Integrado de Apoio à Família” – 750.000 €* Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS) “Construir Pontes” – 450.000 €* * (valor global estimado para o Projecto como um todo, impactando várias ações - não inserido no quadro por se tratar de FSE)	Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Sor; Caminhar – Associação Cristã de Apoio Social; APEEAEPS – Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Ponte de Sor; Equipa de RSI – Segurança Social; CPCJ de Ponte de Sor; Equipa Saúde e Cuidados na Comunidade – Centro de Saúde de Ponte de Sor; e SCMPS (Coordenadora do CLDS)	0 €	0 €	0 €
Combate ao insucesso e abandono escolar <sup>1</sup>	Projeto “Plano Estratégico Educativo Municipal” – 250.000 € (valor global estimado para o Projecto como um todo, impactando várias ações - não inserido no quadro por se tratar de FSE)		0 €	0 €	0 €
Formação profissional de jovens NEET					
Ocupação de tempos Livres			0 €	0 €	0 €
Formação e inclusão de desempregados de longa duração			0 €	0 €	0 €
Ações integração de imigrantes e comum. Ciganas			0 €	0 €	0 €
Outros			0 €	0 €	0 €

INDICADOR DE REALIZAÇÃO	META	
	2019	2023
Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas (m <sup>2</sup> )	180	180

INDICADOR DE RESULTADO	META	
	2019	2023
Melhoria do grau de satisfação dos residentes nas áreas de intervenção (1 a 10)	1	1

<sup>1</sup> O investimento correspondente a ações imateriais não será financiado no âmbito deste PEDU, pelo que o valor total do investimento apresentado nesta ficha não contempla esta rubrica

## 6. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

### SÍNTESE DAS PRINCIPAIS REALIZAÇÕES, INCLUINDO MECANISMOS DE RECOLHA DE DADOS PARA CÁLCULO DOS INDICADORES (MÁX. 3.500 CARACTERES)

Neste capítulo apresenta-se de forma resumida o racional do cálculo dos indicadores de realização e dos indicadores de resultado para as ações propostas no presente PEDU.

#### ■ PI 4.5:

- **Planos de Mobilidade Urbana Sustentável implementados (nº):** 1 Plano até 2019 ao nível de NUT III da região Alto Alentejo, sendo monitorizado através do sucesso da implementação;
- **Emissão estimada dos gases com efeito de estufa (Ton/CO<sub>2</sub>):** calculado com base no nº total de emissões de toneladas de CO<sub>2</sub> (47.013) registadas em 2009 através do relatório “Emissões de Poluentes Atmosféricos por Concelho” da Agência Portuguesa do Ambiente, ao qual se multiplicou a proporção da população residente na área de intervenção e pela proporção da área a intervir em relação à área total do centro urbano, permitindo assim calcular os valores estimados para essa zona específica; partindo do número de 2009 e aplicando o racional da população e da proporção da área a intervir foi assumido que se obteria o valor de 2019, sendo que para calcular o valor de emissões em 2023 se assumiu uma redução entre 1% e 2%;

Os mecanismos de recolha das emissões serão inseridos em zonas estratégicas da cidade, para que posteriormente sejam realizados relatórios semestrais com base nos dados recolhidos, de modo a identificar o impacto que as ações propostas estão a alcançar.

#### ■ PI 6.5:

- **Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas (m<sup>2</sup>):** calculado através do somatório das áreas dos espaços a reabilitar, prevendo-se que em 2019 esteja 40% do espaço reabilitado e em 2023 esteja todo o espaço reabilitado, sendo este acompanhamento realizado no terreno pelos serviços técnicos do Município;
- **Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas (m<sup>2</sup>):** calculado através do somatório das áreas dos edifícios a reabilitar no âmbito das ações propostas, prevendo-se que em 2019 estejam 40% do edifícios reabilitados e em 2023 estejam todos os edifícios reabilitados, sendo este acompanhamento realizado no terreno pelos serviços técnicos do Município;
- **Habitações reabilitadas em áreas urbanas (nº):** através do somatório das habitações a reabilitar, prevendo-se que em 2019 algumas habitações já estejam reabilitadas e em 2023 estejam todas as habitações reabilitadas, sendo este acompanhamento realizado no terreno pelos serviços técnicos do Município;

## 6. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

### SÍNTESE DAS PRINCIPAIS REALIZAÇÕES, INCLUINDO MECANISMOS DE RECOLHA DE DADOS PARA CÁLCULO DOS INDICADORES (CONT.)

- **Aumento do grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano (1 a 10):** calculado através dos resultados obtidos nos inquéritos aos residentes das áreas abrangidas pelas ações; estes inquéritos serão realizados antes das intervenções e novamente em 2019 e 2023, pretendendo-se o aumento de 1 ponto no grau de satisfação em cada um destes anos, assumindo uma meta conservadora.
- **PI 9.8:**
  - **Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas (m<sup>2</sup>) e Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas (m<sup>2</sup>):** calculados através do somatório das áreas dos espaços/ edifícios públicos a reabilitar, prevendo-se que em 2019 já esteja todo o espaço reabilitado (o mesmo acontecerá em 2023), sendo este acompanhamento realizado no terreno pelos serviços técnicos do Município;
  - **Aumento do grau de satisfação dos residentes nas áreas de intervenção (1 a 10):** calculado através dos resultados obtidos nos inquéritos aos residentes das áreas abrangidas pelas ações; estes inquéritos serão realizados antes das intervenções e novamente em 2019 e 2023, pretendendo-se o aumento de 1 ponto no grau de satisfação em cada um destes anos, assumindo uma meta conservadora.

## 7. MODELO DE GOVERNAÇÃO

### 7.1 MODELO DE GESTÃO E ORGANIZAÇÃO QUE ASSEGUREM A PROSSECUÇÃO DO PLANO COM EFICÁCIA E EFICIÊNCIA, INCLUINDO A DESCRIÇÃO DA EQUIPA TÉCNICA (MÁX. 5.000 CARACTERES)

Para que o PEDU seja implementado com eficácia e eficiência é fundamental definir um Modelo de Governação robusto, que reflita os métodos de gestão e organização dessa implementação. Assim, o Modelo de Governação surge neste contexto como garantia: i) operacionalização da Estratégia, ii) implementação dos mecanismos de monitorização e avaliação, e iii) realização do acompanhamento necessário. Para tal é essencial que seja criada uma estrutura de gestão ajustada, que reúna os diferentes papéis que permitem atingir o sucesso do Plano. Estes papéis deverão estar repartidos por três órgãos com competências diferentes, nomeadamente: i) órgão de direção política, ii) órgão de gestão operacional e apoio técnico, e iii) órgão de natureza consultiva.

O órgão de direção política será responsável pela eficácia e boa execução do PEDU, estando igualmente encarregue de garantir o cumprimento das obrigações contratualizadas com a Autoridade de Gestão do Alentejo. Este órgão corresponde à Câmara Municipal de Ponte de Sor e terá as seguintes atribuições:

- Coordenar de forma global a implementação do PEDU, assegurando a concretização dos objetivos definidos e verificando as respetivas condições de concretização
- Acompanhar a evolução e cumprimento das iniciativas
- Assegurar a articulação com as entidades nacionais e regionais de tutela, bem como com entidades públicas e privadas relevantes para o âmbito do PEDU
- Designar e acompanhar o trabalho do Secretariado Executivo Municipal (Órgão de Natureza Operacional)
- Definir as orientações de gestão operacional do PEDU a ter em conta pelo Secretariado Executivo Municipal
- Convidar aos diversos parceiros pertencentes à comunidade do Município de Ponte de Sor para integrar o Conselho Consultivo para o Desenvolvimento Urbano Municipal (CCDUM) (Órgão de Natureza Consultiva)
- Avaliar e aprovar os relatórios anuais de monitorização e avaliação do PEDU, a ser apresentado posteriormente ao CCDUM

Este órgão reunirá de acordo com regulamentação e calendarização própria, sendo que os assuntos referentes à direção política do PEDU serão tratados nestas reuniões sempre que necessário e adequado. O órgão de direção política será composto pelo Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Sor e pelos vereadores com competências delegadas, delimitando-se vereadores responsáveis por dinamizar a implementação das ações e supervisionar os vários intervenientes no seu cumprimento. Deste modo, os perfis adequados para cada uma das ações a implementar são:

- Mobilidade Urbana Sustentável – Elemento com conhecimentos a nível dos transportes públicos e mobilidade elétrica, da requalificação do espaço público e de espaços verdes (vereador com o pelouro associado a esta PI)

## 7. MODELO DE GOVERNAÇÃO

### 7.1 MODELO DE GESTÃO E ORGANIZAÇÃO QUE ASSEGUREM A PROSSECUÇÃO DO PLANO COM EFICÁCIA E EFICIÊNCIA, INCLUINDO A DESCRIÇÃO DA EQUIPA TÉCNICA (CONT.)

- Regeneração Urbana – Elemento com conhecimentos em Engenharia, Planeamento e Ordenamento do Território, Operações Urbanísticas e Reabilitação Urbana (vereador com o pelouro associado a esta PI)
- Regeneração das Comunidades Desfavorecidas – Elemento com conhecimentos ao nível do desenvolvimento social, da habitação social e da terceira idade (vereador com o pelouro associado a esta PI)

Em complementaridade, destaca-se o papel operacional do órgão de gestão operacional e apoio técnico, que será assumido pelos serviços do Município de Ponte de Sor como Secretariado Executivo Municipal, tendo em vista a assegurar do ponto de vista técnico a coordenação entre os diversos signatários do PEDU, bem como por apoiar os mesmos na implementação dos seus projetos. Este órgão terá as seguintes atribuições:

- Assegurar a eficiência e eficácia da execução dos projetos, garantindo a monitorização operacional e financeira do PEDU
- Apoiar na preparação dos dossiers de candidatura e nos pedidos de pagamento, mantendo atualizado o quadro de execução física e financeira das ações
- Elaborar e submeter à Câmara Municipal de Ponte de Sor anualmente um relatório de avaliação dos projetos, para cumprimento dos objetivos e dos indicadores
- Apoiar a Câmara Municipal de Ponte de Sor e propor alterações às orientações de gestão operacional definidas no âmbito do PEDU
- Promover e divulgar as atividades e os resultados da implementação do PEDU, através do programa de comunicação e divulgação

O Secretariado Executivo Municipal integrará um coordenador (com competências para análise de candidaturas, análise financeira de projetos, procedimentos de contratação pública, Código de Procedimento Administrativo, gestão da qualidade de projetos, planeamento estratégico e definição de objetivos, e por último auditoria financeira) e um assistente técnico.

Por fim, o CCDUM é um órgão de consulta, ou seja, de aconselhamento aos restantes órgãos e de emissão de pareceres sobre todas as questões que lhe forem colocadas. Este órgão deverá ser constituído por atores de diversas áreas de atuação no contexto do PEDU, ficando assim garantido o envolvimento e articulação entre os diversos Stakeholders. Este órgão reunir-se-á anualmente, a menos que se justifiquem reuniões extraordinárias.

## 7. MODELO DE GOVERNAÇÃO

### 7.2 MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO (MÁX. 7.000 CARACTERES)

O acompanhamento e a avaliação da execução do PEDU é da responsabilidade do Secretariado Executivo Municipal, que recolhe indicadores, analisa e elabora o relatório de monitorização e avaliação do PEDU, e da Câmara Municipal de Ponte de Sor, que aprecia e emite parecer sobre o referido relatório.

O sucesso do PEDU e a sua correta implementação passa necessariamente pelo estabelecimento de um conjunto de mecanismos de avaliação e acompanhamento dos resultados, de modo a compreender se os indicadores de monitorização e realização definidos no âmbito dos Programas de Ação foram atingidos, nomeadamente:

- Mecanismos de avaliação – caracterizam-se pela recolha e análise de informação relacionada com os projetos e pela elaboração de relatórios que reflitam os resultados atingidos, permitindo apurar o contributo das medidas definidas e avaliar a eficiência e eficácia destas face à estratégia definida e aos indicadores estabelecidos;
- Mecanismos de acompanhamento – consubstanciam-se no acompanhamento do cumprimento das medidas e dos prazos estabelecidos e na definição de um sistema de monitorização adequado à verificação periódica das realizações concretizadas ou não e dos progressos alcançados, à análise dos desvios e à formulação de correções de trajetória e de medidas corretivas.

Conforme referido, deverá o Secretariado Executivo Municipal articular mecanismos para obtenção de dados na prossecução dos objetivos, recolhendo informação com base nos seguintes indicadores de resultados (IRst) e realização (IRlz):

- No que se refere à PI 4.5 - A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação:
  - (IRst) Planos de Mobilidade Urbana Sustentável implementados (nº);
  - (IRlz) Emissão estimada dos gases com efeitos de estufa (Ton/CO<sub>2</sub>).
- No que se refere à PI 6.5 - A adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído:
  - (IRst) Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas (m<sup>2</sup>);
  - (IRst) Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas (m<sup>2</sup>);
  - (IRst) Habitações reabilitadas em áreas urbanas (nº);
  - (IRlz) Aumento do grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano (inquérito de satisfação).

## 7. MODELO DE GOVERNAÇÃO

### 7.2 MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO (CONT.)

- No que se refere a PI 9.8 - A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais:
  - (IRst) Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas (m<sup>2</sup>);
  - (IRst) Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas (m<sup>2</sup>);
  - (IRlz) Aumento do grau de satisfação dos residentes nas áreas de intervenção (inquérito de satisfação).

No sentido de aplicar estes mecanismos, prevê-se a definição de um observatório que permita recolher e organizar informação relevante dos diferentes indicadores de monitorização dos resultados. O observatório deverá ser visto como uma estrutura de gestão do conhecimento, devendo assegurar a implementação dos seguintes mecanismos de avaliação e acompanhamento:

- Realização de reuniões de acompanhamento de projetos para garantir a execução dos mesmos, devendo estar presentes as equipas responsáveis pelo projeto em causa e a equipa de implementação correspondente;
- Realização de reuniões de acompanhamento e monitorização da Estratégia, para realização de uma análise crítica sobre o trabalho desenvolvido, permitindo a identificação de medidas corretivas e ajustamentos às metodologias de execução;
- Atualização contínua do observatório e materialização dos resultados de avaliação em relatórios semestrais de execução;
- Elaboração de relatórios semestrais de acompanhamento e execução da estratégia com a sua evolução e a verificação da implementação.

A implementação destes mecanismos será fundamental para o sucesso da Estratégia, garantindo ter uma maior capacidade de resposta para diferentes tipos de ameaças ou situações que possam impactar as operações. Adicionalmente, a constante monitorização e partilha de informação atualizada e relevante entre os *Stakeholders* será crucial para assegurar a coordenação plena entre todas as entidades. Neste contexto, o plano de atividades assume-se como o instrumento de monitorização preferencial a utilizar por parte da Câmara Municipal. Este será realizado anualmente e detalha que ações vão ocorrer nesse ano, especificando as Unidade(s) Orgânica(s)/ Funcional(is) da Câmara Municipal responsáveis pela sua execução, métricas desagregadas em vários parâmetros temporais, para possibilitar o acompanhamento e observação da evolução da ação, e fontes de informação para recolha de dados.



## 7. MODELO DE GOVERNAÇÃO

### 7.2 MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO (CONT.)

O Secretariado Executivo Municipal assumirá o trabalho de implementar, junto dos responsáveis pelas medidas, os mecanismos necessários para recolha da informação ao longo do período temporal de execução de cada uma. Esta equipa deverá proceder à recolha dos indicadores semestralmente, elaborando um relatório de monitorização a ser presente na reunião da Câmara Municipal. Este órgão deverá também assumir responsabilidades na avaliação do mesmo, analisando os relatórios de progresso e pronunciando-se sobre o grau de cumprimento do plano, as medidas corretivas e as alterações a efetuar, elaborando um parecer que será analisado pela Câmara Municipal.

No contexto da componente de responsabilidades no âmbito da comunicação e divulgação, o Secretariado Executivo Municipal deve também assegurar o envolvimento da Comunidade, nomeadamente através da monitorização de:

- Quantidade de reclamações/ participações, diferenciando entre as reclamações que tenham origem na execução física das obras e as reclamações que surjam relacionadas com conceito da intervenção ou a sua pertinência;
- Quantidade de participantes nos fóruns/ colóquios/ ações de formação, medindo assim a penetração do projeto no público-alvo ao qual serão destinadas as ações.

O acompanhamento dos projetos e das candidaturas também será da responsabilidade do Secretariado Executivo Municipal, que terá de:

- Instruir e apreciar as candidaturas de projetos, verificando o seu enquadramento nas regras do respetivo regulamento específico;
- Elaborar pareceres técnicos sobre a viabilidade dos projetos de modo a permitir que a Câmara Municipal de Ponte de Sor apresente os seus pareceres;
- Garantir que a programação financeira apresentada na candidatura de cada projeto corresponde a uma estimativa dos pagamentos a efetuar pela entidade proponente durante os anos indicados;
- Verificar os elementos de despesa relativos às operações aprovadas;
- Preparar pedidos de pagamento;
- Prestar apoio às autoridades de gestão na preparação dos relatórios de execução;
- Efetuar o acompanhamento físico e financeiro das candidaturas.

## 7. MODELO DE GOVERNAÇÃO

### 7.3 ENVOLVIMENTO E RESPONSABILIDADE DOS PARCEIROS (MÁX. 5.000 CARACTERES)

No presente PEDU alguns investimentos propostos envolvem diversas ações cuja concretização requer um ou mais parceiros (Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Sor, Associação Caminhar, entre outros), sendo para tal importante estabelecer o que é esperado por parte dos mesmos. Neste sentido, as responsabilidades dos parceiros perante a Câmara Municipal de Ponte de Sor envolvem a execução dos projetos, a apresentação de contas com periodicidade anual e a divulgação dos projetos.

No que se refere à execução dos projetos, os parceiros comprometem-se a:

- Executar as atividades inscritas, de acordo com a descrição e objetivos contidos na respetiva ficha de projeto;
- Velar pela implementação do projeto nos termos e prazos previstos na ficha de projeto, respeitando sempre as normas legais e fiscais aplicáveis;
- Comunicar ao Secretariado Executivo Municipal qualquer decisão ou modificação com influência nas condições definidas nas fichas de projeto e no PEDU;
- Coordenar a implementação de atividades com outras entidades, no caso de projetos com parceiros adicionais;
- Proceder ou participar na divulgação dos projetos;
- Manter toda a informação relativa à elaboração e implementação dos projetos, incluindo de ordem financeira e procedimental, nomeadamente:
  - Assegurar que tem os documentos justificativos relativos às despesas efetuadas;
  - Assegurar que mantém contabilidade organizada;
  - Apresentar pedidos de pagamento;
  - Coordenar o pagamento aos restantes beneficiários, de acordo com o definido no projeto;
  - Responsabilizar-se pelo cumprimento das mesmas obrigações por parte dos restantes beneficiários do projeto.

No que se refere à tarefa de avaliação, os parceiros de projetos têm as seguintes responsabilidades:

- Facilitar o acompanhamento por parte do Secretariado Executivo Municipal, entregando toda a documentação necessária para a sua monitorização e avaliação a nível técnico e financeiro;
- Elaborar ficha síntese de execução dos projetos, com uma periodicidade anual, tendo por base modelo a entregar pelo Secretariado Executivo Municipal;
- Elaborar e enviar a quantificação dos indicadores do projeto no final de cada ano civil;
- Enviar com periodicidade anual a ficha síntese do projeto para o Secretariado Executivo Municipal.

## 7. MODELO DE GOVERNAÇÃO

### 7.3 ENVOLVIMENTO E RESPONSABILIDADE DOS PARCEIROS (CONT.)

No que se refere à publicidade e informação os parceiros têm as seguintes responsabilidades:

- Realizar atividades de informação e divulgação do projeto, de acordo com as determinações da Autoridade de Gestão;
- Prestar apoio em todas as atividades de informação e divulgação do projeto, quando solicitadas pelas Câmara Municipal ou pelo Secretariado Executivo Municipal.

Por último, e destacando o papel fundamental dos parceiros neste PEDU, será importante reunir vários *Stakeholders* no órgão consultivo (CCDUM), conferindo-o de capacidade diferenciadora e heterogeneidade. Assim, será importante que constem deste Conselho Consultivo alguns dos parceiros mais importantes do Município de Ponte de Sor no âmbito da Reabilitação e Regeneração Urbana, nomeadamente:

- Juntas de Freguesia envolvidas nas ações de investimento;
- ACIPS – Associação Comercial e Industrial de Ponte de Sor;
- GNR;
- Agrupamento de Escolas de Ponte de Sor;
- CPJC;
- Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa de Ponte de Sor;
- Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Sor;
- Associação de reformados e pensionistas de Ponte de Sor;
- Associação de Pais;
- Radical Clube;
- BTT Sor.

## 8. ANEXOS

### 8.1 PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA

Fotos da Zona Ribeirinha e Mercado Municipal de Ponte de Sor



**Imagem 1** – Espaço baldio junto à Zona Ribeirinha



**Imagem 2** – Espaço baldio nas traseiras do Mercado Municipal



**Imagem 3** – Exterior do Mercado Municipal



**Imagem 4** – Interior do Mercado Municipal



**Imagem 5** – Zona do Espelho de Água

## 8. ANEXOS

### 8.2 PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA

Fotos da Casa do Povo de Ponte de Sor



**Imagem 1** – Espaço anexo à Casa do Povo



**Imagem 2** – Fachada da Casa do Povo



**Imagem 3** – Exterior da Casa do Povo



**Imagem 4** – Espaço anexo à Casa do Povo



## 8. ANEXOS

### 8.3 PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA

#### Fotos da Casa dos Magistrados



**Imagem 1** – Exterior da Casa dos Magistrados



**Imagem 2** – Traseiras da Casa dos Magistrados



**Imagem 3** – Exterior da Casa dos Magistrados

## 8. ANEXOS

### 8.4 PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA

#### Dados do Modelo Habitacional

Tabela 1 – Estrutura da Distribuição da População por Freguesia

Anos/ Freguesias	1970	1981	1991	2001	2011	2013	1970 %	1981 %	1991 %	2001 %	2011 %	2013 %
Galveias	1830	1738	1633	1429	1061	-	10,6	9,6	9,1	7,9	6,3%	-
Foros de Arrão	-	-	1267	1037	919	-	Não existia	Não existia	7,1	5,7	5,5%	-
Montargil	5195	4730	3145	2781	2316	-	30,0	26,2	17,7	15,3	13,9%	-
Longomel	-	-	1578	1494	1228	-	Não existia	Não existia	8,9	8,2	7,3%	-
Ponte de Sor	10295	11611	7750	8805	8958	11198	59,4	64,2	43,5	48,5	53,6%	67%
Tramaga	-	-	1420	1732	1542		Não existia	Não existia	8,0	9,6	9,2%	
Vale de Açor	-	-	1009	862	698		Não existia	Não existia	5,7	4,8	4,2%	
<b>Concelho</b>	<b>17320</b>	<b>18079</b>	<b>17802</b>	<b>18140</b>	<b>16722</b>		<b>16722</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Tabela 2 – Relações de Masculinidade no Concelho ((Nº de Homens/ Nº de Mulheres)x100)

Fonte: INE, Censos 2011

	HM	H	M	Relação de Masculinidade
<b>Concelho</b>	16.722	8.085	8.637	93,90%
Galveias	1.061	510	551	92,56%
Montargil	2.316	1.125	1.191	94,46%
Ponte de Sor	8.958	4.285	4.673	91,70%
Fotos de Arrão	919	438	481	91,06%
Longomel	1.228	603	625	96,48%
Vale de Açor	698	346	352	98,30%
Tramaga	1.542	778	764	101,8%

Tabela 3 – Estrutura Etária e Distribuição Espacial em 2011

Grupos Etários	Concelho	Galveias	F. Anão	Longomel	Montargil	P. Sor	Tramaga	V. Açor	União de Freguesias de Ponte de Sor, Tramaga e Vale de Açor
Total	16722	1061	919	1228	2316	8958	1542	698	11198
De 0 a 4 anos	593	35	23	31	62	376	44	22	442
De 5 a 9 anos	722	35	35	40	81	436	71	24	531
De 10 a 14 anos	798	38	23	53	74	496	84	30	610
De 15 a 19 anos	846	47	37	56	90	501	88	27	616
De 20 a 24 anos	867	55	44	85	109	449	80	45	574
De 25 a 29 anos	872	43	47	59	90	513	80	40	633
De 30 a 34 anos	1007	49	53	51	108	620	91	35	746
De 35 a 39 anos	1073	50	55	63	121	638	113	33	784
De 40 a 44 anos	1105	61	44	85	133	635	107	40	782
De 45 a 49 anos	1275	71	84	113	152	712	122	51	885
De 50 a 54 anos	1282	64	62	81	191	674	121	59	854
De 55 a 59 anos	1107	70	67	59	181	576	108	46	730
De 60 a 64 anos	959	63	58	78	135	493	84	48	625
De 65 a 69 anos	914	57	70	82	147	445	73	40	558
De 70 a 74 anos	1013	78	77	79	204	431	96	48	575
De 75 a 79 anos	1035	84	93	97	203	424	89	45	558
De 80 a 84 anos	716	83	48	84	128	287	57	29	373
De 85 a 89 anos	377	43	17	31	72	164	25	25	214
De 90 ou + anos	191	35	12	1	35	88	9	11	108
Menos de 1 ano	110	6	4	2	13	69	7	9	85
De 18 ou mais anos	14108	932	818	1071	2048	7345	1289	605	9239

Fonte: INE – Censos 2011

## 8. ANEXOS

### 8.4 PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA

#### Dados do Modelo Habitacional (Cont.)

Gráfico 1 – Pirâmide etária da população do concelho de Ponte de Sor

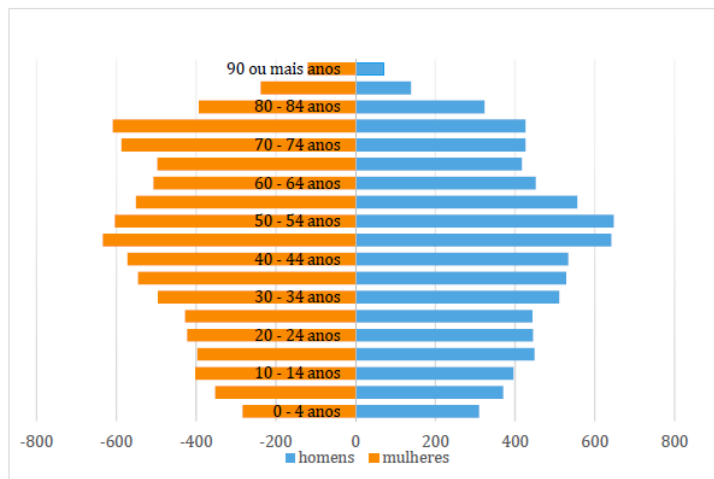
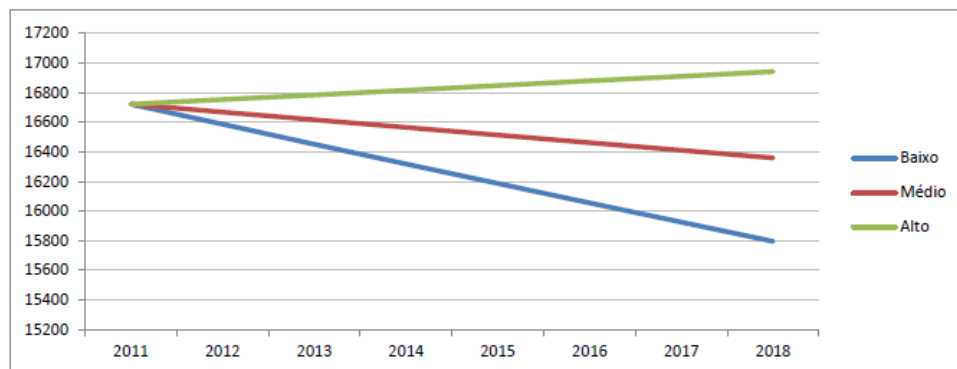


Gráfico 2 – Cenário das projeções da população para o concelho de Ponte de Sor (período 2011 a 2018)





## 8. ANEXOS

### 8.4 PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA

#### Dados do Modelo Habitacional (Cont.)

Tabela 4 – Projeção da população entre 2011 e 2018, por escalão etário

ANO DA PROJEÇÃO	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
<b>GRUPO ETÁRIO</b>								
De 0 a 4 anos	<b>593</b>	591	589	587	586	584	582	<b>580</b>
De 5 a 9 anos	<b>722</b>	720	717	715	713	711	709	<b>706</b>
De 10 a 14 anos	<b>798</b>	796	793	791	788	786	783	<b>781</b>
De 15 a 19 anos	<b>846</b>	843	841	838	835	833	830	<b>828</b>
De 20 a 24 anos	<b>867</b>	864	862	859	856	854	851	<b>848</b>
De 25 a 29 anos	<b>872</b>	869	867	864	861	858	856	<b>853</b>
De 30 a 34 anos	<b>1007</b>	1004	1001	998	994	991	988	<b>985</b>
De 35 a 39 anos	<b>1073</b>	1070	1066	1063	1060	1056	1053	<b>1050</b>
De 40 a 44 anos	<b>1105</b>	1102	1098	1095	1091	1088	1084	<b>1081</b>
De 45 a 49 anos	<b>1275</b>	1271	1267	1263	1259	1255	1251	<b>1247</b>
De 50 a 54 anos	<b>1252</b>	1248	1244	1240	1236	1233	1229	<b>1225</b>
De 55 a 59 anos	<b>1107</b>	1104	1100	1097	1093	1090	1086	<b>1083</b>
De 60 a 64 anos	<b>959</b>	956	953	950	947	944	941	<b>938</b>
De 65 a 69 anos	<b>914</b>	911	908	905	903	900	897	<b>894</b>
De 70 a 74 anos	<b>1013</b>	1010	1007	1004	1000	997	994	<b>991</b>
De 75 a 79 anos	<b>1035</b>	1032	1029	1025	1022	1019	1016	<b>1013</b>
De 80 a 84 anos	<b>716</b>	714	712	709	707	705	703	<b>700</b>
De 85 a 89 anos	<b>377</b>	376	375	373	372	371	370	<b>369</b>
De 90 ou + anos	<b>191</b>	190	190	189	189	188	187	<b>187</b>
<b>Total</b>	<b>16722</b>	16670	16618	16566	16514	16462	16411	<b>16360</b>

Tabela 5 – População por freguesia, comparação entre população (2011) e população esperada (2018)

Freguesia	Ano da Projeção	
	2011	2018
Galveias	1061	912
Foros de Arão	919	821
Montargil	2316	2081
Longomel	1228	1125
Ponte de Sor	8958	9424
Vale de Açor	698	614
Tramaga	1542	1587
<b>União de Freguesias</b>	<b>11198</b>	<b>11625</b>

## 8. ANEXOS

### 8.4 PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA

#### Dados do Modelo Habitacional (Cont.)

Tabela 6 – Variação do número de famílias clássicas residentes

Famílias clássicas – Definido pelo INE - “conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que tem relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento”.

UNIDADE GEOGRÁFICA	FAMÍLIAS		VARIACÃO ENTRE 2001 E 2011
	2001	2011	
Ponte de Sor (Concelho)	6978	6674	- 4,4
Galveias	577	418	- 27,6
Montargil	1110	949	- 14,5
Ponte de Sor	3307	3482	5,3
Foros de Arrão	430	412	- 4,2
Longomel	576	520	- 9,7
Vale de Açor	350	301	- 14
Tramaga	628	592	- 5,7

Fonte: INE – Censos 2011

Tabela 7 – Famílias clássicas segundo a dimensão por freguesia

UNIDADE GEOGRÁFICA	FAMÍLIAS CLÁSSICAS SEGUNDO A DIMENSÃO (PESSOAS RESIDENTES)					
	TOTAL	COM 1 ELEMENTO	COM 2 ELEMENTOS	COM 3 ELEMENTOS	COM 4 ELEMENTOS	COM 5 ou MAIS ELEMENTOS
Continente	3869537	835163	1232916	923778	637210	240470
Alto Alentejo	47505	11412	16722	10560	6676	2135
Ponte de Sor (Concelho)	6672	1533	2278	1570	987	304
Galveias	417	116	145	77	56	23
Montargil	953	236	389	178	109	41
Ponte de Sor	3477	739	1098	920	549	171
Foros de Arrão	407	106	168	84	38	11
Longomel	522	133	184	110	79	16
Vale de Açor	299	84	94	73	38	10
Tramaga	597	119	200	128	118	32

Fonte: INE – Censos 2011

Tabela 8 – Famílias, Núcleos Familiares e Alojamentos Familiares

Famílias institucionais – Definido pelo INE - “é um conjunto de indivíduos residentes num alojamento coletivo que, independentemente da relação de parentesco entre si, observam uma disciplina comum, são beneficiários dos objetivos de uma instituição e são governados por uma entidade interior ou exterior ao grupo”.

UNIDADE GEOGRÁFICA	FAMÍLIAS		NÚCLEOS FAMILIARES	ALOJAMENTOS FAMILIARES		
	CLÁSSICAS	INSTITUCIONAIS		TOTAL	CLÁSSICAS	NÃO CLÁSSICAS
Alto Alentejo	47524	118	36291	81351	81147	204
Ponte de Sor (Concelho)	6674	11	5153	10316	10281	35
Galveias	4418	3	306	989	989	0
Montargil	949	2	726	1807	1807	0
Ponte de Sor	3482	5	2729	4648	4648	26
Foros de Arrão	412	1	303	627	621	6
Longomel	520	0	386	845	845	0
Vale de Açor	301	0	216	548	548	0
Tramaga	592	0	487	826	823	3

Fonte: INE, censos 2011

## 8. ANEXOS

### 8.4 PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA

#### Dados do Modelo Habitacional (Cont.)

Tabela 9 – Alojamentos familiares clássicos por localização geográfica e época de construção

Alojamentos familiares clássicos são locais distintos e independentes, constituídos por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos, num edifício de carácter permanente ou numa parte distinta do edifício (do ponto de vista estrutural) que, considerando a maneira como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado, se destina a servir de habitação, normalmente apenas de uma família/agregado doméstico privado.

Alojamentos familiares não clássicos são alojamentos que não satisfazem inteiramente as condições do alojamento familiar clássico pelo tipo e precariedade da construção, porque é móvel, improvisado e não foi construído para habitação, mas funciona como residência habitual de pelo menos uma família no momento de referência. Incluem-se a barraca, o alojamento móvel, a casa rudimentar de madeira e o alojamento improvisado, entre outros não destinados à habitação.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS (Nº) POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA (À DATA DOS CENSO 2011 E ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO)										
	Até 1919	1919-1945	1946-1960	1961-1970	1971-1980	1981-1990	1991-1995	1996-2000	2001-2005	2006-2011	TOTAL
<b>Ponte de sor</b>	<b>249</b>	<b>884</b>	<b>1506</b>	<b>1587</b>	<b>1598</b>	<b>1258</b>	<b>872</b>	<b>948</b>	<b>906</b>	<b>473</b>	<b>10281</b>
Galveias	72	83	193	186	132	99	58	65	61	40	989
Montargil	34	153	325	372	320	185	74	146	150	48	1807
Ponte de Sor	54	349	547	560	710	627	525	533	495	248	4648
Foros de Arrão	20	70	101	134	101	53	30	28	37	47	621
Longomel	45	135	160	122	67	93	55	55	68	45	845
Vale de açor	23	69	114	108	96	68	19	20	24	7	548
Tramaga	1	25	66	105	172	133	111	101	71	38	823

Fonte: INE, censos 2011

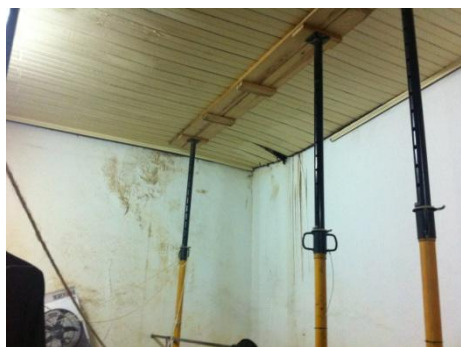
## 8. ANEXOS

### 8.5 PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA AS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS

Fotos do edifício da Delegação da Cruz Vermelha



**Imagem 1** – Exterior do edifício da Cruz Vermelha



**Imagem 2** – Interior do edifício da Cruz Vermelha



**Imagem 3** – Interior do edifício da Cruz Vermelha

## 8. ANEXOS

### 8.6 PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA AS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS

Fotos do edifício do Centro de Convívio de reformados e pensionistas de Ponte de Sor



**Imagem 1** – Exterior do Centro de Convívio



**Imagem 2** – Fachada do Centro de Convívio



**Imagem 3** – Pátio e espaço interior ao Centro de Convívio



**Imagem 4** – Interior do Centro de Convívio



## 8. ANEXOS

### 8.7 PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA AS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS

Fotos da Escola Básica de Montargil nº2



**Imagem 1** – Exterior da Escola Básica de Montargil nº2



**Imagem 2** – Telhado da Escola Básica de Montargil nº2



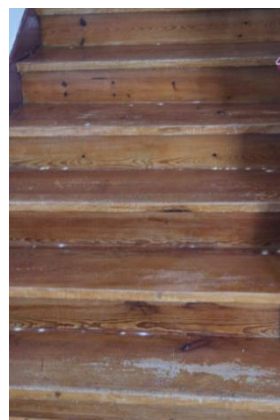
**Imagem 3** – Fachada da Escola Básica de Montargil nº2



**Imagem 4** – Interior de uma das salas da Escola Básica de Montargil nº2



**Imagem 5** – Portão da Escola Básica de Montargil nº2

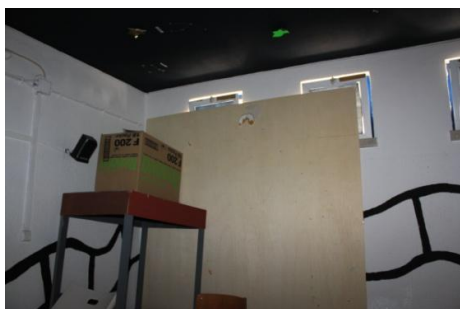


**Imagem 6** – Escadaria da Escola Básica de Montargil nº2

## 8. ANEXOS

### 8.8 PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA AS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS

Fotos do Centro Ludo-Pedagógico situado na Escola Básica João Pedro de Andrade em Ponte de Sor



**Imagem 1** – Interior do Centro Ludo-Pedagógico



**Imagem 2** – Exterior do Centro Ludo-Pedagógico



**Imagem 3** – Interior do Centro Ludo-Pedagógico



**Imagem 4** – Interior do Centro Ludo-Pedagógico